ECONOMIA FEMINISTA E ECOLÓGICA

resistências e retomadas de corpos e territórios

Textos de:
Ana Isla
Miriam Nobre
Renata Moreno
Sheyla Saori
Yayo Herrero

sof
SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

ECONOMIA FEMINISTA E ECOLÓGICA

resistências e retomadas de corpos e territórios

Textos de:

Ana Isla
Miriam Nobre
Renata Moreno
Sheyla Saori
Yayo Herrero

sof
SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios
Publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista

Textos
Ana Isla, Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Iyusuka, Yayo Herrero

Edição de texto e diagramação
Helena Zelic

Tradução
Luiza Mançano (textos de Yayo Herrera)
SOF Sempreviva Organização Feminista (texto de Ana Isla)

Bordados
Teia de aranha
(Fotografia: Gustavo Cadaval)

Apoio para estudo e publicação

FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO

SOF Sempreviva Organização Feminista
Rua Ministro Costa e Silva, 36
Pinheiros, São Paulo/SP

E19 Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. Ana Isla, Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori Iyusuka, Yayo Herrero. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

93p.
ISBN 978-65-87591-01-8

1. Economia feminista 2. Economia Ecológica 3. Sustentabilidade da vida 4. Vale do Ribeira I. Título

CDD - 330

SUMÁRIO

Apresentação 07

A vida em situação de guerra: coronavírus e a crise ecológica e social
Yayo Herrero 11

Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário
Yayo Herrero 16

Natureza, trabalho e corpo: percursos feministas e pistas para a ação
Miriam Nobre e Renata Moreno 33

Quem paga pelo Protocolo de Kyoto? A venda de oxigênio e a venda de sexo na Costa Rica
Ana Isla 53

Economia verde e a financeirização da natureza no Vale do Ribeira: as respostas das comunidades e das mulheres para as mudanças climáticas
Sheyla Saori 70

APRESENTAÇÃO

Assim como os bordados, esta publicação tem muitos fios. Fios de histórias, de construir movimento com muitas parceiras.

Em 2018, estávamos em reunião com as agricultoras da Barra do Turvo, planejando a vida, e Nilce Pereira, do quilombo Ribeirão Grande, chegou de uma reunião do grupo Carta de Belém. Ela estava muito preocupada em como conversar com suas companheiras sobre as ameaças da economia verde e da financeirização da natureza. Já estava cada vez mais forte para nós a percepção de que seria impossível construir a autonomia das mulheres em torno às práticas agroecológicas sem considerar os conflitos agrários e ambientais na região. Aos poucos fomos entendendo como os mecanismos da economia verde chegam até o Vale do Ribeira, e como se combinam com projetos de desenvolvimento, articulam empresas, governo e ONGs. Em conversas com companheiras da Amigos da Terra, da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, fomos conhecendo experiências de outras comunidades.

Este ataque é difícil de perceber porque não é uma destruição direta e visível, como a mineração ou as grandes obras. É uma destruição sorrateira, que utiliza palavras dos movimentos e também conceitos complexos, que cria divisões nas organizações, que confunde. As companheiras desses movimentos nos contaram que, nas reuniões onde projetos de economia verde eram apresentados, elas muitas vezes não dominavam inteiramente os conteúdos nem conseguiam interferir na forma como a discussão era feita, mas assim mesmo reagiam, porque sentiam um aperto no coração, um embrulho no estômago. Entendemos que a suspeita das mulheres de que algo não está certo é algo a ser levado muito a sério, e a suspeita se manifesta no corpo. É preciso ouvi-lo.

Estas suspeitas guiaram as análises de Sheyla Saori no texto *Economia verde e a financeirização da natureza no Vale do Ribeira: as respostas das comunidades e das mulheres para as mudanças climáticas*. Ela aborda projetos do governo do estado de São Paulo para o "desenvolvimento" do Vale do Ribeira, uma região de rica sociobiodiversidade, mas com sérios problemas socioeconômicos, como a exploração sexual de meninas e mulheres na rodovia BR-116, a contaminação por agrotóxicos dispersos em pulverizações aéreas e a pobreza de

famílias com pouca ou nenhuma terra. O projeto "Vale do futuro" considera esta uma região sem memória, sem comunidades que ali vivem no presente, e aponta para a mineração e a monocultura compensadas por áreas de conservação e turismo como ativos verdes, contabilizados em uma métrica que se desenha no projeto "Conexão Mata Atlântica".

Encontramos essa mesma combinação no texto *Quem paga pelo protocolo de Kyoto? A venda de oxigênio e a venda de sexo na Costa Rica*, de Ana Isla, professora de sociologia e estudos sobre a mulher da Universidade de Brock, no Canadá. Em mais um fio da história, traduzimos este texto quando nos preparávamos, em 2012, para a Cúpula dos Povos paralela e contraposta à Conferência das Nações Unidas Rio+20. A forma como ela aterrissa a economia verde no cotidiano das mulheres nos impressionou e nos ajudou a formular a consigna "para as feministas o capitalismo não tem eco", que Ana Isla gritou conosco pelas ruas do Rio de Janeiro. Esta consigna resume a posição da Marcha Mundial das Mulheres de se contrapor às falsas soluções maquiadas de lilás, como as centradas em garantir o acesso das mulheres aos chamados benefícios das negociações sobre REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Ao envolver o manejo sustentável (como a agrofloresta), essas negociações introduzem as florestas no circuito de financeirização do capital.

Para resistir aos mecanismos da economia verde às falsas soluções sobre as mudanças climáticas e à destruição ambiental, sabemos que é preciso visibilizar e fortalecer outras formas de organizar a vida e a economia. Nossa formação coletiva e autogestionada faz parte desta costura, que é feminista, antirracista, anticapitalista e ecológica. Construindo a Rede Economia e Feminismo (REF) no Brasil e a Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE), nos aproximamos da economia feminista e a entendemos como uma vertente das economias críticas que se potencializa no diálogo com outras, como a economia solidária e a economia ecológica. O artigo *Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário* da feminista Yayo Herrero, integrante da organização Ecologistas em Ação, no Estado Espanhol, é parte fundamental de nossa formação. Em 2014, reunimos companheiras do movimento agroecológico e da REF para debatê-lo virtualmente com Yayo. Em seguida, conversamos sobre nossas experiências de construção conjunta entre mulheres de pensamento e prática agroecológica. Nossas práticas dialogam com seu convite a "participar e incentivar a participação em experiências alternativas" e a "transformar imaginários coletivos", caminhos que alteram os modelos de produção e reprodução social. Nesta publi-

cação, juntamos ainda o artigo *A vida em situação de guerra: coronavírus e a crise ecológica e social*, que nos parece um exercício de olhar para o contexto atual usando as lentes da economia ecológica e da economia feminista.

Por fim, o artigo de Miriam Nobre e Tica Moreno, *Natureza, trabalho e corpo: percursos feministas e pistas para a ação*, parte de conceitos básicos da economia ecológica expandidos junto à economia feminista, para destacar o corpo como território onde natureza e cultura convergem. Buscando superar dicotomias e dualidades, recuperam contribuições ecofeministas e ecossocialistas, refletem sobre a atualização de mecanismos de controle do capitalismo racista e patriarcal, sem deixar de afirmar a capacidade de resistência e reconstrução dos corpos em movimento.

Na tentativa de alinhavar todos esses fios e assuntos, demos a esta publicação o nome *Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios*. Retomada é como o povo Guarani Kaiowá chama a reocupação dos territórios onde seus antepassados viveram, plantaram e colheram. E, como contou Julia Gimenes, da aldeia Som dos Pássaros, a coragem para fazer a retomada não é uma coragem das armas, e sim a coragem do nosso coração. Para ela, pedimos essa palavra para falar também de como superar a separação de nosso corpo, de como escutar o coração.

As resistências às ofensivas violentas do capital e as lutas de retomada dos territórios, por autonomia das mulheres e autodeterminação dos povos são indissociáveis na aposta de colocar a sustentabilidade da vida no centro, para transformar a economia.

Agradecemos a Ana Isla e Yayo Herrero por autorizar a tradução e publicação de seus artigos. Também agradecemos ao coletivo Teia de Aranha, responsável pelos bordados que ilustram a capa e o interior da publicação e que também nos inspiram a olhar para a história do nosso mundo como linhas que podemos desemaranhar, fiar, trançar, costurar e criar. Às participantes do grupo de estudos Feminismo e Agroecologia pelas ideias compartilhadas e à Fundação Rosa de Luxemburgo pelo apoio aos nossos esforços de entender as ameaças da economia verde e de ser mais fortes do que elas.

São Paulo, junho de 2020

As Semprevivas

A VIDA EM SITUAÇÃO DE GUERRA:
CORONAVÍRUS E A CRISE ECOLÓGICA E SOCIAL[1]

Yayo Herrero

As informações colaterais à crise do coronavírus despertam questões interessantes pela perspectiva do ecologismo social. Por isso, me sinto encorajada a compartilhar com vocês algumas reflexões.

Um relatório do Carbon Brief[2] destaca que as emissões de CO2 da China foram reduzidas em 25% nas últimas duas semanas e o trânsito diminuiu em torno de 40% na cidade de Xangai. Isso se deve, sobretudo, à redução da demanda elétrica, o que levou a uma diminuição do uso de carvão nas usinas termoelétricas. Tanto as refinarias de petróleo quanto as indústrias de aço apresentam uma queda significativa e o número de voos domésticos diminuiu em 70%.

O relatório também revela que o coronavírus reduziu as emissões globais de CO2 em 100 milhões de toneladas, o que equivale a 6% do total nesse período, desencadeando uma diminuição considerável dos níveis de outros contaminantes atmosféricos – no caso do dióxido de nitrogênio, em até 36%.

Evidentemente, trata-se de um processo esporádico, que desaparecerá assim que a emergência sanitária seja resolvida e a atividade econômica seja retomada.

Vale a pena nos determos um pouco para analisar isso, porque estamos diante do dilema crucial da nossa crise civilizatória: a economia convencional está em guerra contra a vida. Quando a economia vai bem, a vida corre perigo; quando entra em crise, recrudescem os processos de expropriação, mas é também neste momento que temos que aproveitar para respirar. Ou, dito de outra forma: para ela, quanto pior, melhor. Quanto mais rápido são destruídas e colocadas em risco as bases materiais que sustentam a vida, mais saudáveis estão as economias.

Javier Padilha, em seu livro *¿A quién estamos dejando morir?* [Quem estamos deixando morrer, ainda sem tradução para o português], relembra um fato que

1 *Este texto foi originalmente publicado no site da Revista Contexto e Ação https://ctxt.es/es/20200302/Politica/31220/coronavirus-decrecimiento-crisis-ecologica-agroecologia-yayo-herrero.htm*

2 *Ver em: https://www.eldiario.es/internacional/coronavirus-limpia-atmosfera-china_0_999150282.html*

surpreende por ser contra intuitivo: são as épocas de expansão, mais do que as de recessão, que costumam apresentar efeitos nocivos à saúde. Esta afirmação me chamou a atenção e fui buscar mais documentos a respeito. Assim, encontrei um artigo de José Tapia (2011) na revista *Papeles* [Papéis], onde afirma que esse fenômeno foi comprovado nos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Espanha, Finlândia, no conjunto dos 28 países ricos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também em países com menores níveis de renda, como Argentina, México e Coreia do Sul.

Esta situação também afeta, frequentemente, os direitos sociais e trabalhistas na era do neoliberalismo. A reativação da economia depois da última grande crise, a chamada recuperação econômica, foi acompanhada de um processo de fragilização dos direito trabalhistas e das dificuldades enfrentadas por muitas pessoas para conseguir uma moradia digna, para manter a que têm, para enfrentar a pobreza energética ou, mais uma vez, o endividamento. Para recuperar a economia, é preciso empobrecer as pessoas e seus territórios.

Temos um problema civilizatório: ter construído a organização material das sociedades contra a natureza, da qual fazemos parte, e contra os vínculos e as relações que sustentam a vida.

Em um texto que eu gosto muito, escrito há dez anos, Fernando Cembranos diz:

> *Se olhamos a realidade sem nos deixar levar pela avaliação da economia convencional, podemos observar que uma máquina enorme (formada por estradas, fábricas, urbanizações, estacionamentos, escavadores, antenas, manchas de petróleo, guindastes, monocultivos, depósitos de lixo, usinas termoelétricas e resíduos radioativos, entre outros), que cresce e cresce, devorando a riqueza ecológica (base da vida) que encontra no caminho: a capacidade de realizar fotossíntese, os rios limpos, as relações comunitárias, as variedades de sementes, as florestas nativas, as relações olho no olho, a biodiversidade, os jogos artesanais, os caminhos de terra batida, os animais que conhecemos na nossa infância, as formas baratas (em termos energéticos) de se esquentar e se refrescar, os aquíferos, a fertilidade do solo, etc. O metabolismo da sociedade tecnológica e industrial se alimenta dos elementos que geram a vida enquanto vai deixando um rastro de resíduos tóxicos, desertos, solos pobres e contaminados, margens mortas, superfícies cimentadas, radioatividade, cabeças homogêneas e um futuro incerto para a maior parte das pessoas e espécies da Terra (Cembranos, 2010, tradução nossa).*

A racionalidade econômica dominante camufla, na ideia de desenvolvimento, as perdas e danos das bases materiais que sustentam a vida. A extração e destruição de materiais finitos da crosta terrestre, a apropriação e privatização dos bens comuns e, portanto, a espoliação e geração de escassez para a maior parte das pessoas, a emissão de resíduos e a ruptura dos ciclos materiais da natureza, a perda da biodiversidade e alteração dos ciclos naturais são a contrapartida do crescimento econômico em um planeta com limites.

Os interesses econômicos crescem, com frequência, à custa do medo e da insegurança. A abordagem das migrações como uma ameaça converte as pessoas migrantes na matéria-prima de um próspero negócio de segurança das fronteiras; a pobreza relativa e comunitária e a crise de cuidados oferecem "oportunidades" e criam novos nichos de negócio nos quais se esbaldam certos interesses esfregam as mãos. Inclusive para que o ramo da estética corporal cresça, a economia e a publicidade têm que nos convencer previamente sobre nossa feiura e sobre a obrigação de ter corpos, assim como as mercadorias, sempre novos e reluzentes.

A sacralidade do crescimento econômico e a concepção da economia atual como a única possível se transformaram numa verdadeira religião civil. A melhora dos indicadores da bolsa de valores, o crescimento do PIB e, sobretudo, os resultados dos fundos de investimento e a distribuição de dividendos exigem sacrifícios. Vale a pena sacrificar tudo, contanto que cresçam. Só nas ocasiões em que a economia fracassa, os indicadores biofísicos melhoram. O problema é que conseguiram enfiar na cabeça de muita gente que os interesses dos donos das grandes empresas e de fundos de investimento são interesses gerais.

Há décadas, confrontar esta contradição fundamental tem sido um empenho de parte do movimento ambientalista e, durante séculos, a luta central dos povos originários e sociedades que, nas áreas historicamente utilizadas como minas e lixões, tentam se defender disso.

Mais recentemente, uma parte cada vez maior da comunidade científica está referendando o que a economia ecológica e a economia feminista – duas visões heterodoxas inscritas na economia crítica – vêm apontando há muito tempo.

Cientistas do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universitat Autònoma de Barcelona (ICTA-UAB) e da Goldsmiths University of London[3] elaboraram um estudo no qual examinam as políticas de crescimento verde propostas nos principais relatórios do Banco Mundial, da OCDE e do Programa das Nações Unidas para o Meio

3 *Ver: https://www.lavanguardia.com/vida/20190527/462504961574/estudio-dice-que-para-reducir-calentamiento-hay-que-hacer-decrecer-economia.html*

Ambiente (PNUMA). Eles concluíram que, embora alguns modelos demonstrem que poderiam ser aplicados em países com alta renda, em condições altamente otimistas e pouco realistas, eles não poderiam ser sustentados em longo prazo nesses lugares; sem mencionar que nem todas as pessoas nesses países se beneficiariam deles.

A conclusão dos pesquisadores é de que as políticas de crescimento verde carecem de respaldo empírico. Eles qualificam os esforços do Banco Mundial e da OCDE para promover o crescimento verde como uma aposta por falsas soluções e acrescentam que, para conseguir reduções proporcionais ao problema que enfrentamos, seriam necessárias estratégias de retração que permitam chegar rapidamente a limiares seguros.

Na esfera econômica, estas conclusões são ocultadas e criticadas. E isso não é novidade. O poder econômico está ciente da mudança climática desde, pelo menos, a década de 1950, e a estratégia tem sido ocultá-la e negá-la, despejando grande parte da humanidade e do mundo vivo em nome da manutenção de seus negócios. É a lógica do sacrifício. Tudo aquilo que coloca os lucros em risco é silenciado ou atacado, como conta, de forma bem documentada, a historiadora Naomi Oreskes em seu livro *Mercaderes de la duda*[4].

Tamanha é a inércia que as crianças e pessoas mais jovens são forçadas a proteger seu próprio futuro. São eles que encaram a realidade e saem às ruas para se defender de seus próprios pais e exigir o direito de viver de maneira digna.

Precisamos construir horizontes de desejos condizentes com as condições materiais que os possibilitam. E se não o fizermos por bem, com base na igualdade e nos direitos, outros o farão montados no cavalo da exploração, da desigualdade, do racismo e da ofensiva misógina.

O relato distópico começa a se tornar normal. Filmes, obras de teatro, documentários transmitem em tempo real as imagens do ecocídio, do avanço a formas de sociedade mais violentas e insustentáveis, do suicídio em câmera lenta da espécie humana. Penso que é preciso sair do confinamento dos relatos distópicos, que começam a se tornar conservadores, para pensar, imaginar e sonhar as utopias cotidianas e viáveis no mundo real em que vivemos.

Como uma vida pode ser boa numa sociedade pós-fóssil? Como construir vidas seguras em meio a uma emergência climática irreversível? Como torná-las viáveis para todas as pessoas e não à custa dos mais vulneráveis? Como introduzir nelas os animais não humanos e o restante do mundo vivo?

Como comer, habitar, consumir, cuidar, se divertir e se relacionar de forma

4 *Em português, Mercadores da dúvida (ainda sem tradução no Brasil). O livro de Naomi Oreskes e Erik M. Conway, historiadores da ciência, conta como cientistas ocultaram a verdade sobre o aquecimento global.*

Precisamos implementar políticas de gestão da demanda, de redistribuição da riqueza, de reorganização dos tempos para que a corresponsabilidade nos cuidados e na reprodução cotidiana da vida seja uma obrigação. Precisamos reformular os direitos e deveres cidadãos, de forma que a emergência ambiental e social e a vulnerabilidade da vida sejam consideradas pilares. Precisamos nos entender como seres ecodependentes.

Mas, sobretudo, precisamos nos entender como pessoas vulneráveis, que precisam de outras, e desenvolver e reaprender a capacidade de fazer coisas em comum. A deliberação, a busca e a manutenção de consensos, o abandono da cultura da "lacração" [5] e da política da humilhação, a multiplicação de lideranças compartilhadas, a imaginação, a coragem de colocar em ação iniciativas e projetos ainda que não tenhamos autorização. Aprender a desfrutar e viver com alegria esses processos é central para podermos pensar e construir essas utopias cotidianas e, sobretudo, para mantê-las.

Não é um trabalho só de especialistas: são necessárias todas as mãos, cabeças e corações. É, no fundo, uma questão de amor. E antes que me chamem de "mimizenta" ou cafona, e me digam que me falta perspectiva material, direi que pessoas como Rosa Luxemburgo, Che Guevara, Nelson Mandela e Berta Cáceres apelaram ao amor como motivação básica para seguir adiante e conquistar as transformações que desejavam.

Por isso, me despeço convidando-os, convidando a todos nós, a exercê-lo da maneira mais esforçada, apaixonada e radical que possam, que possamos.

REFERÊNCIAS

CEMBRANOS, Fernando. Pérdidas que hacen crecer el PIB. In: Rebelión. 30/07/2010. Disponível em https://rebelion.org/perdidas-que-hacen-crecer-el-pib/

ORESTES, Naomi; CONWAY, Erik. Mercaderes de la duda. Madri: Capitán Swing, 2018.

TAPIA, José. La mejora de la salud durante las crisis económicas. In: Papeles, n. 113, 2011, pp. 121-137. Disponível em: https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/PDF%20Papeles/113/mejora_de_la_salud_durante_crisis_J.%20A._TAPIA.pdf

5 *N.T.: No original, a autora diz "cultura del zasca", expressão coloquial que indica uma resposta cortante, brusca, com escárnio.*

ECONOMIA ECOLÓGICA E ECONOMIA FEMINISTA:
UM DIÁLOGO NECESSÁRIO[1]

Yayo Herrero

O modelo de pensamento estabelecido na sociedade ocidental e intensificado a partir da expansão hegemônica do neoliberalismo se desenvolveu em contradição com as bases materiais que sustentam a vida. Construída sobre o cimento patriarcal, antropocêntrico e capitalista, a organização das nossas sociedades atuais coloca em risco o equilíbrio ecológico que possibilita a vida humana (e a de outras espécies), e pode provocar um verdadeiro colapso ecológico e humano.

O sistema econômico capitalista e toda a estrutura que o acompanha se expandiram sem considerar que a vida humana tem duas inevitáveis dependências materiais. A primeira é a natureza e seus limites. A segunda, a consequência da vulnerabilidade da vida humana e, portanto, da impossibilidade de sobrevivermos sozinhos: precisamos, ao longo de toda a vida, do tempo que outras pessoas dedicam a nós para que tenhamos uma vida decente.

A sociedade capitalista ignora a existência de limites físicos no planeta e oculta e subestima os tempos necessários para a reprodução social cotidiana. Isso se espalha como um tumor, sem observar limites, e cresce à custa da destruição exatamente daquilo que necessitamos para nos sustentar ao longo do tempo. Ela também se baseia em uma crença perigosa: a de uma falsa autonomia, tanto em relação à natureza como ao resto das pessoas.

Revelar a base cultural dessa visão é importante para poder desenhar as transições a outras formas de vida. A revisão dos esquemas mentais com os quais compreendemos e atuamos no mundo é uma tarefa fundamental para nos reposicionar

1 *Esta versão do texto foi traduzida do livro Economía feminista: desafíos, propuestas y alianzas (Barcelona: editora Entrepueblos, 2019), organizado por Cristina Carrasco Bengoa e Carme Díaz Corral, disponível em: <https://www.entrepueblos.org/publicaciones/economia-feminista/>. Uma versão anterior foi publicada em Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política. Cristina Carrasco (ed.), Madrid: La Oveja Roja*

enquanto espécie dentro do planeta e para estabelecer outras relações, distintas, que permitam situar o bem-estar das pessoas, em igualdade, como prioridade social.

Levando em conta a profunda e acelerada mudança climática; o esgotamento da energia fóssil e de muitos minerais que sustentam o metabolismo econômico e os estilos de vida tal como conhecemos; a crescente e desigual pegada ecológica global; a deterioração da água doce e alteração dos ciclos naturais, sobretudo os do carbono e do nitrogênio; o aprofundamento das desigualdades sociais, da irresponsabilidade do Estado e da sociedade em relação ao cuidado das pessoas; a tentativa de controlar, cada vez mais, o corpo das mulheres; bem como o aumento da repressão e ascensão do fascismo... parece ingênuo pensar que é possível sair desse atoleiro a partir de meras reformas pontuais, ainda que até as medidas mais brandas e reformistas possam parecer radicais diante desta ofensiva neoliberal.

Neste momento crítico, é necessário fazer uma revisão realista, por mais dura que seja, da situação na qual a humanidade se encontra, dentro de um planeta no qual as variáveis ecológicas estão mudando em um ritmo acelerado e em uma direção imprevisível. Se persistirmos nesse caminho, chegará um momento em que não será possível, do ponto de vista físico, avançar nas transições necessárias para chegar a outro modelo.

Reorientar a economia em direção a um modelo justo e sustentável é uma tarefa urgente. As perspectivas convencionais não são capazes de fazê-lo porque o conjunto de instrumentos e teorias que as forjaram, baseadas em apenas alguns indicadores econômicos, não dão conta daquilo que realmente sustenta a vida humana.

Ao forçar a vista na direção errada, não é possível enxergar o que está desaparecendo rapidamente: o solo fértil, a capacidade de depuração das águas, a regulação do clima, a possibilidade de regenerar a vida cotidianamente, os estoques de energia e materiais necessários para a sobrevivência, e a biodiversidade, que permite que o conjunto da biosfera se adapte a diferentes condições.

A economia feminista e a economia ecológica são imprescindíveis para atingir essa mudança. Essas duas abordagens heterodoxas coincidem em apontar que é necessário mudar o foco do interesse para aquilo que possibilitaria uma boa vida, e não para o dinheiro. Quando a economia feminista e a economia ecológica dialogam, ou seja, quando a riqueza conceitual e política de ambas é compartilhada, a análise dos problemas que cada uma abarca separadamente se torna mais clara e profunda. Ambas as visões valorizam elementos, processos e sujeitos que foram considerados inferiores pelo pensamento hegemônico e que, sendo absolutamente cruciais para a existência humana, foram invisibilizados.

Repensar a economia a partir desta dupla lógica – da vida humana e da natureza – implica retomar algumas perguntas básicas: qual é o papel que nossa espécie assume na biosfera? Como a vida humana se sustenta? Quais são as nossas necessidades? Como podemos satisfazê-las igualmente para todos e todas? Como nos organizamos para alcançar isso?

Ecodependentes e Interdependentes

Nós, seres humanos, somos uma espécie entre muitas outras que habitam este planeta e, como todas elas, retiramos da natureza tudo aquilo que precisamos para viver: alimento, água, proteção, minerais… por isso, dizemos que somos seres radicalmente ecodependentes. Na verdade, somos natureza.

No entanto, as sociedades ocidentais são praticamente as únicas que estabelecem uma ruptura radical entre natureza e cultura; são as únicas que levantam uma parede entre as pessoas e o restante do mundo vivo. Conceber o humano como oposto e superior à natureza dificulta a compreensão das relações de dependência, pois leva a ver a natureza como um grande armazém à disposição de alguns seres humanos – os mais ricos – e prega a destruição ou alteração significativa da dinâmica que regula e regenera o que é vivo, em uma tendência totalmente suicida.

Além disso, somos seres profundamente interdependentes. Desde que a nossa mãe nos colocou no mundo até a nossa morte, dependemos física e emocionalmente do tempo que outra pessoa nos dedica. Somos seres encarnados em corpos vulneráveis que adoecem e envelhecem, que são contingentes e finitos. Durante toda a vida, sobretudo em alguns momentos do nosso ciclo vital, não poderíamos sobreviver se não fosse pelo fato de que outras pessoas – mulheres, principalmente, devido à divisão sexual do trabalho imposta pelo patriarcado – dedicaram tempo e energia para cuidar dos nossos corpos.

O sistema capitalista ignora essa informação e considera que o corpo é apenas uma mercadoria a mais. E, se a vulnerabilidade da carne e a contingência da vida humana não são reconhecidas, menos ainda serão aqueles trabalhos que cuidam dos corpos vulneráveis. A invisibilidade da interdependência, a desvalorização da centralidade antropológica dos vínculos e das relações interpessoais e a subordinação das emoções à razão são características fundamentais das sociedades patriarcais: "no discurso social, quanto mais desvalorizados são os laços e as emoções, mais patriarcal é a sociedade" (Hernando, 2012, p. 136, tradução nossa).

O capitalismo e a ideologia neoliberal dão as costas para a ecodependência e para a interdependência, ignorando, assim, os limites ou restrições que elas impõem às sociedades, bem como o seu potencial para construir uma vida boa, o que acarretaria considerá-las fatores antropológicos centrais.

A economia feminista aponta que existe uma profunda contradição entre a reprodução natural e social das pessoas e o processo de acumulação capitalista (Picchio, 1992). A economia ecológica aponta a inviabilidade de um metabolismo econômico que desconsidera os limites biogeofísicos e os ritmos necessários para a regeneração da natureza. O diálogo entre ambas as abordagens é, a nosso ver, imprescindível. Poderia existir uma sociedade que se ajustasse aos limites do planeta, que reduzisse seu consumo e sua geração de resíduos e que, no entanto, continuasse baseada em relações de subordinação patriarcal.

Muitas culturas geralmente consideradas sustentáveis são profundamente patriarcais e existe, dentro delas, uma importante resistência feminista. Por outro lado, também seria possível criar propostas de reorganização do trabalho a partir de uma perspectiva feminista que se amparasse em um modelo produtivo baseado em formas inviáveis de extração de materiais e geração de resíduos.

Por isso, acreditamos que nem a economia feminista, nem a economia ecológica são visões totalizantes. Cada uma delas, de forma separada, traz condições necessárias, mas não suficientes. Elas precisam estar em diálogo no âmbito da igualdade e, inclusive, o fruto deste diálogo deve ser fertilizado com outras visões da economia política ou da economia solidária, que realizaram importantes avanços em outros campos. Neste texto, de forma consciente, colocaremos mais ênfase na economia ecológica. Não porque – repetimos – acreditamos que existe algum tipo de hierarquia, mas porque a dimensão da economia feminista está desenvolvida e diluída em outras partes deste livro[2], e consideramos muito relevante apontar aqueles elementos que podem complementar, enriquecer ou matizar a proposta da economia feminista.

Existimos em um mundo com limites e restrições

A dependência ecológica nos faz mergulhar totalmente na questão dos limites. Vivemos em um mundo que tem limites ecológicos. O que não é renovável está limitado à quantidade disponível, como os minerais ou combustíveis fósseis, e o

2 *N.T.: A autora se refere à publicação do texto no livro* Economía feminista: desafíos, propuestas y alianzas *(Barcelona: editora Entrepueblos, 2019), organizado por Cristina Carrasco Bengoa e Carme Díaz Corral.*

que é renovável também apresenta limites relacionados à sua velocidade de regeneração. O ciclo da água, por exemplo, não se regenera na velocidade necessária para cultivar milho em um terreno árido ou para instalar campos de golfe em um terreno deserto. A natureza funciona em um ritmo que é fruto do ajuste de processos intensamente complexos, desenvolvidos ao longo de bilhões de anos de evolução e que não podem ser controlados pela tecnociência.

Existem nove limites planetários que intervêm nos processos biofísicos, que são, por sua vez, fundamentais para garantir a continuidade dos processos da natureza. Esses nove limites, interdependentes, desenham um quadro dentro do qual a humanidade pode se desenvolver com certa segurança (ROCKSTRÖM et al, 2009). Ultrapassá-los nos coloca em um ambiente de incertezas, a partir do qual podem ser desencadeadas mudanças em grande escala e velocidade, que geram condições naturais menos favoráveis para a espécie humana. Os limites que mencionamos se referem à mudança climática, ao ritmo da extinção da biodiversidade, aos ciclos de nitrogênio e fósforo, à redução de ozônio na estratosfera, à acidificação dos oceanos, à disponibilidade de água doce, às mudanças no uso do solo, à contaminação atmosférica por aerossóis e à contaminação química (plásticos, metais pesados, alteradores hormonais, resíduos radioativos, etc.). Entre estes nove limites, os quatro primeiros já foram excedidos. Hoje, não só não podemos mais nos sustentar pela riqueza que a natureza é capaz de produzir, como também menosprezamos os bens de estoque que permitem essa regeneração.

Até que ponto as sociedades estão dispostas a assumir os riscos ao forçar essas mudanças na auto-organização da natureza? Esta é uma questão que está muito vinculada às visões hegemônicas do poder político e do poder econômico, dispostos a quase tudo pelo objetivo de gerar lucro. Ela também está relacionada ao analfabetismo ecológico da maioria da sociedade, que interiorizou mentalmente uma noção inviável de progresso, de bem-estar ou de riqueza totalmente funcional para a sustentação do sistema dominante. Não podemos esquecer que nossa espécie está adaptada a esta composição da atmosfera, a esta temperatura média, e que evoluímos juntamente com uma grande quantidade de vegetais, animais ou micro-organismos, nossos companheiros de aventura planetária. Muitas dessas espécies vivas com as quais interagimos estão desaparecendo rapidamente e, com isso, perde-se também a capacidade de adaptação humana a um ambiente cada vez mais mutável. De uma perspectiva muito mais mecanicista, também devemos estar conscientes de que existem limites no crescimento econômico, impostos pelo declínio dos combustíveis fósseis com alta taxa de retorno – principalmente o petróleo – e de muitos minerais imprescindíveis para manter as sociedades tecnoindustriais.

Reorganizar o conjunto da economia e da sociedade exige levar em consideração o modo de funcionamento da natureza, quais são as suas dinâmicas e quais são os limites que não devem ser nem deveriam ter sido ultrapassados. Por isso, acreditamos que uma alfabetização ecológica mínima é absolutamente imprescindível para todos aqueles que pretendem criar propostas de mudanças. Sem isso, podemos cair no erro de apostar em saídas neokeynesianas[3], inviáveis do ponto de vista físico.

Os mitos biocidas das sociedades capitalistas

Almudena Hernando aponta que "nossa subjetividade não seria a mesma se não estivéssemos inseridos na cultura material em que estamos, nem essa cultura material seria possível se não tivéssemos a subjetividade que temos" (2012, p. 128, tradução nossa). Por isso, ao mesmo tempo em que tentamos intervir no plano político e socioeconômico para fazer a transição para um mundo mais justo e sustentável, também é fundamental analisar e compreender a base sobre a qual nossa cultura está ancorada, quais são os dogmas e mitos com os quais atuamos e interpretamos o que está ao nosso redor, para assim tentar influenciar os imaginários que os sustentam.

A ficção capitalista da existência de um sistema econômico autorregulado provocou graves desajustes não só na economia, mas também no modelo social, na própria concepção de pessoa e nos imaginários coletivos. Polanyi denominou a mudança ocorrida para abraçar essa crença como "a grande transformação". Esse economista aponta como a implementação da nova ciência econômica colocava em ação um mecanismo que funcionava com uma única motivação: a do lucro. O resultado "foi comparável, em eficiência, apenas à mais violenta irrupção de fervor religioso na história" (Polanyi, 2000, p. 47).

A economia convencional se apoia nessas crenças, que precisam ser reveladas para recompor um conhecimento que permita reorientar tanto a economia quanto a sociedade. As visões da economia ecológica e da economia feminista são totalmente centrais nessa tarefa desmistificadora.

Primeiro mito do fundamentalismo econômico: a produção pode ser desvinculada da vida

A economia capitalista reduz o conceito de valor ao do preço. Só tem valor econômico aquilo que pode ser expresso em unidades monetárias, deslocando o

3 *N.E.: Termo cunhado pelo economista Paul Samuelson para integrar as teorias econômicas neoclássicas defensoras do chamado "livre mercado" e as teorias propostas por John Maynard Keynes que defendem a presença do Estado na economia e estão na base do Estado de bem estar social europeu. Trata-se de uma economia de mercado com uma regulação mínima do Estado para corrigir falhas do suposto equilíbrio econômico.*

peso do valor de uso e da satisfação das necessidades ao valor de troca e geração de lucros. Esta redução faz desaparecer do campo da análise econômica tudo aquilo que não pode ser comprado ou vendido. Uma boa parte do que tem a ver com a ecodependência e com a interdependência desaparece da economia, ainda que continue sendo imprescindível para manter a vida. A redução do campo do valor a aquilo que é exclusivamente monetário transforma a noção do que é objeto de estudo econômico, descartando, assim, a complexidade da regeneração natural e de todos os trabalhos humanos que não fazem parte da esfera mercantil, que se tornam invisíveis.

Considerando as primeiras noções de produção que a ciência econômica estabeleceu – que eram baseadas na capacidade de acrescentar riquezas que a natureza produzia sem desprezar a base física que permitia sua regeneração cíclica –, a conceptualização que a economia capitalista viria a realizar supôs um giro de transcendência sociocultural gigantesca. A produção passa a ser qualquer processo no qual se produz um aumento de valor, medido em termos exclusivamente monetários. A produção se confunde com a simples extração e, na cabeça das pessoas, a ideia de limite fica de fora, assentando o mito de que é possível "produzir", industrialmente e à vontade, tudo aquilo que é preciso para se manter vivo.

Quando se mede a produção exclusivamente em dinheiro, a economia e a sociedade deixam de se questionar sobre a natureza daquilo que é produzido e sobre as necessidades que aquilo satisfaz. Passa-se a considerar como produção, por exemplo, a fabricação de bombas de fragmentação e não somos capazes de distinguir as produções necessárias para sustentar a vida humana das "produções" que destroem a possibilidade de mantê-la.

Para construir uma economia adequada para os seres humanos, a produção tem que ser uma categoria ligada à manutenção da vida e ao bem-estar das pessoas (Pérez Orozco, 2006) e, além disso, ser compatível com a disposição dos territórios e do ritmo da natureza. Existem produções que são socialmente necessárias e outras socialmente indesejáveis. Fazer uma distinção entre elas é imprescindível e os típicos indicadores monetários não permitem isso.

Segundo mito do fundamentalismo econômico: terra e trabalho são substituíveis por capital

As pessoas se assombram, por exemplo, com o "milagre" dos cultivos em estufas de plástico. Mas para que nasçam tomates no deserto, é necessário garantir

muitas coisas: nutrientes, fosfatos e nitratos, que precisam ser extraídos de algum lugar; plástico, um derivado do petróleo; água, que, por sua vez, precisa ser extraída dos aquíferos, transpostas de outros lugares ou dessalinizadas; produtos fitossanitários, já que, numa estufa, as condições de temperatura e umidade exigem sua utilização; e, além disso, é preciso trabalho humano, penoso e duro, que nos países enriquecidos é realizado majoritariamente por pessoas migrantes em condições cruéis de desproteção e exploração.

O capital substitui, então, a terra e o trabalho? Enquanto houver outras terras a preço baixo, energia, materiais e mão de obra barata, pode ser que sim. Mas conforme a humanidade foi "enchendo o mundo", restam cada vez menos lugares para continuar espoliando. Os insuperáveis limites físicos mostram como, uma vez esgotados os estoques de materiais e alterados de forma irreversível os processos naturais, por mais que se possa pagar, não é possível recuperar o que foi destruído, pelo menos nos tempos medidos à escala humana.

Uma vez superados os limites do planeta, a redução do tamanho da esfera material da economia global não é contestável. A chamada pobreza energética que começa a aparecer também nos países enriquecidos evidencia a inviabilidade de manter um esquema desigual no acesso à energia. Diante do declínio e encarecimento da energia fóssil – em boa medida sujeita a processos especulativos –, nós que apostamos em sociedades justas e igualitárias pensamos que, obviamente, o esforço de austeridade material deverá ser realizado majoritariamente naqueles territórios que consomem acima do que é possível, e pelas pessoas que vivem nele.

Terceiro mito do fundamentalismo econômico: produzir mais é sempre melhor

Quando o valor de um bem ou de um processo é reduzido ao valor monetário outorgado a ele, a única dimensão que cria valor no mercado é seu preço.

O preço de um determinado artefato ou produto não incorpora a inevitável geração de resíduos que acompanha qualquer processo de transformação, tampouco o esgotamento dos recursos finitos ou a exploração de trabalhadores e trabalhadoras... Se os olhares se voltam apenas para a dimensão que cria valor no mercado, que é o preço de compra e venda, e não se deduz, em nenhum lugar, as externalidades negativas, o que se deseja é fazer a produção crescer ao máximo possível, independente do que seja – sem valorizar se é algo socialmente necessário ou não. Ao mesmo tempo em que aumentam a renda devido a tal produção,

também crescem todos os efeitos negativos que a acompanham. A economia convencional por si só não tem ferramentas para poder medir esse declínio e celebra qualquer tipo de produção que gera lucro econômico, ainda que no caminho sejam destruídos o presente e o futuro das sociedades e ecossistemas.

Assim, ignorando o esgotamento e declínio da capacidade de regeneração da natureza e a necessidade de regenerar cotidianamente a vida humana, se construiu o dogma intocável da economia convencional: que defende que qualquer crescimento econômico, independente da natureza da atividade que o sustenta, é positivo por si mesmo, constituindo a única forma de garantir o bem-estar social.

A necessidade de que a economia cresça serve de justificativa também para arrancar os direitos trabalhistas, destruir o território, eliminar os serviços públicos ou reformar o Código Penal... E temos isso de forma tão incorporada nos nossos esquemas racionais que não se ouve quase nenhuma das vozes críticas, que denunciam a falácia e o risco de buscar o crescimento econômico como um fim em si mesmo. Também não se questiona quem se apropria dos lucros desse crescimento, a que custo e para satisfazer o quê.

O raciocínio baseado exclusivamente no universo abstrato dos valores monetários rompeu os elos que ligavam a natureza e a vida humana à economia. Chegamos ao absurdo de usar, de maneira absoluta, um conjunto de indicadores que não só desconsideram bens e serviços essenciais para a vida como parte da riqueza, mas que também consideram a própria destruição como se fosse uma riqueza.

Quarto mito do fundamentalismo econômico: trabalho é só o que se faz em troca de salário

A nova economia gerou novas brechas que continuaram separando a vida humana e a sociedade. Com o nascimento da indústria e o processo de espoliação do campesinato, nasceu o proletariado, uma grande massa de pessoas sem meios de produção que, para sobreviver, foi obrigada a vender sua força de trabalho aos donos desses meios de produção. O trabalho passou a ser concebido como aquilo que era feito na esfera mercantil em troca de salário, e todas aquelas funções realizadas no espaço de produção doméstica, que garantiam a reprodução e cuidado dos corpos humanos passaram a não ser nomeadas – ainda que, obviamente, continuassem sendo imprescindíveis, tanto para a sobrevivência quanto para fabricar essa "nova mercadoria", que era a mão de obra (Carrasco, 2009). Subitamente, segmentou-se uma parte da vida social (a que se desenvolvia no espaço público e na parte visível

da economia) e ocultou-se a outra parte da existência, que não tinha reflexo no mundo monetário e que estava subordinada às lógicas e demandas de uma economia hipertrofiada. A nova economia transformou o trabalho e a terra em mercadorias e começou a tratá-los como se tivessem sido produzidos para serem vendidos.

A nova noção do trabalho exigiu adequar o corpo à regularidade e ao automatismo exigido pela disciplina do trabalho capitalista (Federici, 2010) – o corpo se converteu em um maquinário de trabalho. E sua regeneração e reprodução não são responsabilidades da economia, que se desvincula dessas questões, relegando-as ao espaço doméstico. Ali, longe dos olhares públicos, as mulheres se viram obrigadas a assumir essas funções desvalorizadas, apesar de imprescindíveis tanto para a sobrevivência digna quanto para a própria manutenção da produção capitalista (Carrasco, 2009). A teoria econômica postula a existência de uma espécie de sujeito abstrato, o "Homo œconomicus", esse ser que participa do mercado todos os dias e compete ferozmente com os outros para satisfazer seu próprio egoísmo. Supostamente, garantir a equidade ou o apoio mútuo é algo que se faz necessário apenas "fora da economia" – pretensamente autorregulada e isolada do resto da vida –, em outros âmbitos da sociedade.

Paradoxalmente, é o espaço mercantil – onde a solidariedade e o cuidado da vida são suspensos – que organiza os tempos e os territórios. Tempo e território nada mais são que natureza e vida humana que, sob essa lógica, se organizam em torno dos lucros. E é também nesse espaço mercantil, no qual a moral está suspensa, que os direitos econômicos e sociais podem ser outorgados. É a participação neste espaço que possibilita a autonomia econômica e a proteção social.

Rumo a uma cultura de sustentabilidade

A dimensão ecológica e a dimensão feminista são essenciais para transformar a concepção e gestão do território e reorganizar os tempos das pessoas. Sem elas, é quase impossível projetar um modelo compatível com a biosfera e que ofereça respostas às diferentes formas de desigualdade. Ambas as abordagens defendem uma produção vinculada à manutenção da vida e um modelo de organização econômica que coloque a vida no centro.

A seguir, esboçamos, de uma forma muito sucinta, algumas pautas essenciais para abordar as transições necessárias.

O ponto de partida é a inevitável redução da extração e pressão sobre os ciclos

naturais. Em um planeta com limites já parcialmente ultrapassados, a redução da esfera material da economia global não é uma opção. É simplesmente um fato. A humanidade terá que se adaptar à vida extraindo menos da Terra, submetendo-se ao que a sua produção cíclica pode oferecer e gerando menos desperdício. Essa adaptação pode ocorrer através da luta pelo uso de recursos em declínio ou através de um processo de reajuste decidido e antecipado, com critérios de equidade.

Uma redução na pressão sobre a biosfera, com uma perspectiva que situe o bem-estar das pessoas como uma prioridade, requer uma mudança radical de direção. Isso exige promover uma cultura de suficiência e autocontrole material, apostar na readequação da economia e criar pequenas redes de comercialização, além de restaurar uma boa parte da vida rural, diminuir o transporte e a velocidade, realizar uma distribuição radical da riqueza e colocar a reprodução cotidiana da vida e o bem-estar no centro de interesse.

Abandonar a lógica androcêntrica e biocida nos obriga a levantar algumas questões inevitáveis: Quais necessidades devem ser atendidas para todas as pessoas? Quais são as produções necessárias e possíveis para que essas necessidades possam ser satisfeitas? Quais são os empregos socialmente necessários para isso? Trata-se de procurar novas formas de socialização e organização social e econômica que nos livrem de um modelo de desenvolvimento que prioriza os lucros acima da manutenção da vida.

Alterar o modelo de produção

Para transformar a produção em uma categoria vinculada à manutenção da vida, é necessário repensar o que é produzido, como e quanto. Será necessário promover as atividades e os setores que produzam bens e serviços de forma compatível com a conservação dos ecossistemas. A agroecologia, a pesca sustentável, a reabilitação energética de edifícios, a energia renovável, o transporte público ou os serviços públicos comunitários podem ser alguns desses setores que devem ser socialmente impulsionados.

Sobre a forma de produzir, Riechmann expõe que a economia da natureza é "cíclica, totalmente renovável e autorreprodutiva, sem resíduos, cuja fonte de energia é inesgotável em termos humanos: energia solar em suas várias manifestações (o que inclui, por exemplo, o vento e as ondas). Nesta economia cíclica natural, cada resíduo de um processo se torna a matéria-prima de outro: os ciclos estão fechados" (Riechmann, 2005, p. 98, tradução nossa). Assim, para favorecer o fechamento de ciclos

de materiais no processo econômico-produtivo, além de registrar os custos de extração e manuseio de minerais da crosta terrestre, também devem ser considerados os custos de reposição, ou seja, a transformação dos resíduos em recursos naturais, pois, caso contrário, se favorece a deterioração do patrimônio natural (Naredo, 2006).

Poderia intervir-se em outras esferas, tendo em vista incentivar a mudança no modelo de produção. Um exemplo seria estabelecer uma carga tributária orientada por critérios ecológicos e sociais, a fim de alterar a base de impostos tributados com base no valor agregado mercantil para aqueles que controlam o fluxo material da produção: os que são produzidos a partir da extração de recursos até seu retorno subsequente como resíduo, passando pelo seu uso como insumos produtivos. Outra linha de mudança seriam estabelecer de redes de comercialização curtas, já que a produção e distribuição nas proximidades será uma necessidade em um mundo com fontes energéticas fósseis em declínio e urgência em reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Além disso, nesse âmbito, também é essencial exigir o princípio da precaução, para que tecnologias ou produtos não sejam comercializados nem divulgados sem que se demonstre de forma convincente que não são prejudiciais ao meio ambiente e às pessoas. Hoje em dia acontece o oposto, ou seja, as "inovações" impostas são consideradas inofensivas até que se demonstre o contrário.

Não basta apenas saber o que e como produzir. É necessário levar em conta quanto é possível produzir. Nesse sentido, é importante introduzir políticas de gestão da demanda, com o objetivo de reduzir o consumo nos centros e setores sociais que consomem em excesso, de modo a obter uma redução líquida da quantidade de materiais e resíduos que, hoje, estão em jogo no metabolismo econômico. Além disso, é necessário reformar os sistemas de contabilidade nacional, para que sejam incorporadas estatísticas e análises baseadas em indicadores que considerem os territórios e o tempo das pessoas. A economia ecológica trabalhou com a proposta de indicadores relacionados à dimensão biogeofísica e, a partir da economia feminista, a organização do tempo foi colocada em evidência.

Reorganização do modelo de trabalho

Historicamente, a destruição de empregos chega nos momentos de recessão econômica e, nesses momentos, é sempre mais difícil falar sobre atividades econômicas indesejáveis. No entanto, é urgente falar sobre isso se consideramos os limites do planeta e o bem-estar humano. Empregos em setores ou atividades que

não sejam socialmente desejáveis não devem ser mantidos, como a fabricação de armas, as usinas nucleares, o setor automotivo ou os empregos criados em torno das bolhas financeiras e imobiliárias. Necessárias, isso sim, são as pessoas que realizam esses trabalhos, e, portanto, o desmantelamento progressivo de certos setores teria que ser acompanhado por um plano de reestruturação e forte cobertura social pública, que permita transições justas em direção a outro modelo produtivo.

Mas, para reconfigurar o modelo de trabalho, é necessário, antes de tudo, incorporar, visibilizar e valorizar todos os trabalhos, inclusive aqueles que não são remunerados e são essenciais para o bem-estar humano. É necessário reconhecer como trabalho tudo aquilo que permite a reprodução social no ambiente doméstico, e não basta apenas que esse trabalho seja reconhecido como importante: o fundamental é romper com o modelo de divisão sexual do trabalho próprio do patriarcado e dividir o trabalho igualmente entre mulheres e homens.

A contribuição feminista nesse campo é enorme, em teoria e prática política, e é um tema profundamente trabalhado em outros capítulos desta mesma publicação[4].

Igualdade e distribuição da riqueza

Em um planeta fisicamente limitado, onde o crescimento econômico ilimitado não é possível, a justiça está diretamente relacionada à distribuição e divisão da riqueza. Se não é possível estender os níveis médios de consumo material das pessoas do Norte global a todos que habitam o mundo, o acesso a padrões de vida dignos por parte de uma boa parte da população depende também de uma redistribuição justa da riqueza e de uma redução drástica do consumo daqueles que, devido a seus estilos de vida, exercem mais pressão material sobre os territórios.

Renda mínima, renda máxima, tributação progressiva... A política econômica desenvolveu vários instrumentos para distribuir a riqueza (terra, trabalho e capital) que estão absolutamente em vigor atualmente. Como não é desejável nem possível expandir a esfera material da economia, reduzir as desigualdades nos leva a um debate central: o da propriedade. Em uma cultura sustentável, seria necessário diferenciar, por exemplo, as propriedades vinculadas à habitação ou ao trabalho na terra daquelas vinculadas à acumulação, e pôr um fim a estas.

4 *N.T.: A autora se refere ao livro* Economía feminista: desafíos, propuestas y alianzas *(Barcelona: editora Entrepueblos, 2019), organizado por Cristina Carrasco Bengoa e Carme Díaz Corral.*

Participar e incentivar a participação em experiências alternativas

Nos últimos anos, proliferaram várias experiências que tentam colocar em prática modos alternativos de produzir, cuidar ou distribuir, gerenciar propriedades, financiar projetos e coletivos... As pessoas organizadas em cooperativas agroecológicas de consumo chegam aos milhares em todo o Estado espanhol. Existem cooperativas de serviços financeiros, como a Coop 57 ou a Fiare[5], que existem há mais de 15 anos e possuem quantias de dinheiro emprestado nada desprezíveis. Existem redes de cuidados compartilhados que atendem as necessidades de cuidados de crianças; lares de idosos autogestionados, com base no apoio mútuo; projetos integrados de mercado cooperativo e social; meios de comunicação alternativos; softwares livres capazes de enfrentar a Microsoft...

Essas experiências são laboratórios sociais que, ao mesmo tempo, satisfazem as necessidades específicas daqueles que participam delas. O incentivo a esses projetos é muito importante, mesmo que sejam pequenos e não representem uma alternativa global, porque eles também preparam pessoas e grupos para disputar o poder em todas essas áreas.

Transformar os imaginários coletivos

Apesar de contarmos com certas propostas e diretrizes (por vezes incompletas) para começar a ensaiar transições socioecológicas em direção a outro modelo de economia e organização social, ainda enfrentamos o problema em uma situação de imaturidade preocupante. Estamos diante de uma situação de enorme debilidade na capacidade de resposta social. Existe uma distância enorme entre a dura ofensiva neoliberal e a crescente, mas ainda embrionária, mobilização social. Existe, em nossa opinião, um enorme desequilíbrio entre a brutalidade dos ajustes pelos quais estamos passando e a capacidade de enfrentá-los. Hoje, nos falta poder político para pressionar por transições. E, para conseguir isso, é necessário que a maioria possa se livrar de um modelo de pensamento que nos conduz a um colapso antropológico.

O grande desafio é levar as pessoas a querer essa transição. Não há atalhos, e o trabalho coletivo em instituições, redes e organizações civis de todos os tipos é essencial. É uma tarefa de pedagogia popular que deve ser realizada quase de porta

5 *N.T.: Coop 57 é uma cooperativa de serviços financeiros que concede empréstimos a projetos de economia social com sede na Catalunha <https://coop57.coop/>. Fiare é um banco cooperativo criado no Estado espanhol <https://www.fiarebancaetica.coop/quienes-somos>*

em porta. Para poder mudar, precisamos desvendar mitos e ficções e compor outro relato cultural mais harmonioso com a coerência humana. É um dever realizar, como aponta Castoriadis (2013, p. 71), um exercício de criatividade de dimensão incomparável com qualquer outro momento histórico. Será preciso nos reinventar e colocar no centro da sociedade outros objetivos, que substituam a expansão dos lucros e do consumo como propulsores da mudança.

Mudanças acima e abaixo serão necessárias e devemos estar cientes das falsas dicotomias que também povoam o panorama dos movimentos políticos e sociais. Em nossa opinião, a auto-organização não se contrapõe à representação. Os projetos locais e autogestionados, fortemente ancorados nos territórios, ficam vulneráveis se não houver atuação também em escala macro. Um projeto de produção agroecológica consolidado, por exemplo, pode ser destruído se projetos de exploração de petróleo ou fraturamento hidráulico (fracking) forem iniciados em algum território próximo. Também é certo que as transformações no âmbito institucional são pouco prováveis sem "povo" para defendê-las e pressionar para que aconteçam.

Em cada encruzilhada deste caminho, diante de cada dúvida, é conveniente perguntar o que o feminismo pensa. Temos um sério problema de espaço e tempo, e o movimento feminista refletiu muito sobre ambos os assuntos. Enquanto a sociedade androcêntrica relegou os vínculos e as relações de interdependência ao espaço oculto das casas, hoje a regeneração da sociedade e da democracia exige a valorização da experiência – aquilo que é "conhecido, mas não pensado" (Hernando, 2012) –, que faz parte da bagagem aprendida nas margens, ocupadas pelas mulheres a mando da sociedade patriarcal. Em nossa opinião, o diálogo entre a economia ecológica e a economia feminista ressignifica o próprio conceito de sustentabilidade, que, como apontam Bosch, Carrasco e Grau (2005, tradução nossa), se torna "um processo que não se refere apenas à possibilidade real de que a vida continua – em termos humanos, sociais e ecológicos –, mas que tal processo significa desenvolver condições de vida, padrões de vida ou qualidade de vida aceitáveis para toda a população. Sustentabilidade que supõe, então, uma relação harmoniosa entre humanidade e natureza e entre humanas e humanos. Consequentemente, será impossível falar de sustentabilidade se não for acompanhada de equidade".

Após essas reflexões, permanece uma pergunta essencial: seremos capazes de pressionar por essas transições? Essa mudança cultural poderá ocorrer em um mundo estruturalmente baseado no capitalismo e no patriarcado? Temos tempo para essa mudança?

Na ausência de certezas, não nos resta outra opção a não ser tentar.

REFERÊNCIAS

BOSCH, Anna; CARRASCO, Cristina e GRAU, Elena. Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo. In: TELLO, Enric. La historia cuenta. Barcelona: Ediciones El Viejo Topo, 2005.

CARRASCO, Cristina. Tiempos y trabajo desde la experiencia femenina. In: Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global, n. 108, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. El ascenso de la insignificancia. In: AGUILERA KLINK, Federico. Para la rehumanización de la economía y la sociedad. Almería: Cajamar Caja Cultural, Colección Mediterráneo Económico, 2013, pp. 63-92.

FEDERICI, Silvia. Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.

HERNANDO, Almudena. La fantasía de la individualidad. Madrid: Katz Editores, 2012.

NAREDO, José Manuel. Raíces económicas del deterioro ecológico y social. Más allá de los dogmas. Madrid: Siglo XXI, 2006.

PÉREZ OROZCO, Amaia. Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados. Madrid: Consejo Económico y Social, Colección Estudios, 190, 2006.

PICCHIO, Antonella. Social Reproduction: the political economy of Labour. Cambridge: Market Cambridge University Press, 1992.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIECHMANN, Jorge. Biomímesis. Ensayos sobre imitación de la naturaleza, ecosocialismo y autocontención. Madrid: La Catarata, 2005.

ROCKSTRÖM, Johan et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for Humanity. In: Ecology and Society, vol.14, No. 2, 2009.

NATUREZA, TRABALHO E CORPO:
PERCURSOS FEMINISTAS E PISTAS PARA A AÇÃO

Miriam Nobre e Renata Moreno

Introdução

A economia feminista faz uma análise crítica das formas atuais de organização da economia, hegemonicamente capitalistas, patriarcais e colonialistas, bem como das teorias que embasam as políticas que as organizam, e propõe outros instrumentos para destruir a Casa Grande, assim como nos convida a poeta Audre Lorde[1]. Integra as escolas da economia crítica que buscam não só analisar, mas superar a ordem econômica vigente, e propõe a *sustentabilidade da vida* como princípio organizador dos processos econômicos.

A economia ecológica analisa os fluxos de materiais e energia que utilizamos para manter a vida em sistemas sociais atravessados pelas desigualdades de gênero, raça, classe e geopolíticas. Critica a redução da natureza a um recurso ou uma externalidade de sistemas econômicos considerados fechados e propõe outras formas de pensar valor. Espécies não humanas têm um valor intrínseco e a noção de valor relacionada à natureza não tem medidas que possam se traduzir em preços ou avaliações de custo-benefício.

A proposta deste texto é juntar ambas as referências pela perspectiva da construção de um movimento feminista anticapitalista e antirracista. A primeira parte trata das questões que surgem quando o pensamento econômico considera a natureza em si, e não como recurso integrado ao circuito de acumulação do capital. Para isso, resgatamos leituras ecossocialistas e ecofeministas de conceitos marxistas como metabolismo socioeconômico, valor e troca ecológica desigual. A segunda parte se situa no corpo, primeiro território onde natureza e cultura convergem, aproximando-se de sua dupla posição: permanente fronteira de acumulação e resistência corporificada.

1 "As ferramentas do senhor nunca vão derrubar a Casa Grande", fala de Audre Lorde realizada em 1979, disponível em português na coletânea Irmã Outsider, publicada pela editora Autêntica em 2019.

Natureza como base de sustentação da vida

Um instrumento é olhar como a vida se organiza e como ela se reproduz para além da pequena parte visível da economia que é mensurada pelos indicadores, as esferas do Estado e do mercado. Para começar, a vida se sustenta na natureza. É dela que provêm os alimentos – plantas, animais e água –, a energia e os minerais utilizados em uma série de aparatos e utensílios que necessitamos para viver. Para ela retornam os resíduos da nossa produção de alimentos e aparatos. E, se tudo corre a seu tempo, esses resíduos transformados voltam a nos prover alimento e energia. Somos também natureza: somos compostos minerais que vêm do solo por meio das plantas ou animais e que se inter-relacionam. Cada elemento químico depende de outro em proporções determinadas para ser absorvido. Nosso corpo, assim como o solo, combina inúmeras formas de vida (bactérias, fungos) em permanente rearranjo em busca de equilíbrio e a temperaturas determinadas (Primavesi, 2019). Somos, portanto, *ecodependentes*.

Limites biofísicos

Para a economia neoclássica (que orienta as políticas neoliberais) a natureza é considerada um recurso, em geral um recurso inesgotável ou passível de ser destacado do resto e precificado. A economia crítica recupera termos da economia clássica que descrevem a natureza por meio de bens de estoque e bens fluxo.

Bens de estoque são petróleo, gás natural e minerais que foram produzidos ao longo de milhões de anos. Atravessam eras geológicas e possivelmente até mais, passando por tempos em que o planeta Terra nem mesmo estava formado (como nas hipóteses de que jazidas de minerais foram formadas por meteoritos que, vindos do espaço, caíram na Terra).

A industrialização, a urbanização e os meios de transporte utilizam combustíveis fósseis que são finitos – muitos autores, quando relacionam a extração com a disponibilidade de petróleo, situam o pico entre 2015 e 2025. A utilização destes combustíveis libera na atmosfera uma quantidade de gás carbônico superior ao período histórico anterior, causando elevação da temperatura média da Terra. A elevação da temperatura derrete geleiras, muda o regime de ventos e chuvas, eleva o nível do mar e causa variações drásticas, como secas em alguns lugares e tempestades em outros.

Os bens fluxo são cíclicos e renováveis por tempo determinado, ajustado em milhões de anos. Alguns exemplos são a água, a madeira, os alimentos. O problema é que o uso intensivo, a velocidade e a extensão das contaminações impedem que

a regeneração aconteça. Assim, um bem renovável se torna escasso. Tudo o que é vivo ocupa um lugar no espaço, transforma bens da natureza utilizando energia para seu sustento e, junto a eles, se autorregula no sentido de um equilíbrio, definindo os limites biofísicos. Só há um planeta Terra.

Chamamos de ecossistemas esse equilíbrio complexo dos seres vivos em um espaço vital, interagindo entre si e com outros fatores como a luz, a temperatura e os. A interferência neste equilíbrio também nos aproxima do limite biofísico. São exemplos disso a redução de espécies pelos monocultivos em áreas de florestas desmatadas e a falta de polinização pela morte de abelhas por agrotóxicos.

O impacto das ações humanas pela emissão de gases que tornam o planeta uma estufa, a modificação das paisagens, a diminuição da produção natural de sedimentos, a acidificação dos oceanos e seus efeitos destrutivos são os casos citados pela Sociedade Geológica de Londres para considerar que vivemos em uma nova época geológica: o Antropoceno (Davis, 2008). A economia crítica nos aponta que a ação humana se dá nos marcos de relações capitalistas que se expandem para todo o planeta, em particular em sua fase conhecida como globalização neoliberal, sendo, portanto, mais preciso nomear a atual época geológica como Capitaloceno. O feminismo inclui como manifestações desta época o genocídio de pessoas e seres, relacionado à simplificação de ecossistemas, cuja drástica manifestação é a "destruição de espaços-tempos de refúgio", ou seja, a destruição justamente de onde a vida poderia se recompor de ameaças e agressões (Haraway, 2016). Isto tem a ver tanto com as fronteiras que impedem a entrada de pessoas refugiadas de emergências socioclimáticas e conflitos armados como com os desmatamentos e queimadas que privam animais silvestres de seus habitats.

Natureza x cultura

A economia feminista nos pensa como natureza. Pensa como estamos inseridos nela, como a transformamos e somos por ela transformadas em um processo de *coevolução*. Assim, supera não só ideias de prevalência da cultura e da racionalidade humana sobre a natureza, como a da separação entre natureza e cultura. Como apresenta a arqueóloga que pesquisa sobre relações de gênero Almuneda Hernando (2018), a construção das subjetividades e da cultura material são processos interconectados. A evidência está na coincidência entre áreas de mata preservadas e com grande diversidade onde vivem indígenas, quilombolas, caiçaras e outras comunidades tradicionais. A Terra Preta, solo de grande fertilidade na região Amazônica, coincide com áreas de ocupação indígena. Passaram-se muitos anos até que os

estudos deixassem de considerar que esta coincidência fosse provocada pela busca dos indígenas por solos de boa fertilidade para se instalarem, e entendessem que aquele solo era resultado da decomposição de carvão vegetal, cerâmica e matéria orgânica como peixes, conchas, ossos e dejetos humanos (Kämpf e Kern, 2003). Ou seja, a Terra Preta de Índio é o resultado de um manejo de solo e da matéria orgânica realizado por comunidades indígenas desde a época pré-colombiana. Esta referência de um solo antropomórfico também é utilizada para entender o solo fértil e bem estruturado encontrado nos quintais das agricultoras da Zona da Mata de Minas Gerais, resultado da diversidade de plantas e do manejo de matéria orgânica realizado por elas (Oliveira, 2019).

Outro exemplo é a domesticação de espécies e a circulação de espécies e variedades pelo mundo. Nyéleni é uma camponesa mítica do Mali que domesticou o fonio (*Digitaria exilis*), cereal de alto valor nutricional, base da alimentação local. As variedades guaranis de milho e batata doce acompanham os caminhos de suas viagens entre aldeias em direção à Terra Sem Males.

Mulheres africanas escravizadas nas Américas trouxeram para este continente a cultura de arroz com sementes da variedade conhecida como arroz negro ou arroz africano (*Oryza glaberrima*), técnicas sofisticadas e variadas de cultivo e de processamento, internacionalizando este alimento. Os conhecimentos especializados da cultura do arroz pertenciam às mulheres africanas que, pilando os grãos no convés dos navios negreiros para que fossem cozidos, escondiam no cabelo sementes, grãos que não descascavam (Henriques, 2018).

Essa recuperação converge com o pensamento de Lélia Gonzalez (1988), quando questionou a imposição da exclusividade do referente branco europeu para nossa vida e subjetividade, e trouxe para o visível toda a influência negra de resistência, na linguagem, na subjetividade e nos modos de ser, formulando a noção de *amefricanidade* para explicar a formação cultural do continente.

O feminismo busca superar as dicotomias – separações e hierarquias – entre homem/mulher, razão/emoção, cultura/natureza. Ainda assim, o debate entre natureza e cultura mobilizou feministas. Correntes essencialistas, também presentes no ecofeminismo[2], associam o sexo feminino e a capacidade de reprodução a uma maior proximidade com a natureza. Entre as correntes que analisam a construção

2 O ecofeminismo também é formado por mulheres que não se identificam com uma visão essencialista que responsabiliza as mulheres pelo cuidado com a natureza. São mulheres sujeitos ativos do movimento ecológico, que inclusive contribuíram para a ampliação de sua agenda. Mulheres do sul e norte global que atuam na crítica à medicalização do corpo, à militarização, às armas e energia nuclear, em resistência às mineradoras e aos transgênicos (Puleo, 2012).

social de gênero, há também aquelas que tendem a um "hiperconstrutivismo", que pode se expressar pela construção de uma nova matéria ou corpo sexuado graças à cultura expressa na ciência e na tecnologia médico-farmacêutica.

Segue, portanto, o desafio de não separar a humanidade da natureza, nem identificar humanidade e natureza. Ainda que a natureza proporcione os recursos materiais que mantêm a vida humana, a cultura não é totalmente determinada pela natureza nem necessita subsumir toda a natureza para se manter (Foster, 2015). A natureza está constituída pela cultura humana, mas os processos naturais podem continuar sem interação humana. Embora não seja possível pensar em humanidade sem o planeta Terra, ele em boa parte de sua história não era habitado por seres humanos.

Metabolismo socioeconômico, falha e restauração metabólica

Esse debate continua no entendimento sobre as interações entre humanidade e natureza para a reprodução da vida. A economia crítica marxista nomeia as interações que transformam energia e materiais necessários para nossa existência como "metabolismo universal da natureza", "metabolismo social", "metabolismo socioeconômico". Metabolismo é o conjunto de transformações pelas quais passam as substâncias que constituem um organismo vivo: reações de síntese (anabolismo) e reações de desassimilação (catabolismo) que liberam energia. Reações metabólicas fazem com que transformemos alimentos em proteínas que constroem nosso corpo (músculos, ossos, sangue) e que sejam quebradas as cadeias de gorduras e açúcares que nos dão energia para atividades vitais como a respiração e a circulação sanguínea.

Este metabolismo individual endossomático (que acontece dentro do corpo de cada pessoa) não é somente natureza, pois aos requerimentos nutricionais de nosso corpo respondemos com uma dieta alimentar socialmente construída. O que gostamos e/ou temos acesso para comer remete a memórias e regras coletivas. Isso sem contar todo o trabalho e conhecimento envolvidos na produção, preparação dos alimentos e na reciclagem dos resíduos, que acontecem, em boa parte, nos espaços domésticos e de cuidados e nas comunidades (Carrasco e Tello, 2012). Mas, em nossas atividades diárias, cada vez mais dependemos de energias externas ao nosso corpo, como a eletricidade e os transportes em veículos automotores, em um metabolismo exossomático. O metabolismo exosomático tem medidas espaciais, como a pegada ecológica (*footprint*) que demonstra que países do Norte, ricos e homens devem ter maiores responsabilidades na restauração ecológica e reparação de povos colonizados. A distribuição desigual do tempo entre mulheres e homens demonstra as formas de apropriação da energia fisiológica e endossomática em um contexto de relações de poder injustas (Salleh, 2009).

O termo metabolismo acentua o olhar desde a biofísica para processos sociais, descrevendo como os fluxos de materiais, energia e informação se produzem entre natureza e sociedade e entre diferentes sociedades em um uma forma cultural específica.

Marx descreve o intercâmbio entre sociedade e natureza no capitalismo como uma falha metabólica (Foster, 2015). Ele formulou o problema ao observar a crise de fertilidade dos solos que assolou a Europa em meados do século XIX. O início da agricultura industrial correspondeu ao aumento do número de pessoas vivendo na cidade (urbanização), à separação entre campo e cidade e a uma ampla industrialização. A escala da agricultura aumentou pela amplitude espacial e pela intensidade no tempo, reduzindo ou acabando com a prática do pousio (descanso das terras). O fato dos alimentos terem que ser transportados para a cidade fez com que seus resíduos se acumulassem ali sem uso, interrompendo a dinâmica de compostagem de resíduos dos alimentos preparados ou não usados. Rompeu-se a ciclagem de nutrientes, ou seja, a troca contínua que se manifesta em uma interdependência dinâmica entre plantas e solo. As tentativas de manejar a fertilidade passaram pela importação de matéria orgânica vinda cada vez mais de longe. É exemplo disso o guano (fertilizante proveniente de excrementos de aves marinhas) extraído, em sua maioria, de ilhas do Peru e comercializado pelo Império Britânico. A visão do químico Justus von Liebig, que descreveu aquela forma de agricultura como um roubo, contribuiu para as reflexões de Marx. Apesar de Liebig considerar a fertilidade combinando a disponibilidade de matéria orgânica e minerais, prevaleceu o foco na disponibilidade de nutrientes minerais. A Lei de Liebig de que o desenvolvimento de uma planta está relacionado ao mineral que mais falta está até hoje na base da agricultura industrial e nas recomendações de adubação.

Marx também se interessou por outras formas de pensar a fertilidade do solo, como estudos sobre a agricultura de aluvião, realizada nas várzeas e beiras de cursos da água beneficiando-se da matéria orgânica transportada (Saito, 2016). Em sua juventude, preocupou-se com a proibição e a dura repressão às pessoas pobres que coletavam lenha, folhas e frutos silvestres em áreas comuns que foram cercadas e privatizadas. Também se atentou ao desmatamento para utilização da madeira como fonte de energia nas fábricas e locomotivas. Todas as reflexões remetem a trocas desiguais dentro das sociedades e entre sociedade e natureza.

O horizonte do socialismo aponta para produtores associados que regulam o metabolismo sociedade-natureza por meio da restauração de um metabolismo social não alienado – a "restauração metabólica". Feministas ecossocialistas resgatam, no entanto, que, no presente e ao longo do tempo, mulheres, indígenas e

comunidades tradicionais que manejam agricultura, pesca e coleta já catalisam ciclos de matéria e energia em processos de regeneração metabólica. Lidam com as necessidades criando sinergias, trocam o risco pela precaução e preferem a saúde e a sustentabilidade ao que é chamado de "desenvolvimento" (Salleh, 2009).

Debates sobre valor

As atualizações da teoria marxista têm ao menos dois pontos de partida: natureza integrada ao circuito da mercadoria pelo capital e natureza como uma riqueza em si mesma. Este debate se expressa na questão do valor. As interpretações clássicas de Marx do valor trabalho consideram que a natureza só adquire valor quando transformada pelo trabalho humano, entrando no circuito da mercadoria. A renda diferencial da terra, por exemplo, só opera graças à recuperação da fertilidade ou à criação de infraestruturas, e mesmo as formas abstratas de financeirização da natureza necessitam de uma mediação humana pela transformação de processos naturais em métricas (cálculos de absorção de carbono e equivalências negociadas na bolsa). O valor de uso só tem sentido como pré-condição para o valor de troca. A questão ecológica só é considerada pela economia quando há preocupação com o fim da energia e materiais baratos, considerados "dádivas" pela economia clássica ou "externalidade" pela neoclássica, e assim impõe crises de valorização da mercadoria.

O capitalismo se apropria e subsome a natureza. Para o capital, a natureza não existe como uma realidade em si mesma (como um referente ontológico) e os ciclos e processo naturais não são vistos como relativamente autônomos. Portanto, não faz sentido nos referirmos a um conflito capital x natureza. As visões que serão abaixo descritas pensam a natureza também (mas não só) como independente da sociedade e da cultura, e são consideradas dualistas.

Outra vertente se apoia na contribuição de Marx que separa a riqueza materializada no valor de uso e o processo capitalista de valor de troca com trabalho abstrato. Este pensamento faz sentido se consideramos que o capitalismo e sua forma mercadoria são hegemônicos, mas não totalizantes nas relações econômicas. Assim, é possível pensar que algo tem valor independentemente do circuito mercadoria e, inclusive, pode estar em resistência a essa forma.

Marx "distinguiu entre riqueza real composta por valores de uso, representando o que chamou de 'forma natural' na produção e valor / valor de troca, ou seja, a 'forma de valor' associada à produção especificamente capitalista. (...) A forma natural representa a 'forma tangível e sensível da existência', envolvendo propriedades materiais e técnicas naturais e constituindo riqueza real" (Foster e Burkett, 2018).

Desta forma, a falha metabólica refere-se à contradição entre a forma natural/valor de uso e forma valor/valor de troca que passa a dominar a forma natural da produção de mercadorias, já que o capitalismo é um sistema de dominação. A universalização do valor capitalista pressupõe não só uma alienação do trabalho (trabalho abstrato incorporado no valor de troca), mas uma alienação da natureza – ambos perdem sentido para serem incorporados de forma abstrata na forma mercadoria.

Reconhecer a riqueza para além da forma mercadoria nos permite entender que a natureza, assim como o trabalho, está na base de toda riqueza. Em termos do debate político, isso se expressa, por exemplo, em propostas que reconhecem direitos à natureza.

Essa perspectiva abre outras possibilidades para pensar o trabalho doméstico. Feministas marxistas desde os anos 1960 buscavam entender o trabalho doméstico no circuito da mercadoria, de formação do valor de troca, ou seja, pela redução do custo da força de trabalho na produção de mais valia. O trabalho doméstico é também extraído pelo capital, que diminui os custos de reprodução de sua força de trabalho. Um dilema desse debate é a concretização do tempo socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho. Fatores objetivos e subjetivos implicam variações de tempo em atividades concretas, como no preparo de uma refeição. A economista feminista Antonella Picchio (2012) demonstra que o trabalho doméstico e de cuidado, que ela denomina como reprodução, não pode ser analisado simplesmente transpondo conceitos da análise da produção. Ela destaca que esse trabalho amplia o salário real em consumo real, expande o nível de vida em forma de uma condição de bem-estar efetiva, nos fazendo sentir humanos em um sistema que nos trata como mercadoria. Isso se expressa, por exemplo, no afeto que pode estar contido no preparo de refeições e que pode implicar enormes variações de tempo de preparo.

As pesquisas sobre o uso do tempo contribuem para demonstrar a sobrecarga de trabalho das mulheres e a injusta distribuição dos afazeres domésticos. No entanto, o debate sobre cuidados levantou novas questões sobre os usos do tempo, resgatando que a distribuição desigual das responsabilidades se expressa em uma disponibilidade permanente das mulheres em relação ao cuidado do outro, muitas vezes como obrigação e sem reciprocidade. A tensão entre as lógicas temporais da produção e da vida são sentidas e absorvidas pelas mulheres em seus corpos.

A agroecologia que valoriza a experimentação e a observação como práticas necessárias à construção do conhecimento também levanta questões já que não é possível separar tempos de contemplação e respiro dos afazeres e de observação que permite constatar a necessidade de um manejo. Mais uma vez a riqueza não necessita ser mensurada nos tempos e termos do circuito da mercadoria.

Troca ecológica desigual e imperialismo ecológico

A extração do guano no Peru para recuperar a fertilidade dos solos não só criou mais um circuito colonial de expropriação da Europa nos países do sul, mas deu início ao imperialismo americano. Em 1856, o Congresso estadunidense promulgou a lei que permitiu a seus cidadãos se apossarem de ilhas que tivessem depósitos de guano em nome do Estados Unidos. A troca desigual entre sociedades e entre sociedades e natureza se amplia e inclui progressivamente todo o planeta.

A ecossocialista e feminista australiana Ariel Salleh (2009) sistematiza a atuação de povos e movimentos que questionam a dívida como sistema de controle sobre nações, povos e pessoas. Segundo ela, o capitalismo colonialista e patriarcal é devedor de dívidas social, ecológica e corporificada.

Trabalhadoras e trabalhadores são credores da dívida social que os capitalistas têm com eles por meio da extração da mais valia. Mulheres e homens que foram sequestrados e escravizados criaram, com seu trabalho, riquezas que estão na origem de bens e patrimônios de muitas empresas capitalistas e famílias ricas. Elas são credoras desta dívida histórica que se renova em situações de conflitos armados, refúgio e imigração sem documentos.

Mulheres e homens de povos do sul e povos autóctones de todo o planeta são credores de uma dívida ecológica pela extração direta da natureza e pela destruição de seus meios de vida. Mulheres são credoras de uma dívida corporificada pela extração do trabalho reprodutivo não remunerado, que produz valores de uso e força de trabalho da qual se beneficiam os homens como grupo social, as empresas e o Estado. A energia dispendida pelas mulheres é apropriada à custa de seu bem-estar físico e psíquico, levado muitas vezes à exaustão.

A percepção sobre quem são os reais credores permite situar as mulheres como agentes econômicos, já que uma das operações de ilusão do capital é a separação artificial entre o social (pobreza, reprodução, mulheres) e o econômico (finanças, investimento). As políticas sociais (como saúde e educação), recortadas pelas políticas de ajuste estrutural para a manutenção do pagamento da dívida, podem ser vistas como parte de uma reciprocidade à invisível contribuição econômica das mulheres na reprodução da vida.

> *Como se pode pagar a dívida com as mulheres? Trata-se de transferir recursos monetários para elas, mudar a estrutura de propriedade de modo a que haja mais mulheres proprietárias? Ou o caminho é priorizar a vida como eixo da economia, o que supõe alterar, transformar o esquema capitalista e seus pilares, entre eles precisamente a propriedade? (Leon, 2010)*

A percepção de quem é credor e devedor expande as formas de olhar para a economia para além do circuito de valorização do capital na forma valor de troca. Assim, percebemos que as mulheres, os povos e as comunidades tradicionais detêm conhecimentos relacionados ao cuidado e a natureza que produzem valor de uso e riqueza.

Corpo-território

Silvia Federici (2020) mostra como os corpos das mulheres foram expropriados em uma violenta política sexual e reprodutiva, e submetidos para a reorganização do trabalho, remunerado e não remunerado. Trata-se de um processo articulado à colonização e escravidão, ao cercamento de terras e à conversão de homens e mulheres despossuídos em força de trabalho assalariado. Todos esses processos formam alicerces do capitalismo, atualizados nas dinâmicas de expansão do capital, ameaçando e atacando a vida ao colocá-la como meio para a acumulação.

A sustentabilidade da vida como aposta política necessariamente antissistêmica apresenta questionamentos em torno de quais vidas estamos falando. Nas palavras de Amaia Perez Orozco (2014), a sustentabilidade da vida não se refere a uma mera reedição de vidas sempre iguais, planas e estáticas, mas à regeneração constante de condições que tornem possível uma vida que valha a pena, que carregue em si mesma a possibilidade de mudança, de criação, de descobrimento.

Aterrissamos nossa análise nos corpos: na crítica aos mecanismos de subjugação e controle e, ao mesmo tempo, na capacidade de resistência e reconstrução dos corpos em movimento.

O desafio para o feminismo é não isolar nossas lutas por autonomia e autodeterminação dos corpos das demais. As mulheres latino-americanas, especialmente indígenas, ao colocar seus corpos nas lutas contra a expansão do capital sobre seus territórios – barrando projetos de hidroelétricas, mineração ou o agronegócio –, construíram uma síntese política importante: os corpos são o primeiro território a ser defendido. Em luta, afirmam que somos nosso corpo e somos natureza.

Politizar os corpos como territórios a serem defendidos é enfrentar a lógica dicotômica do pensamento ocidental, androcêntrico e branco, que separa a mente do corpo. Superar essa dualidade passa pela afirmação de que somos inteiras, com emoções, razões, carne e osso, sem fragmentar nossa existência. Somos resultados da coevolução entre práticas históricas de muitas gerações e povos, da natureza e de territórios concretos.

Apropriação e dominação

A dominação dos corpos das mulheres pela violência do capital e pela violação colonial se apoiou na visão cristã de dualidade entre o espírito e o corpo, que impõe a domesticação/repressão dos corpos para salvar os espíritos. As divisões sexual e racista do trabalho se articulam no disciplinamento dos corpos das mulheres para o trabalho. Nas empresas e fábricas, habilidades socialmente adquiridas, como a coordenação motora fina, não são reconhecidas como qualificação. O ideal de fragilidade de mulheres brancas burguesas se contrapõe à experiência corporal de esforço e resistência das mulheres trabalhadoras. A força é historicamente utilizada contra as mulheres negras para impor ainda mais violência e para negar cuidados, como no parto.

As vidas/os corpos, convertidos em meio para a produção de riqueza apropriada pelo capital, veem sua relação com o tempo e a natureza se transformar. Em rotinas de trabalho intensas e extensas, perdem a referência na posição do sol e passam a olhar para o relógio. Passam a ser regidos pelo tempo do capital, regulados pelo horário de trabalho, por sirenes nas fábricas, notificações nos aplicativos. Trabalhos repetitivos e rotinas aceleradas atrofiam partes do corpo, por vezes redescobertas por tecnologias biomédicas quando o corpo "falha" para o capital.

A instalação da dominação e da subjugação dos corpos nega os conhecimentos e práticas populares, e tem como ferramentas a perseguição e a criminalização. A escravidão é uma experiência violenta e profunda que deixa marcas no corpo por gerações – ainda mais porque estas marcas são revividas na atualidade do racismo de cada dia. A memória do navio negreiro dá sensação de asfixia e se repete na condução lotada. A repressão à postura altiva de quem encara e olha nos olhos do capataz e da polícia na blitz. O corpo liberto no improviso da capoeira logo criminalizada com um capítulo próprio no Código Penal de 1890 (dos vadios e capoeiras: "fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem"). A capoeira que foi crime até 1937 e ainda enfrenta o ódio, como demonstrou o assassinato de Mestre Moa de Katendê em 2018, e é um lugar que as mulheres vão ocupando mais e mais, abrindo as manifestações de mulheres negras e feministas.

Mercantilização dos corpos 4.0

São muitas as formas de regular os corpos das mulheres, pelos julgamentos morais que ensinam repressões, por legislações que criminalizam práticas de autonomia como o aborto, por padrões que geram incômodos e sentimentos de inadequação. "Somos mulheres e não mercadoria" foi a palavra de ordem construída

pelas militantes da Marcha Mundial das Mulheres em plena luta contra o neoliberalismo e os tratados de livre comércio. Esta agenda de luta ampliou a crítica à permanente disponibilidade dos corpos das mulheres para os homens e as formas como as empresas de comunicação hegemônicas, as farmacêuticas e cosméticos impulsionam padrões de beleza inatingíveis.

Esses mecanismos são hoje atualizados. Nossa presença no mundo e nossas relações são cada vez mais mediadas pelo digital, que renova as disputas em torno das nossas vidas, dos nossos corpos e das condições para a superação do capitalismo. A tecnologia é apresentada como se fosse neutra, fetichizada como se não fosse produto de relações sociais, vendida pelos seus usos e facilidades no cotidiano, provocando frequentemente a questão "como vivíamos antes da internet?". Consequentemente, acelera o esquecimento das práticas que nos trouxeram até aqui. A pesquisadora Shoshana Zuboff (2018) mostra como a constituição de uma esfera individual em rede no neoliberalismo e a legitimação de necessidades subjetivas socialmente construídas são processos que aceleram a penetração da internet em todas as dimensões da vida.

Nosso cotidiano passa a ser uma fonte fundamental de produção de dados que alimentam a acumulação do capitalismo digital. Delegar para os outros o poder sobre nossas vidas, nossos corpos e nossa privacidade carrega em si uma dinâmica de expropriação e de apropriação. Os termos de consentimento que precisam ser aceitos para acessar as redes sociais e as bulas de medicamentos são todos elaborados para que ninguém leia, para manter a opacidade das tecnologias proprietárias e esconder efeitos colaterais que nos mantém doentes e sob controle.

A mediação das tecnologias digitais vai reconfigurando as fronteiras do público e do privado. Mas elas continuam existindo, e a lógica de ocultar e invisibilizar não se altera: o que se mostra e o que se esconde, a forma como funcionam os algoritmos de redes sociais cada vez mais baseadas em imagens. Os pratos de comidas são mostrados, a louça suja não é. Os pais postam fotos dos momentos de lazer com as crianças, as mães seguem sobrecarregadas com o cotidiano do conjunto das tarefas que tornam estes momentos possíveis. Cada vez mais, as pessoas estão em busca da *selfie* perfeita[3], e das curtidas que são consideradas indicadores de aceitação. Tudo isso acontece em plataformas que tem donos, como é o caso do Instagram, que é do Facebook.

O feminismo que outrora questionou o uso de programas que alteravam a imagem real das mulheres nas propagandas (apagando rugas, celulites e modificando as medidas dos corpos, produzindo padrões inatingíveis), hoje, enfrenta

3 Um estudo mostrou que 259 pessoas morreram enquanto tiravam selfies, entre 2011 e 2017. https://www.bbc.com/portuguese/geral-45750323 (acesso em 20 de maio de 2020).

a naturalização dessas modificações nas imagens pelos filtros dos telefones e das redes sociais. Esse é apenas um exemplo de como as aparências são modificadas com um clique, apagando o que se entende como imperfeição, reduzindo medidas do rosto, destacando expressões ou mesmo clareando a pele, um reflexo direto do racismo. As consequência se expressam na autopercepção que as mulheres de todas as idades têm sobre o corpo. Os distúrbios alimentares continuam fazendo muitas vítimas em todo o mundo, principalmente entre mulheres jovens.

Biomedicalização

A lógica dos filtros é de que nossa imagem pode ser melhorada, e é a mesma lógica da biomedicina e da indústria farmacêutica. É a visão do corpo como soma de várias partes fragmentadas, que, com a ajuda das tecnologias biomédicas, podem ter seu desempenho melhorado. Nesse sentido, os processos do corpo das mulheres, como a menstruação, foram medicalizados e, com isso, cada vez mais os conhecimentos sobre o corpo são expropriados das mulheres.

A médica feminista Ana Cristina Pimentel (2016) mostra como os hormônios são vendidos não apenas para a contracepção, mas também para outras finalidades, como regular a ansiedade e a depressão e até melhorar a aparência da pele e dos cabelos. Ela questiona, ainda, que a indústria dos hormônios e da contracepção reforça e legitima a padronização heteronormativa da sexualidade, reforçando a responsabilização das mulheres pelo controle da reprodução.

Há alguns anos atrás, a Fundação Bill e Melinda Gates investiu em uma empresa que estaria desenvolvendo microchips anticoncepcionais. Simultaneamente, também investiu em uma iniciativa para ampliar o acesso a implantes contraceptivos das mulheres de países da África. As mulheres seguem sendo cobaias de experimentos neocolonialistas e racistas do mercado, como foram tantas vezes nas políticas realizadas em nome do controle populacional.

Uma análise recente mostrou um crescimento no uso de aplicativos que prometem melhorar a saúde mental[4], além dos aplicativos de controle dos ciclos menstruais, que reforçam a lógica de que os hormônios explicam todas as sensações e comportamentos das mulheres (SOF, 2016). Capturam dados sobre o sono, a chamada libido, as sensações e/ou atividade sexual. O corpo fragmentado, doente, desconhecido, dissociado da nossa razão, é alvo de um complexo biomédico-farmacêutico. O corpo das mulheres, particularmente, é "maleável, um corpo aberto

4 "Tudo por conta própria: aplicativos de auto-cuidado psicológico e emocional" Pesquisa realizada melo MediaLab da UFRJ, disponível em http://medialabufrj.net/wp-content/uploads/2020/05/Relato%CC%81rio_PsiApps_MediaLabUFRJ-1.pdf (acesso em 20 de maio de 2020).

ou uma virtualidade de outros infinitos corpos, que podem apresentar um maior desempenho" (Pimentel, 2016, p.16). Questionamos a visão de que nossos corpos possam ser "reprogramados" e "melhorados", assim como questionamos a visão que impõe o desenvolvimentismo e progresso baseado na produtividade e na destruição.

As drogas reguladas pelo mercado, vendidas livremente em farmácias, prometem aliviar dores e ansiedade, a falta de sono e demais sofrimentos produzidos por um sistema que se alimenta pelo ritmo frenético da exploração. A hipocrisia das drogas permitidas, frente às substâncias criminalizadas, alimenta o encarceramento em massa, justificado pela chamada guerra às drogas, que criminaliza vidas negras e pobres. Nas prisões superlotadas, o uso de psicotrópicos – por vezes impostos e sem diagnóstico – é uma estratégia de gestão e controle dos corpos, conforme mostram os estudos de Fábio Mallart (2016) sobre a medicalização nos circuitos entre cárcere, periferias e equipamentos públicos e privados de saúde e assistência.

Nesta sociedade em que a ansiedade e a depressão são uma realidade crescente, o poder biomédico se apresenta como provedor das (falsas) soluções. As pílulas, os hormônios e cirurgias são oferecidas como soluções fáceis e rápidas para acabar com o sofrimento e com os desencontros entre nós e o mundo, entre gênero atribuído e o corpo, entre nós e nosso corpo.

Quando o corpo que habitamos não é a norma do bonito, do desejável ou do adequado, viver este corpo de outra maneira é um ato político. Por isso, para as mulheres negras, recriar a relação com seu corpo é tão forte e é parte de um processo coletivo de resistência: é descobrir a si mesma e sentir-se parte de uma ancestralidade (uma história que vem de longe, sempre resistindo a ser ocultada), de uma comunidade que tenta responder coletivamente como é tocar a vida em uma sociedade que não nos quer plenamente vivas. No corpo das mulheres, está inscrita a postura dos trabalhos que lhe foram impostos. É o trabalho de carregar o máximo de peso e fazer o máximo esforço, do trabalho de limpar e servir – em silêncio, sendo invisíveis. E está, também, a marca das agressões sexuais dos senhores e dos patrões. Tudo isso é uma "herança que nos ensinou a temer nossa beleza, nosso corpo e a própria condição de mulher" (Pereira, 2019, p. 66).

Nesse caminho, está o desafio de questionar e transformar a dinâmica da vida e as relações sociais que provocam sofrimentos e inadequações. E, mais do que isso, reconstruir relações e comunidades em que caibam todos os corpos, respeitados em sua diversidade, singularidade e interdependência, cuidados em sua vulnerabilidade, que é condição humana.

Artificialização da vida

No lucro proporcionado pela produção social de dor e sofrimentos, de doenças pela contaminação dos nossos corpos e territórios pelos agrotóxicos e transgênicos, o complexo biomédico-farmacêutico e o agronegócio são aliados estratégicos, e cada vez mais se fusionam (como a empresa transnacional Bayer-Monsanto).

Esses setores convergem no impulso e uso de biotecnologias digitais. O grupo ETC[5] formula, em torno da sigla DAMP (dados, automatização, moléculas, planeta), uma análise que nos ajuda a compreender essas dinâmicas de avanço do capitalismo sobre os corpos e territórios (Ribeiro e Thomas, 2019). A manipulação da vida pela biologia sintética segue a perspectiva de fragmentação, impulsionando uma visão de que a vida, desde os genes até os ecossistemas, pode ser reduzida a dados digitais, reprogramados/remodelados em escalas extremas. Silvia Federici (2020, p.122) amplia a crítica aos computadores e códigos genéticos como modelos atuais para nossos corpos, porque estes modelos elaboram "um corpo desmaterializado e desagregado, imaginado como um conglomerado de células e genes, cada um com seu próprio programa, despreocupado com o resto e o bem do corpo como um todo". Enquanto o capital converge na busca de controle total da vida, também promove a fragmentação e o individualismo. Nesse sentido, a ecodependência e a interdependência vão sendo negadas ideológica e materialmente.

A lógica de propriedade intelectual é vital para essas indústrias. Acompanhando os registros de patentes, é possível ver o alcance dos planos de expansão de domínio e controle das corporações sobre a vida, em busca do lucro. Recentemente, a Microsoft registrou uma patente de um sistema de criptomoedas que utiliza dados de atividade corporal (calor corporal ou onda cerebral). Os dados gerados pelo funcionamento do corpo seriam utilizados para validar uma transação em um sistema *blockchain*[6].

Temos insistido em revelar que o digital tem uma base material, conformada pelo trabalho humano que produz os aparatos tecnológicos, pela exploração de minerais como lítio e coltan (que viabilizam as baterias), pela energia consumida a cada e-mail enviado ou pela energia necessária para manter latifúndios de servidores com capacidade de armazenamento e processamento dos dados produzidos pelas vidas corporificadas e em relação no cotidiano. Os dados não estão prontos para serem coletados: dependem da atividade humana que, nesse sistema, acontece com base na exploração e na alienação.

5 *O grupo ETC monitora o impacto das tecnologias emergentes e as estratégias corporativas sobre a biodiversidade, a agricultura e os direitos humanos, sediado no México.*

6 *Blockchain é uma tecnologia digital que registra transações de forma distribuída e descentralizada, cuja origem está vinculada às criptomoedas, um tipo de moeda digital.*

A privação de contato humano que as pessoas estão experimentando na situação de emergência provocada pela pandemia de covid-19 mostra como o digital não dá conta de suprir o que o contato e a vida em comum propiciam. E as experiências das mulheres com os processos e trabalhos que garantem a sustentabilidade da vida mostram que nem tudo pode ser mercantilizado nem digitalizado. Uma parte significativa dos cuidados demandam uma interação face-a-face, presencial, inviabilizando o "telecuidado" ou a robótica.

A artificialização da vida, dos processos dos corpos, a tentativa de produzir ecossistemas em laboratórios agudizam o conflito do capital contra a sustentabilidade da vida. O corpo, assim como a natureza, se coloca como um limite para a exploração, esse limite que o capital se esforça para superar (Federici, 2020).

Corpos em resistência para recuperar os tempos da vida

A economia feminista mostra como as mulheres vivenciam, em seus corpos, os ajustes entre a lógica temporal do capital e a lógica da sustentabilidade da vida. Reorganizar a economia tendo os tempos da vida como referência é uma aposta da economia feminista e ecológica.

O corpo resiste aos tempos do mercado. É preciso recuperar as memórias que marcam os corpos, individual e coletivamente, ouvir suas histórias, reaprender a ouvir o corpo. Recuperar os tempos da vida se relaciona com a reconexão com os processos do nosso corpo sem a mediação do mercado capitalista, desde o ato de ser consciente da respiração, a percepção dos ritmos e sons da vida nos ambientes em que vivemos, a desalienação da nossa relação com os alimentos, a superação da dualidade entre corpo e mente. Como reflete a educadora popular Llanisca Lugo (2020), compreender a complexidade da subjetividade do povo, "interpretar suas fidelidades e seus dissensos, seu cansaço dentro de sua resistência, sua esperança em meio ao drama cotidiano, sua diversidade de leituras, sua raiva, seu perdão, sua incerteza e sua dignidade" é um desafio atual da revolução cubana, e pode iluminar os desafios em outras partes do mundo.

Os tempos da luta enfrentam e rompem com a lógica de aceleração do mercado capitalista. Na construção da Marcha Mundial das Mulheres, aprendemos com as zapatistas que o ritmo da marcha é o de quem vai mais lento, sem deixar ninguém no caminho, pois juntas é possível irmos mais longe. Nas metodologias feministas de educação popular, as dinâmicas têm por objetivo nos fazer presente, inteiras, no processo coletivo de formação, onde perceber o próprio corpo e construir confiança no coletivo são conquistas que se articulam.

Recuperar os tempos da vida exige interromper a destruição da natureza e o genocídio do povo negro e indígena. Exige abrir caminho para os tempos da regeneração da natureza, os tempos de cura do corpo e os tempos do luto das que perdem seus filhos, companheiros, irmãos.

Os percursos da reconexão com o corpo e a história são percorridos em movimento. Uma jovem negra, militante da Marcha Mundial das Mulheres no Ceará, relembra que o impacto de sua participação na Ação Internacional em 2010 foi que, ao voltar, parou de alisar o cabelo. Esse é um processo que também tem um tempo de transição, conforme registra esse outro relato:

> *Parei de passar química no cabelo. Pensei que tivesse uns cachos para baixo, mas não. Ele cresceu como um girassol em volta do meu rosto. Que delícia me reencontrar. Amar o que eu vejo no espelho. E começar a amar também o que via dentro de mim. A nova história que estava construindo (Da Silva, 2019, p. 83).*

A economia feminista e ecológica, construída por sujeitos coletivos em luta, também amplia consciência, de forma sistêmica e integral. Possibilita romper com os padrões de beleza, mas também com a alienação da relação com a comida, que não é uma soma de calorias e outros nutrientes encontrados no rótulo dos alimentos ultra-processados. Impulsionada pelas lutas por soberania alimentar, no campo e também na cidade, o alimento passa a ser visto como parte de um ecossistema, fruto do trabalho humano, com seus tempos e lógicas próprias. Também o trabalho doméstico e de cuidado tem uma lógica e um tempo próprios, essenciais para a sustentabilidade da vida. Este trabalho não pode ser simplesmente negado e externalizado; precisa, isso sim, ser reorganizado, redistribuído, coletivizado. No mesmo sentido, as máquinas e tecnologias não poder ser simplesmente negadas, e sim disputadas, com a construção de alternativas, como redes autônomas de comunicação, software livres, máquinas agrícolas apropriadas para o cultivo agroecológico e comum.

Nas avaliações de momentos nacionais de ação política feminista, é comum que as militantes da Marcha Mundial das Mulheres identifiquem estes espaços como experiências de liberdade, onde descobrem possibilidades do corpo e da sexualidade. E o sujeito coletivo é fundamental para isso, construindo de forma conjunta a política, as tarefas, as músicas e as festas. A potência de ocupar as ruas com a batucada feminista, de encontrar juntas o ritmo da luta, com instrumentos que, tocados sozinhos, não tem nenhum sentido, e o encerramento das manifestações em cirandas enormes... Essas práticas fazem parte da rebeldia e da alegria de corpos em luta. Não à toa, Emma Goldman (1869-1940) cunhou essa frase, até hoje muito reproduzida por tantas mulheres em luta: "se não posso dançar, não é minha revolução".

REFERÊNCIAS

CARRASCO, Cristina; TELLO, Enric. Apuntes para una vida sostenible. In FREIXANET, Maria (coord.) Sostenibilitats: polítiques publiques des del feminisme i l'ecologisme, col Grana n 30. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials. 2012.

HENRIQUES, Isabel. Resenha do livro de Judith Carney. Arroz Negro. As Origens Africanas do Cultivo do Arroz nas Américas. In Cadernos de Estudos Africanos 36. Lisboa: Centro de Estudos internacionais, 2018 pp. 250-260. Disponível em https://journals.openedition.org/cea/3479

DA SILVA, Lívia Milena. Travessias entre secas e girassóis. In SANTANA, Bianca (org.) Inovação ancestral de mulheres negras. Táticas e políticas do cotidiano. São Paulo: Oralituras, 2019.

DAVIS, Mark. Bienvenidos al Antropoceno. Sin Permiso 2008. Disponível em https://www.sinpermiso.info/textos/bienvenidos-al-antropoceno

FEDERICI, Silvia. Beyond the Periphery of the Skin: Rethinking, Remaking, and Reclaiming the Body in Contemporary Capitalism. Oakland: PM Press, 2020.

FOSTER, John Bellamy. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. Lutas Sociais vol 19 n 35 pp 80-97. São Paulo: PUC, 2015. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/26680/pdf

FOSTER, John Bellamy; BURKET, Paul. Value isn't everything. Monthly Review vol. 70 n. 6 pp 1-17. Disponível em https://monthlyreview.org/2018/11/01/value-isnt-everything/ consultado em 26 de maio de 2020.

GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo brasileiro, n. 92/93, jan./jun. 1998.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Revista Climacom "Vulnerabilidade" ano 3 n 5. Disponível em http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/

HERNANDO, Almuneda. La fantasía de la individualidad. Sobre la construcción sociohistórica del sujeto moderno. Madri: Traficantes de sueños, 2018.

KAMPF, Nestor; HERN, Dersi. O solo como registro da ocupação pré-histórica na Amazônia. Apresentação no IX Congresso Brasileiro de Geoquímica, Belém, 2003. Disponível em https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Dados-TPA-Top-V4-N7.pdf

LEÓN, Magdalena. Deudas y crisis: aproximaciones feministas desde el sur. Apresentação no Encontro "Feminismos en la agenda del desarrollo", Bilbao 2010. Disponível em http://www.caladona.org/grups/uploads/2012/04/deuda-y-crisis-magdalena_le_n_ponencia.pdf

LUGO, Llanisca. El helado no se toma con embudo. La tizza, maio 2020. Disponível em: https://medium.com/la-tiza/el-helado-no-se-toma-con-embudo-34b5a32c0fbd

MALLART, Fabio. As pílulas e a prisão: produção e gestão do sofrimento. Le Monde Diplomatique, edição 104, 2016.

OLIVEIRA, Rafael. Quintais agroecológicos: biodiversidade, manejo e qualidade do solo. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal de Viçosa em 2019.

PEREIRA, Neusa Maria. Pela mulher negra. In SANTANA, Bianca (org.). Vozes insurgentes de mulheres Negras. Do século XVIII à primeira década do século XXI. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

PEREZ OROZCO, Amaia. Subversión feminista de la economia. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

PICCHIO, Antonela. A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, Nalu.; MORENO, Renata (Orgs.) Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia. São Paulo: SOF, 2012b.

PIMENTEL, Ana Cristina. Medicalização e mercantlização do corpo e da vida das mulheres: uma perspectiva feminista. Debates feministas SOF n.4, out/2016.

PRIMAVESI, Alimentação adequada, sais minerais e vitaminas. Disponível em https://anamaria-primavesi.com.br/2019/06/19/alimentacao-adequada-sais-minerais-e-vitaminas/ consultado em 20 de maio de 2020.

PULEO, Alicia. Anjos do ecossistema? In FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.). Análises feministas: outro olhar sobre economia e ecologia. São Paulo: SOF, 2012.

RIBEIRO, Silvia; THOMAS, Jim. Frente al tsunami tecnológico. América Latina en movimiento, n. 543, setembro 2019.

SAITO, Kohei. Marx's Ecological Notebooks. Monthly Review vol 67 n 9. Disponível em https://monthlyreview.org/2016/02/01/marxs-ecological-notebooks/

SALLEH, Ariel. Ecological Debt: Embodied Debt. In SALEH, Ariel (ed.). Eco-sufficiency and Global Justice: women write political ecology. Melbourne: Spinifex, 2009.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo da vigilância e perspectivas para uma civilização da informação. In BRUNO, Fernanda et al (orgs). Tecnopolíticas da vigilância. Perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

QUEM PAGA PELO PROTOCOLO DE KYOTO?

A VENDA DE OXIGÊNIO E A VENDA DE SEXO NA COSTA RICA[1]

Ana Isla

A economia capitalista patriarcal considera a conservação da biodiversidade e a mudança climática em termos de cercamentos e, mais recentemente, de matérias-primas a serem vendidas no mercado[2]. No entanto, a conservação ambiental posta em prática pelos governos neoliberais e grandes ONGs do Norte global tornou-se mais um instrumento para a colonização de bens do Terceiro Mundo – principalmente do trabalho das mulheres e da natureza. Este artigo descreve dois aspectos socioeconômicos interconectados nesse processo: o primeiro é o cercamento das florestas tropicais como "sequestradores de carbono" ou geradores de oxigênio; e o segundo, resultante desta ação, é o cercamento e a transformação em matéria-prima do trabalho das mulheres. Na medida em que os ecossistemas e o trabalho não assalariado das mulheres constituem, juntos, um sistema de suporte complexo para a sobrevivência das comunidades locais, a agenda internacional conservacionista para o cercamento de florestas tropicais se tornou uma guerra contra a subsistência e uma causa do empobrecimento do campesinato e seu deslocamento. As mulheres são, então, forçadas a procurar os seus meios de subsistência às margens da economia capitalista global.

Desde o início da Revolução Industrial, os humanos têm aumentado a quantidade de dióxido de carbono (CO2) na atmosfera e nos oceanos da Terra. Estes gases são emitidos por processos industriais, como a combustão de energia fóssil, e pela modificação do uso da terra, como o desmatamento. Se as emissões continuarem à taxa atual, projeções feitas hoje sugerem que haverá um aumento da temperatura global de 1º C a 5º C em 2100, levando ao aquecimento global e a

1 *Este texto foi publicado originalmente em inglês em* Ecological Debt: Embodied Debt. *In Salleh, Ariel (Org.). Eco-sufficiency and Global Justice: women write political ecology. Melbourne: Spinifex, 2009.*

2 *O discurso do ambientalismo neoliberal ganhou força e credibilidade na Cúpula da Terra, em 1992.*

condições climáticas instáveis por todo o planeta[3]. Os governos inicialmente concordaram em enfrentar a mudança climática na Conferência das Nações Unidas "Cúpula da Terra", no Rio de Janeiro, em 1992. A Convenção das Nações Unidas sobre a mudança climática (UNFCCC) evoluiu para o Protocolo de Kyoto e propôs o objetivo de estabilizar, no ano 2000, as emissões nos níveis de 1990. Este objetivo não foi atingido em parte alguma[4].

Em regiões do Sul global sem degradação industrial, a vegetação intacta de florestas pode armazenar CO2, pois de outra forma o calor seria retido na atmosfera, elevando as temperaturas e apressando a mudança climática. Na Conferência do Rio, o uso de florestas tropicais para atuar como "sequestradores de carbono" tornou-se uma parte central da agenda de "desenvolvimento sustentável" e isto foi, subsequentemente, incorporado no Protocolo de Kyoto. O Banco Mundial define desenvolvimento sustentável como o gerenciamento do ciclo inteiro de vida (humanidade e natureza) com a intenção de expandir a "riqueza". Esta definição permite que o gerenciamento do portfólio dos ativos de uma nação inclua: infraestrutura construída; recursos naturais como minerais, energia, terras agrícolas, florestas; capital humano e social. O Banco Mundial (1997) notou que muitas funções ecológicas extremamente importantes de suporte à vida, fornecidas por sistemas naturais, não são ainda medidas e consideradas como parte da riqueza das nações. Entre os serviços ainda livres da captura do discurso econômico dominante, estão aqueles fornecidos pelos ecossistemas florestais. Em vez de considerar a economia como dependente da ecologia, o raciocínio capitalista patriarcal integra a floresta ao sistema econômico como parte do "capital natural", uma fonte para o desenvolvimento sustentável. Esta lógica invertida é especialmente problemática para os moradores da floresta tropical que se colocam fora da economia de mercado.

A divisão sexual do trabalho e a consequente opressão das mulheres são fortemente afetadas quando as florestas são transformadas em matéria-prima para a venda de oxigênio. Mulheres e homens da área rural necessitam recursos econômicos para sua subsistência e comunidades íntegras para seu apoio emocional. Mas, depois do cercamento para conservação, as famílias de camponeses expulsas das cercanias da floresta se desintegram ao serem forçadas a migrar para as cidades à procura de emprego. Nas cidades, aquelas e aqueles que não conseguem entrar no mercado de trabalho são vistos como "defeituosos", menos humanos e, por isso, mais fáceis de serem explorados. Nesse contexto, as relações patriarcais de gênero convertem as mulheres da periferia em vários tipos de força de trabalho barata.

3 *Fundamentos de Geografia Física e relatório do Pew Center. Ver, respectivamente, em: www.physicalgeography.net/fundamentals/9r.html e www.pewclimate.org/global-warming-basics*

4 *Ver em: www.forbes.com/home_europe/newswire/2003/12/09/rtr1175321.html*

Como sexo barato, elas proporcionam também uma oportunidade aos homens para comprar a satisfação das necessidades do ego. Genevieve Vaughan (2004) denomina como *masculation*[5] o processo pelo qual homens gozam da dominação social através do controle do corpo das mulheres. Alguns homens confirmam sua superioridade construída pelo gênero mediante a violência sexual – degradando assim qualquer pessoa que esteja na posição de um "outro" social. Parece que, assim como a natureza está cercada no Sul global para devolver a "vida" ao Norte global, também a prostituição constitui o cercamento do corpo de mulheres e crianças para devolver "vida" a indivíduos danificados.

Cercar a floresta, vender oxigênio

A corrente ambientalista dominante articula as múltiplas vantagens da venda das capacidades de depósitos de carbono. Ambientalistas do mundo industrializado adotaram uma posição política que coloca a si e a seu movimento acima e distante da opressão de classe e de gênero, do imperialismo e do neocolonialismo. Suas políticas simplesmente reforçam as relações dominantes de poder sob o neoliberalismo, na medida em que ignoram as questões da exploração e da pobreza e contribuem para a expulsão de comunidades em âmbito global, mediante estratégias de conservação mal concebidas (Foster, 1994)[6]. Para os ambientalistas do governo, os habitantes da floresta tropical são somente "espectadores", não sujeitos políticos (Hecht e Cockburn, 1990). A agenda internacional de desenvolvimento sustentável define a floresta como "capital natural", enquanto as mulheres rurais são consideradas "capital humano". Desde que a economia patriarcal capitalista converteu o mundo físico em uma abstração que visa o lucro e o engrandecimento masculino, as florestas e as mulheres são diminuídas como maneiras de ser. O duplo cercamento da floresta e do trabalho das mulheres se tornou outra guerra contra a autonomia e capacidade de subsistência de povos do Sul global.

Os ecologistas forneceram amplas provas dos limites naturais do planeta para o crescimento industrial e o consumismo, rejeitando o mito do crescimento econômico ilimitado (Daly, 1996; Wakernagel e Rees, 1996). Os limites naturais já foram demonstrados pela destruição de bens naturais, pelo fracasso na capacidade de tratamento de resíduos e pelo irrefutável aumento do aquecimento global

5 *N.E.: Com o termo masculation, que optamos por manter no idioma original por se tratar de um neologismo não traduzido ao português, Genevieve Vaughan (2004) se refere à agenda androcêntrica da masculinidade hegemônica, que opõe independência a interdependência, competição à cooperação, dominação à igualdade de relações, razão à emoção.*

6 *No entanto, o próprio Foster, não apreende em toda sua extensão a característica de gênero desses processos, conforme critica Ariel Salleh (2001).*

(Alvater, 1994). Enquanto o crescimento econômico continua a ser promovido como o suporte central do desenvolvimento sustentável, as Conferências do Rio e de Johannesburg deliberaram a necessidade de reduzir a emissão de gases de efeito estufa e a poluição do ar em forma de dióxido de carbono, monóxido de carbono e partículas de poeira. Mas esses encontros falharam quanto à realização de seus objetivos. Também ficou evidente que o movimento ambientalista convencional é inadequado diante da crise que enfrenta.

Com uma abordagem diferente daquela das grandes ONGs ambientalistas, o movimento de ecologia radical propõe uma reorientação da economia, substituindo o desenvolvimento dirigido pelo livre comércio e pela exportação por uma produção autossuficiente, com um mínimo de energia e de taxa de transferência material na forma de deslocamentos humanos. Ecofeministas materialistas como Maria Mies e Veronika Bennhold-Thomsen (1999) ou Vandana Shiva (1989) defendem normas de consumo alternativas, baseadas em "o bastante"; "suficiência", "economias de subsistência" e "economias de dádiva" (Vaughan, 2004; Sachs, 1992). As ecofeministas reconhecem que, por vários séculos, sociedades patriarcais criaram uma economia baseada na propriedade privada (em latim, *privare* = roubar). Algumas sugeriram que a propriedade privada e a escassez artificial foram criadas para acabar com a economia de dádiva, praticada pelas mulheres através das culturas, de geração em geração. Hoje, a maior parte do trabalho no mundo permanece escondida na economia de dádiva. As dádivas podem ser identificadas no trabalho não pago das mulheres no próprio domicílio e no trabalho dos camponeses e indígenas. Mas mesmo trabalhadores urbanos da indústria fazem dádivas forçadas, na forma de mais-valia, como a parte não paga de seu trabalho (Vaughan, 2004)[7]. Outras dádivas incluem trabalho voluntário, escravidão sexual, trabalho infantil e, claro, os "serviços gratuitos" da natureza.

A economia oficial da Costa Rica é orientada para a exportação. Devido à sua dívida externa, a pressão pela exportação se intensifica sobre os recursos humanos e naturais (Guha e Martinez-Alier, 1998). Em termos de propriedade da terra, a United Fruits, uma corporação transnacional dos EUA, cercou a parte sul do país com plantações de banana, enquanto a comunidade local de empresários cercou o vale central para plantação de café e fazendeiros estrangeiros e locais cercaram o noroeste para a pecuária. Estas apropriações de terra por comerciantes estrangeiros e locais dividiram profundamente a Costa Rica em termos de controle da terra e do poder. Para ser mais específica: as estatísticas governamentais (Costa Rica, 1997) revelam que, em 1996, os 0,71% de indivíduos com mais de 100 hectares eram proprietários de 70% do território do país. Enquanto isso, 83% dos proprietários de

7 *Ver também a discussão do conceito marxiano de mais-valia (Mies, Bennholdt-Thomsen e Werlhof, 1988).*

terra com menos de 100 hectares controlavam 1% do território nacional.

A agenda internacional de desenvolvimento sustentável agravou este acesso desigual aos recursos através da intensificação dos cercamentos de terra pelo Sistema de Conservação de Áreas, criado em 1989 pelo então Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Minas (MIRENEM, agora MINAE). O Sistema Nacional de Áreas de Conservação (SINAC) implementou o modelo de conservação de áreas para gerenciar a vida selvagem e a biodiversidade do país. Este modelo dividiu o país em onze Áreas de Conservação, as quais incorporam a vida selvagem, terras de propriedade privada e assentamentos humanos, e as colocam sob supervisão do atual Ministério do Meio Ambiente e de Energia. Ao cercar 25% do território nacional, o SINAC expandiu o modelo de cercamento. Como aconteceu na América do Norte, a terra expropriada foi organizada segundo um modelo de parques nacionais, dos quais povos indígenas são excluídos e impedidos de desempenhar um papel na preservação dos ecossistemas (Hecht e Cockburn, 1990). Estas terras expropriadas são ligadas por redes políticas transnacionais de "partes interessadas" locais e globais através de categorias de gerenciamento, tais como patrimônio humano, parques nacionais, pântanos, reservas biológicas, zonas protegidas, reservas florestais e refúgios de vida selvagem. Ao mesmo tempo, fronteiras internas são construídas para excluir populações locais que tradicionalmente compartilharam vulcões, cachoeiras, rios, fontes térmicas, teritórios de macacos congo e santuários de reprodução de tartarugas. As terras separadas se tornam, agora, locais de acesso para as atividades de mineração, pesquisa, ecoturismo e venda de oxigênio (Isla, 2002, 2005a, 2005b).

Na estrutura de desenvolvimento sustentável, as florestas são simplesmente "capital natural". Mas, entre outras funções, as árvores da floresta tropical são um mecanismo essencial para o controle de inundações. As árvores estão ligadas diretamente umas às outras através de um grande número de criaturas que se relacionam com elas buscando alimentação, abrigo ou locais para construir ninhos; através de seu acesso compartilhado à água, ar e luz do sol; e através de um sistema subterrâneo de fungos que liga todas as árvores como um superorganismo. Os povos da floresta tropical também são membros deste superorganismo.

Em 1997, na reunião das partes para a Convenção do Quadro de Mudança Climática de Kyoto, os países industrializados concordaram em criar mecanismos para reduzir os gases responsáveis pelo aquecimento global. Entre estes, está o dióxido de carbono, descarregado na atmosfera principalmente pelos países do Norte global. No entanto, reduzir as emissões de gás implica custos de capital para as indústrias. Assim, foi mais fácil para as corporações com maior emissão, apoiadas por seus governos, propor uma conveniente "solução": criar um "mercado global" de dióxido

de carbono e oxigênio, fazendo uso das florestas limpas das nações pobres e endividadas do Sul global. De acordo com a Convenção do Quadro de Mudança Climática, países ou indústrias que consigam reduzir emissões a níveis abaixo de seu limite permitido podem vender seus "créditos de poluição" a outros países ou indústrias que excedam seus próprios níveis de emissões. Dando seguimento à Convenção, o Fundo de Desenvolvimento Limpo evoluiu para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um arranjo do Protocolo de Kyoto. O MDL permite que as nações industrializadas comprometidas com a redução de emissão de gases de efeito estufa "invistam" nos projetos de redução de emissão em países endividados, como alternativa a uma redução de emissão mais cara em seus próprios países[8].

A crise dos habitantes das florestas

Sob o Protocolo de Kyoto, a floresta tropical é avaliada economicamente através de suas estratégias para assegurar seu CO2. O uso da absorção florestal para compensar as emissões "dos países desenvolvidos" foi prontamente adotado pela endividada Costa Rica. Este país agora organiza a conservação, o gerenciamento de florestas e o reflorestamento, por meios de associados internacionais; e vende serviços ambientais para a Noruega, a Alemanha, a Holanda, o México, o Canadá e o Japão (Costa Rica, 1997, p.129). Durante a administração de Jose Figueres (1994-1998), a Lei Florestal (7575) e o decreto DAJ-D-039-98 foram assinados para regularizar pagamentos por serviços ambientais. A certificação para a conservação de florestas é legislada pela Lei Florestal (Artigo 22) na jurisdição do Ministério do Meio Ambiente e Energia (MINAE). Através de seus Programas de Incentivo Florestal (FIP), o MINAE recebe, avalia e aprova os termos dos programas de conservação e promove e compensa os proprietários de plantações florestais. O decreto reconhece os proprietários das florestas e das plantações florestais, os pequenos proprietários rurais, e as Áreas de Conservação (CA) como fornecedores de serviços ambientais elegíveis para receber pagamento pelos serviços fornecidos.

Falando globalmente, as emissões produzidas pelo carvão e óleo queimados no mundo industrial são a causa principal da mudança climática, mas ela prossegue sem restrições. O Norte global não é responsabilizado por mitigar seus altos níveis de emissões, e simplesmente continua a poluir o planeta por meio da compra de créditos de carbono de países endividados do Sul global. Vender CO2 para mitigar emissões de carbono consiste em uma prática de viés neocolonial, de classe e de

8 N.E.: Mais detalhes sobre o funcionamento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em português, na cartilha "Soberania Alimentar: uma resposta às mudanças climáticas" (2009, p.17), disponível em http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2009/01/cartilha_soberania_alimentar.pdf

gênero; impacta na ecologia dos países pobres, em suas economias de subsistência, e particularmente sobre as mulheres.

Vender oxigênio é transformar a floresta tropical, especialmente onde fazendas florestais estão estabelecidas. O reflorestamento é promovido pelos empresários da agricultura em grande escala, associados ao capital internacional. Eles se beneficiam de isenção de impostos sob a Lei de Incentivos Fiscais Florestais (FFI). A FFI de reflorestamento usa espécies florestais exóticas de alto rendimento e de grande aceitação no mercado, tais como melina (usada pela corporação norte americana Stone Forestall) e teca (usada por Bosques Puerto Carrillo e Maderas). Grandes projetos relativos à plantação de agroflorestas estão também conectados aos interesses de grandes corporações de mineração. Por exemplo, na Área de Conservação Arenal-Huetar Norte, a indústria Infinito (subsidiária da companhia canadense Vanessa Ventures) obteve permissão para operar a Mineradora Crucitas em uma área de mil hectares. A companhia tem também um projeto de 32 hectares na área, onde plantou 20.000 árvores para lucrar com o Plano de Incentivo Florestal (FIP). As corporações têm a permissão de cortar árvores depois de 10 anos e transformá-las em madeira para assoalhos ou papel.

Entre 1996 e 2001, estima-se que cerca de 121.000 a 147.000 hectares de árvores exóticas foram plantadas; 50% das espécies são melina e teca; o resto, eucalipto (WRM, 2000; MINAE, 2001). O governo da Costa Rica converteu entusiasticamente o ecossistema florestal em monoculturas estéreis ao plantar florestas homogêneas, apesar da melina, da teca e do eucalipto não serem originários de seu ecossistema. A primeira ação da monocultura é cortar todas as árvores e vegetação nativas. Isto aumenta o esgotamento da água de deflúvio, a extração dos nutrientes do solo e devasta a capacidade produtiva do solo. Assim, os fertilizantes são usados massivamente, espalhados por toda a área destinada à plantação. A escolha do governo em direção à monocultura foi claramente ditada pela pressão por parte da indústria interessada em madeira para assoalhos e manufatura de papel. Tudo isso teve efeitos muito negativos sobre a fertilidade do solo, a retenção da água, e a diversidade biológica.

Sonia Torres é uma engenheira florestal que pesquisou as consequências do plantio da teca. Ela explica como árvores estrangeiras produzem erosão mesmo em terra plana. Na floresta tropical, biodiversidade significa um grande número de leguminosas, com folhas de tamanhos diversos, o que diminui o impacto da chuva e previne a erosão. Ela usa o exemplo da teca para ilustrar o problema.

> *Desde o início do plantio destas espécies exóticas, tenho observado que a teca tem um sistema de raízes que crescem profundamente no solo, mas na floresta tropical os sistemas de nutrientes e de absorção de água estão na superfície. Geralmente os nutrientes e a água estão concentrados entre 70 e 100 centímetros de profundidade. Como resultado, as árvores teca estão cercadas por solo poroso. Além disso, quando chove, devido ao tamanho da folha, muita água se acumula nela que, então, é despejada violentamente no solo. Um pingo de água, a um nível microscópico, forma uma cratera; quando a água cai de 15 metros ou mais, ele forma buracos. A água caindo em solo poroso destrói o solo. O crescimento das raízes mais longe e a sombra produzida pelas folhas obstruem o crescimento das espécies vegetais nas camadas mais próximas ao solo da floresta, as quais poderiam evitar que o solo fosse danificado pelas chuvas violentas (Torres, 2001, tradução nossa).*

Torres argumenta que plantar e proteger as espécies de árvores indígenas pode também alimentar essas populações – da humana às animais e até às bactérias do solo.

Este projeto governamental de vender oxigênio transformou comunidades locais na Costa Rica. Em 1995, o MINAE desenvolveu uma lei de expropriação de propriedades rurais pequenas e de médio porte. A expropriação sem compensação para os proprietários foi exposta por Elizabeth Odio:

> *Um símbolo de orgulho para os costa-riquenhos, os parques nacionais constituem um modelo único no mundo, o qual oferece inúmeros benefícios para a sociedade em particular e o planeta em geral, mas os parques estão em uma situação crítica devido à falta de recursos para lhes dar sustentabilidade e cancelar a dívida com os antigos proprietários cujas terras foram expropriadas ou congeladas para fins de proteção (Odio, 2001).*

Em agosto de 1999, o governo da Costa Rica devia US$ 100 milhões às camponesas e camponeses expulsos. Nessa época, ele ofereceu pagar US$ 6.703 por hectare às famílias removidas[9] (Vizcaino, 1999). No entanto, em 2001, 14.917 hectares de terra ainda não tinham sido pagos, afetando assim aproximadamente 745 famílias que ficaram sem terra e empobrecidas pelo sistema de áreas de conservação.

Na Costa Rica, grandes projetos relacionados ao plantio de florestas estão frequentemente conectados com interesses das mineradoras internacionais, com as grandes ONGs ambientais e com instituições governamentais. Por exemplo, na

9 *"Deuda millonaria por las expropiaciones", reportagem de Irene Vizcaino publicada no jornal La Nación em 29 de agosto,1999, p.6A.*

Área de Conservação Arenal (ACA), organizada pela World Wildlife Fund-Canadá (WWF), parques tais como Arenal Volcano e Tenorio Volcano National Park, e reservas florestais tais como Cerro Chato, vendem oxigênio. Mas, a fim de colocar esse oxigênio no mercado, o Arenal Volcano foi declarado Parque Nacional Arenal Volcano em 1994. De cinco hectares, o parque passou a ter 12.010 hectares. Como resultado, comunidades inteiras foram expulsas à força. Enquanto a maior parte da terra em volta do vulcão não era arável ou adequada à pecuária, pequenos produtores lá viviam há muito tempo. Camponeses e camponesas que tinham organizado suas vidas por meio da preparação da terra para plantio e pastagem em volta do Arenal Basin foram expulsos pelo Ministério do Meio Ambiente e da Energia. As grandes perdas dos camponeses vivendo na área do Basin da Área de Conservação Arena estão registradas em ações judiciais. Eles perderam terras, pastagens, casas, currais e estradas. Antigos proprietários agora alugam "ranchos" ou habitam cortiços. Seus objetos pessoais, como carros ou pequenos aparelhos eletrônicos, foram tomados pelos bancos comerciais quando eles não puderam honrar as promissórias de seus empréstimos destinados a seu desenvolvimento econômico (Arce, 1999). Quando, em desespero, alguns voltaram à sua terra para plantar mandioca, feijão, milho e outros legumes de subsistência, eles foram declarados como infratores da lei e jogados na cadeia[10].

Em 1996, La Cuenca de Aguas Claras foi também declarada uma reserva florestal. Em 2001, mais de 200 produtores, homens e mulheres, foram chamados a contar seu sofrimento em uma reunião na prefeitura de La Cuenca de Aguas Claras. Como eles eram numerosos demais para entrevistas individuais, escolheram, para falar em seu nome, Abel Fuentes e Luis Guimo, que deram o seguinte testemunho.

> *[MINAE tinha dito à comunidade que era a sua própria] maneira de sobrevivência que estava produzindo o desmatamento, a poluição e o rebaixamento do nível de água da La Cuenca de Aguas Claras. MINAE exagerou o nível de desmatamento para expulsar quase todos os habitantes porque ele está reflorestando nossa terra para vender o oxigênio para outros países e conseguir "doações" (Guimo, 2001).*

O argumento do MINAE para expropriar suas terras estava baseado na queixa de redução da água na região. A mensagem de "escassez de água" é uma estratégia para convencer camponeses a deixar o MINAE assumir o reflorestamento enquanto os proprietários das terras são expulsos. Abel Fuentes mostrou provas da expulsão forçada dos moradores da floresta tropical.

10 *Ver em Siete Dias de Teletica, Newscast, 19 de janeiro de 1999.*

> *Até 1996, em La Cuenca de Aguas Calientes, 200 famílias viviam e a terra era organizada como se segue: 70% eram pastagens, com cerca de 2000 vacas; 10% floresta virgem; e 20% floresta secundária combinada, a qual era usada para feijão e criação de porcos. Em 2001, nós éramos só três famílias; a maioria foi forçada a exilar-se. E a terra havia sido reorganizada como se segue: 90% é floresta primária e secundária; 10% é pastagem com menos de 200 vacas; e a terra para produzir feijão foi extinta (Fuentes, 2001).*

Fuentes acredita que seus direitos e os direitos de sua comunidade foram violados com a lei de expropriação de 1995. Assim que a lei foi assinada, alguns dos camponeses foram ao escritório do MINAE para conseguir mais informação sobre ela, mas foram propositadamente levados ao engano pelo governo. Fuentes declarou que

> *(...) o governo negou nosso direito a conhecer a lei. Quando nós pedimos uma cópia dela, um representante do MINAE mostrou-nos um livro enorme, dizendo que ele não podia nos dar uma cópia, devido ao volume do decreto. No entanto, mais tarde um de nossos membros encontrou a legislação na Internet e imprimiu-a em uma só página (Fuentes, 2001).*

Luis Guimo, também pequeno proprietário que ainda vive dentro da terra expropriada, disse ainda:

> *Quando pedimos uma informação aos funcionários do MINAE, eles decidem quando e onde nós podemos consegui-la. Quando nós propomos uma reunião, eles decidem onde e quando podemos nos reunir, daí eles mudam a hora, a data, ou eles cancelam a reunião sem nos avisar. Muitos de nós vivemos longe e às vezes temos de ir a cavalo durante três horas para a uma reunião, e é decepcionante chegar lá e ficar sabendo que a reunião foi cancelada (Guimo, 2001).*

O roubo de floresta das comunidades locais que as utilizam para sua subsistência se tornou a sentença de morte para os pequenos e médios proprietários rurais; suas necessidades são ignoradas pelo governo e eles são declarados inimigos da floresta tropical.

A crise para mulheres e crianças

Sob o neoliberalismo global, a expulsão de habitantes da floresta tropical é justificada pela ideologia do "progresso" e a suposição de que eles se tornarão "desenvolvidos" através do emprego nas cidades. Os que vivem no campo, ao contrário,

sabem que somente os que trabalham na indústria, classes profissionais e homens de negócios encontram trabalhos bem pagos e ascensão social nos centros urbanos. Camponeses e indígenas habitantes da floresta sabem que há um número excessivo de trabalhadores "não qualificados" – ou chamados "autônomos" – nas cidades. Eles são como os trabalhadores migrados indocumentados da Europa, cujas necessidades básicas não podem ser satisfeitas pelas sociedades capitalistas patriarcais e cujos direitos humanos são violados cotidianamente (Robinson, 2003; Bennholdt-Thomsen e Mies, 1999). A ecofeminista Maria Mies argumenta que os membros das comunidades no Terceiro Mundo, destituídos de seus meios de subsistência, não podem esperar até que se tornem dependentes de salários. As pessoas das periferias, mulheres e homens sem terra, não terão a sorte de seus pares do Norte global para encontrar um trabalho e compartilhar a riqueza extraída das colônias (Mies, 1986). Pois a crua verdade é que eles próprios são as colônias.

O poder do mundo industrial para redesenhar as áreas de floresta tropical como "máquinas de geração de oxigênio" exacerba seriamente as desigualdades sociais globais. À medida que emerge uma nova estrutura de acumulação capitalista, a desintegração do ecossistema que dava suporte à subsistência das comunidades locais tem efeitos intensos sobre a divisão sexual do trabalho e a opressão das mulheres no Sul global. Na Costa Rica, quando as famílias camponesas são expulsas violentamente e se tornam mais empobrecidas, suas mulheres são encorajadas a migrar para San Jose e para as áreas turísticas, na esperança de conseguir uma renda para si e para suas empobrecidas famílias através da economia do dinheiro líquido. Em primeiro lugar (e, frequentemente, em último) estas mulheres empobrecidas ganham parte ou todo seu sustento como prostitutas. As prostitutas na Costa Rica são mulheres que trabalham para sustentar filhos e outras pessoas queridas. Elas estão "no mercado" não por escolha, mas por necessidade. Segundo a Casa Alianza (2001a), uma organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos para crianças em risco e/ou sem domicílio fixo, junto com estas mulheres um enorme número de crianças são compradas e vendidas e geralmente abusadas. Por ceder aos desejos de homens do chamado mundo desenvolvido, essa exploração contribui para a indústria do turismo global, para a riqueza dos empresários e para os cofres do estado.

A Costa Rica endividada, sob pressão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), se tornou um dos principais destinos do ecoturismo e do turismo sexual desde o início dos anos 90 (Isla, 2005b). O ecoturismo liga as áreas de conservação aos espetáculos turísticos e promete um mundo de lazer, liberdade, bom gosto e segurança contra riscos. Ao mesmo tempo, o

turismo sexual retrata uma imagem dos corpos da mulher e da criança como puros, exóticos e eróticos. Esta imagem da Costa Rica entrelaça dois aspectos da economia patriarcal e capitalista contemporânea: a dominação dos credores (centros industriais) sobre devedores (periferia rural) e a dominação paralela da *masculation* sobre os corpos de mulheres (Vaughan, 2004). À medida que a Costa Rica se empobrece devido à dívida externa, a marca das relações de força internacionais está estampada nos corpos de suas mulheres e crianças (Roddick, 1988). Homens brancos de todas as classes atravessam as fronteiras para o turismo sexual racial. Turistas sexuais, geralmente homens entre 40 e 50 anos, vêm principalmente de países credores, tais como Europa, os Estados Unidos e Canadá. Da mesma forma, os cafetões que lucram com a oferta de turismo sexual são homens do Norte global. Eles trazem consigo uma economia e cultura política estrangeiras, relações materiais e percepções de como o mundo funciona (Pettman, 1997). Na Internet, há mais de 70 sites vendendo mulheres costa-riquenhas. Elas são comercialmente construídas como um "corpo-para-outros", objetos de desejo, corpos para uso de homens.

Entre 1992 e 1996, 313.525 canadenses visitaram a Costa Rica. Somente em 1997, 36.032 Canadenses visitaram, enquanto em 2002 este número aumentou para 50.000. Um relatório da CBC mostrou claramente a extensão do envolvimento dos homens canadenses com o turismo sexual. Estes homens podem ser encontrados no hotel El Rey em San Jose, onde vídeos secretos de sexo envolvendo adolescentes estão esperando para serem comprados e mulheres são vendidas por 10 ou 20 dólares (Malarek, 2004). Somente em San Jose, 2.000 mulheres e meninas são exploradas no mercado sexual e o tráfico constitui um problema crescente (Casa Alianza, 2001a). Muitas adolescentes vendidas na indústria sexual na Costa Rica são vítimas de tráfico da Nicarágua, Guatemala e Honduras. Estes traficantes criminosos ameaçam matar os pais e parentes próximos das jovens caso sejam identificados. A "riqueza" gerada por essas mulheres vai para o FMI e para o Banco Mundial como pagamento dos juros da enorme dívida externa da Costa Rica.

À medida que a Costa Rica desliza para uma posição subordinada internacionalmente, o país inteiro é humilhado. Torna-se um paraíso para a pedofilia. Homens interessados em mulheres jovens, turistas homens homossexuais (e assim chamados "turistas heterossexuais querendo experiências com meninos") chegam para ter relações sexuais ou fazer fotos pornográficas com crianças. A pornografia infantil é uma indústria estabelecida na Costa Rica.

"Somente em San Jose, há mais de 300 bordéis, com uma média de 10 mulheres e crianças trabalhando em cada um. Isso sugere que cerca de 3.000 mulheres e meninas são formalmente empregadas como prostitutas em uma cidade de somente 278.373 pessoas. 1,1% da população inteira da cidade está prostituída em bordéis" [11].

"Mulheres e crianças envolvidas no trabalho sexual geralmente contraem doenças sexualmente transmissíveis ou morrem de doenças relacionadas à AIDS" (Casa Alianza, 2001c, tradução nossa).

Em 2001, a Casa Alianza e a Marcha Global contra o Trabalho Infantil pressionaram o governo da Costa Rica sobre a falta de ação contra os abusadores sexuais de crianças, turistas em sua maioria. Em uma economia crescentemente baseada em cercamento e desapropriação das áreas naturais comuns, os governos não querem parar o tráfico sexual porque sabem que esta é a única maneira de mulheres e crianças ganharem sua vida. A atitude oficial é de indiferença geral perante os relatórios dessa atividade criminosa. Em 2001, o ex-presidente da Costa Rica Miguel Angel Rodriguez disse em entrevista ao canal ABC 20/20 Report que havia somente "20 ou 30" crianças sendo sexualmente exploradas na Costa Rica, ainda que o Departamento de Estado Norte Americano tenha estimado em 3.000 o número de crianças vítimas da exploração sexual comercial na Costa Rica (Malarek, 2004). O governo também protege a indústria do sexo porque, como notado acima, ela gera centenas de milhões de dólares por ano para ajudar a pagar sua dívida externa.

Embora a prostituição seja proibida por lei na Costa Rica, não há policiamento para a imposição da lei a fim de parar o abuso dos corpos das pessoas pobres e marginalizadas pela sociedade. Para entorpecer a desgraça de manter relações sexuais com cinco ou seis homens diariamente, muitas crianças e mulheres escravizadas se viciam em drogas e álcool. Em 2001, três moças prostitutas desapareceram e foram encontradas esquartejadas e suas partes espalhadas por San Jose (Casa Alianza, 2001c). Ninguém foi responsabilizado pelo crime. Em 2001, havia na prisão somente quatro norte-americanos e um costa-riquenho esperando julgamento por exploração sexual de crianças, apesar das 230 queixas criminais feitas pela Casa Alianza (2001a). A polícia é parte do problema. Em 10 de agosto 1999, o promotor costa-riquenho contra crimes sexuais recebeu uma ordem do juiz para invadir *The Green Door*, um clube privado operado por um norte-americano que

11 Informações do relatório da Costa Rica preparado para a Marcha Global contra o Trabalho Infantil], de 2006. Disponível em: https://globalmarch.org/country-report-2006-costa-rica/. Tradução nossa.

oferecia acompanhantes e menores para sexo com homens de negócios, visitantes e estrangeiros residentes. Com a ajuda do Ministério Público de Segurança Rogelio Ramos, o criminoso norte americano escapou (Casa Alianza, 2001b). Mais ainda, como relatou o programa CBC, quando moças jovens são presas, as vítimas são pessoalmente punidas pela polícia com pedidos por sexo oral.

Na Costa Rica, as mulheres também são turistas sexuais. Algumas mulheres solitárias norte-americanas, canadenses e europeias tiram igualmente vantagem de seu status de classe e raça para seduzir homens, levando à intimidade os habitantes locais necessitados. Rapazes jovens e homens se envolvem no "turismo romântico" com estas mulheres, as quais são geralmente abonadas, solteiras, profissionais que viajam para áreas de lazer e, a um homem que aceite, podem fornecer bebidas, jantares, compras de presentes, joias e outros bens de luxo em troca de sexo e companhia. Nesse ambiente criminoso, as mulheres podem ser tão exploradoras quanto os homens são, mas as mulheres também podem incorrer em perigo com esses "românticos companheiros" (Sanchez, 2000).

Resistir ao ambientalismo estreito

A definição de floresta tropical como geradora de oxigênio destrói as maneiras de sobrevivência sustentável e cria pobreza pela expropriação ou diminuição das capacidades da floresta de sustentar seus habitantes. Na Costa Rica, os camponeses sabem que seus direitos humanos foram violados pelo MINAE e por organizações que se autodenominam ambientalistas. Como disse Luis Guimo:

> *Eles costumavam vir a nós procurando informação e nós a fornecíamos a eles. Eu pessoalmente hospedei pessoas e permiti que usassem meus cavalos para que suas visitas fossem confortáveis. As coisas estão mudando e nós não podemos colaborar mais. O MINAE me disse que tinha que vender minha pequena propriedade ao Estado e ao preço que o Estado decidisse. Nós não saímos. Eles terão de nos matar se quiserem nossa terra (Guimo, 2001).*

O cercamento da floresta tropical costa-riquenha para acumulação de capital global condenou famílias rurais, principalmente mulheres vulneráveis e crianças, ao desamparo. Ironicamente, a Costa Rica, como país, está na mesma posição que suas prostitutas – mantida em dívidas financeiras por cafetões, nesse caso o Banco Mundial, o FMI, as firmas mineradoras e as ONGs ambientalistas. No entanto, nem a nação nem suas mulheres podem ganhar o suficiente para pagar as dívidas e retomar sua autonomia.

Apesar de tudo isso, as mulheres e os homens costa-riquenhos estão lutando para reaver seus bens e defender seus direitos a uma subsistência segura. Estão expondo a falácia do "desenvolvimento sustentável" que não reconhece suas raízes imperialistas e neocoloniais de classe e gênero. Eles estão pressionando governos, investidores, acadêmicos e ambientalistas. Ativistas internacionais, mulheres em especial, estão se juntando às suas irmãs da Costa Rica nessa luta por um mundo justo e saudável. Por isso, dizem: "Nenhum cheque em branco para o Protocolo de Kyoto!". Os movimentos (ecológicos, de mulheres, trabalhadores e indígenas) só devem apoiar o Protocolo de Kyoto se ele se comprometer a impor limites para as emissões de carbono produzidas pelo estilo de vida do Norte global. A Convenção de Estruturação e as demais estratégias para a redução do aquecimento global não podem ser endossadas se dependerem da expropriação das economias de subsistência de outrem.

REFERÊNCIAS

ALVATER, Elmar. Ecological and Economic Modalities of Time and Space. In: O'CONNOR, Martin (ed.). Is Capitalism Sustainable? Political Economy and the Politics of Ecology. Nova Iorque: Guilford Press, 1994.

ARCE, Yehudi. Campesinos Precaristas en su Propia Tierra. In: Eco Catolico, p.11, 17 janeiro 1999.

BANCO MUNDIAL. Measuring the Wealth of Nations. In: Expanding the Measure of Wealth: Indicators of Environmentally Sustainable Development. World Bank ESD Studies and Monographs Series, n. 17, pp. 19-39, Washington, DC, 1997.

BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika; MIES, Maria. The Subsistence Perspective. Londres: Zed Books, 1999.

CASA ALIANZA. Man Charged in Costa Rica for "dishonest abuse" of children. 2001a.

_____. Costa Rica policeman convicted for helping child pimp escape. 2001b.

_____ Third Street Girl goes Missing in Costa Rica. 2001c.

COSTA RICA. El Estado de la Nacion en Desarrollo Humano Sostenible: un análisis amplio y objetivo de la Costa Rica que tenemos a partir de los indicadores más actuales. Informe 3. San Jose: Editorama, 1997.

DALY, Herman. Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development. Boston: Beacon Press, 1996.

FUENTES, Abel. Entrevista concedida à autora. 22 de julho de 2001.

FOSTER, John. The Ecological Crisis and Ecological Conditions before the Industrial Revolution. In: The Vulnerable Planet: A Short Economic History of the Environment. Monthly Review. Nova Iorque, 1994.

GUHA, Ramachandra; MARTINEZ-ALIER, Joan. Poverty and the Environment: A Critique of Conventional Wisdom. In: Varieties of Environmentalism: Essays North and South. Delhi: Oxford University Press, 1998.

GUIMO, Luis. Entrevista concedida a autora. 22 de julho de 2001.

HECHT, Susana; COCKBURN, Alexander. The Fate of the Forest: Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon. Nova Iorque: Penguin, 1990.

ITC. Instituto Costarricense de Turismo. Internal Report. San Jose, 1999.

ISLA, Ana. A Struggle for Clean Water and Livelihood: Canadian Mining in Costa Rica in the Era of Globalization. Canadian Woman Studies, vol. 21/22, n. 4, pp. 148-154, 2002.

_____ Conservation as Enclosure: An Eco-feminist Perspective on Sustainable Development and Biopiracy in Costa Rica. Capitalism Nature Socialism, vol. 16, n.3, pp. 49-61, 2005a.

_____ The Tragedy of Enclosure: An Ecofeminist Perspective on Eco-Tourism in Costa Rica. Apresentação no Women's Studies Paper Series. Canadá: Brock University, 2005b.

MALAREK, Victor. Prostitution in Costa Rica. Canadian Broadcasting Corporation, 2004.

MIES, Maria. Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour. Londres: Zed Books, 1986.

MIES, Maria; BENNHOLDT-THOMEN, Veronika; WERLHOF, Claudia. Women: The Last Colony. Londres: Zed Books, 1988.

MINAE. Ministério do Meio Ambiente e Energia Costa Rica. Plan Nacional de Desarrollo Forestal 2001-2010. San Jose: Government publisher, 2001.

MONESTEL ARCE, Yehudi. Campesinos Precaristas en su Propia Tierra. Eco Catolico, 1999.

ODIO, Elizabeth. Modelo Unico en el Mundo. Al Dia, 2001.

PETTMAN, Jan. Body Politics: International Sex Tourism. Third World Quarterly, vol. 18, n. 1, pp. 93-108, 1997.

ROBINSON, William. Transnational Conflicts: Central America, Social Change, and Globalization. Londres: Verso, 2003.

RODDICK, Jackie. The Dance of the Millions: Latin America and the Debt Crisis. Londres: Latin America Bureau, 1988.

SACHS, Wolfgang. The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power. Londres: Zed Books, 1992.

SAGE, Luis; QUIRÓS, R. Proyección del volumen de madera para aserrío proveniente de las plantaciones de melina, teca, y otras fuentes. Proyecto Mercadeo e industrialización de madera proveniente de plantaciones forestales. San José: FAO-MINAE-FONAFIFO, 2011.

SALLEH, Ariel. Sustaining Nature or Sustaining Marx? An Ecofeminist Response to Foster and Burkett, Organization & Environment, vol. 14, n. 4, 443-450, 2001.

SANCHEZ, Jacqueline. Tourism and "Embodied" Commodities: Sex Tourism in the Caribbean. In: CLIFT, Stephen; CARTER, Simon Carter (eds.). Tourism and Sex: Culture, Commerce and Coercion. Londres: Pinter, 2000.

SHIVA, Vandana. Staying Alive: Women, Ecology and Development. Londres: Zed Books, 1989.

SCMIDHEINY, Stephan. A Global Business Perspective on Development and the Environment. Cambridge: MIT Press,1992.

TORRES, Sonia. Coordinadora Frente Nacional de Oposicion a la Mineria. Entrevista concedida a a autora, 23 de julho de 2001.

VAUGHAN, Genevieve. The Gift/Il Dono: A Feminist Analysis. Roma: Meltemi Press, 2004

WAKERNAGEL, Mathis; REES, William. Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth. Filadélfia: New Society, 1996.

WRM World Rainforest Movement. Costa Rica: Forest policy and the evolution of land use. Boletim. 31, fev, 2000.

ECONOMIA VERDE E A FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA NO VALE DO RIBEIRA:

AS RESPOSTAS DAS COMUNIDADES E DAS MULHERES PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Sheyla Saori[1]

Introdução

A SOF Sempreviva Organização Feminista atua desde 2015 no território do Vale do Ribeira com grupos de mulheres rurais. Ali, tem construído alternativas para a autonomia, compartilhando reflexões críticas da realidade local, através das experiências das agricultoras. Em 2018, organizamos informações sobre economia verde[2] no Vale do Ribeira e a forma como este assunto é percebido pelas agricultoras e quilombolas (Saori, 2018). Através dos relatos das mulheres, entendemos como os projetos de grupos empresariais lucram com a compensação ambiental, compactuam com ONGs conservacionistas e com os órgãos da atual gestão do governo do estado de São Paulo.

Percebemos que a presença de ações mitigatórias ganhou força nos territórios de povos tradicionais, através dos projetos que envolvem incremento da biodiversidade (incentivo da produção em sistemas agroflorestais, plantios de espécies frutíferas e madeireiras e reflorestamentos), com discursos que envolvem os cuidados sobre os bens comuns, como a proteção das nascentes, os cuidados com a terra, a manutenção cultural da diversidade e do uso de plantas. Porém, tais discursos acompanham a presença de cercamentos e a imposição do que plantar e onde. Quando a noção do território livre e coletivo e as maneiras de organizar a vida e o trabalho foram ameaçados, a suspeita e a inconformidade sobre estes projetos se tornaram uma preocupação, principalmente a partir dos quilombos.

1 Agrônoma, mestra em agroecologia e desenvolvimento rural. Faz parte da equipe técnica da SOF e militante da Marcha Mundial das Mulheres. Este texto teve contribuições de Miriam Nobre, Glaucia Marques e Natalia Lobo.

2 A lógica capitalista, que explora a natureza para o lucro, transforma os ciclos naturais em ativos econômicos que são negociados na bolsa de valores. Quanto maior a exploração dos territórios, mais valorizados se tornam os ativos.

Em uma atividade coletiva organizada pela SOF, com a presença de movimentos sociais atuantes no Vale do Ribeira[3], foram compartilhadas experiências que indicaram como as pessoas têm resistido no território: através da prática da agroecologia, da manutenção dos conhecimentos tradicionais e coletivos, fortalecendo os fóruns das comunidades como espaços de debates e também as alianças com outros movimentos a nível nacional e global. Ainda que as resistências apontem os caminhos a seguir, os sentimentos de ameaça e de desconfiança que fazem parte do cotidiano das mulheres agricultoras e quilombolas frente aos projetos do capital nos alertam sobre a necessidade de investigar e construir análises coletivas, capazes de fortalecer reações locais organizadas, na perspectiva de ampliar os caminhos para a autonomia das populações atingidas por estes projetos.

Para dar continuidade ao debate, a partir de argumentos já levantados anteriormente, consideramos a análise de que a natureza vem sendo reduzida a recurso incorporado ao ciclo de produção na forma de matéria-prima. O capitalismo verde expande esta lógica transformando processos em partes fragmentadas da natureza, como a absorção de gás carbônico e a polinização em mercadorias, os chamados serviços ecossistêmicos ou ambientais. A base da financeirização da natureza se intensifica no território do Vale do Ribeira e incorpora novos atores. O conflito de terras se dá sob outra ótica: não é diretamente a propriedade da terra que está em disputa concreta, e sim o uso de determinados "recursos naturais" ou "serviços ambientais" que podem ser contratualizados. É a partir da observação destas situações que se constrói o presente estudo[4] sobre o programa de desenvolvimento Vale do Futuro, proposto pelo atual governo do estado de São Paulo para o território, e sobre o projeto "Conexão Mata Atlântica".

Impactos da economia verde nos territórios:

A economia verde se instala nos territórios de diversas maneiras. A exploração da natureza pode surgir concretamente com o uso de terras já desmatadas para plantação (monoculturas de eucaliptos e dendê), com atividades minerárias ou com projetos de preservação, em áreas já conservadas, como os parques. É importante ressaltar que, em todos os projetos, estão presentes o discurso da sustentabilidade, a não geração de poluentes, a criação de empregos e renda.

3 Notícia disponível em: http://www.sof.org.br/oficina-sobre-economia-verde-reune-organizacoes-e--movimentos-no-vale-do-ribeira/

4 Para o presente estudo foram realizadas pesquisas sobre os projetos, através de notícias e sites institucionais, consultas on-line de textos e artigos sobre o tema, além da coleta de relatos de seis mulheres agricultoras e quilombolas do território, moradoras das cidades de Barra do Turvo/SP, Eldorado/SP, Itaoca/SP, Miracatu/SP, Peruíbe/SP e Adrianópolis/PR.

Algumas experiências comunitárias ameaçadas pelos grandes empreendimentos da economia verde têm nos alertado sobre os riscos e impactos que as atividades mercantis trouxeram aos territórios. Para exemplificar, trazemos a síntese dos relatos sobre a implantação de culturas de dendês na Colômbia, Guatemala e Indonésia (Castro, 2018; Khalid, 2018). Os projetos que envolvem a especialização na cadeia produtiva do dendê têm destruído e contaminado bens comuns como a água e a terra, além de expulsar as comunidades ou modificar o cotidiano e os trabalhos no território, que agora é ocupado pelas monoculturas. Na luta pela manutenção da vida, as mulheres também são as mais afetadas, aumentando ou mudando seus trajetos para buscar água limpa e alimentos. As mulheres denunciam o que acontece nesses caminhos: são atacadas pelos guardas florestais das empresas de dendê, sofrem estupros ou têm seus corpos negociados por sexo em troca de trabalhos na colheita.

As comunidades tradicionais locais também relataram que as ações desses projetos modificaram as habitações tradicionais, com a "requalificação das casas", ações geralmente atreladas aos projetos turísticos. O cimento e tijolos tornaram as moradias inviáveis pelo calor: "antes as casas eram feitas de barro e palha, que deixavam as residências mais frescas". Até o bem-estar da moradia foi modificado para atender a instalação destes projetos.

Neste texto, trazemos a experiência do projeto Trem Maia, que está em início de implementação no México e é muito semelhante ao que é proposto pelo programa Vale do Futuro.

> *O Trem Maia inicia a criação de centros de desenvolvimento nos cinco estados [do México] pelos quais passa, incluindo parques industriais de carne, frutas, produtos florestais, alimentos orgânicos e processamento de dendezeiros; dois pátios de manutenção de trens; ecoturismo, turismo de aventura e pesca esportiva; serviços logísticos, refrigeração de alimentos e terminais de carga e combustível; infraestrutura rodoviária e de transporte com centros de carga, instalações de embalagem, um aeroporto de carga e revitalização da indústria de camarão (GRAIN, 2020, tradução nossa).*

Esse projeto vislumbra a criação de uma zona econômica especial (ZEE), onde a chamada turística e a criação de empregos são os discursos de desenvolvimento para a região. Os projetos nos territórios, com caráter desenvolvimentista, carregam os argumentos do crescimento econômico através de atividades que colocam a natureza em produção industrial e posicionam as pessoas como beneficiárias de

serviços que fortalecem a lógica desta exploração, como o caso das atividades turísticas e da geração de empregos em torno destes grandes empreendimentos – assim como faz o programa Vale do Futuro, que analisaremos mais adiante neste texto.

Sabemos que a economia verde surge nos territórios com um conjunto sistêmico de ofensivas do neoliberalismo. É importante ressaltar que esse sistema econômico organiza, através do patriarcado, uma série de ataques de dominação para explorar a natureza e as pessoas. E coloca as mulheres em um modo privado de existência, seja pelo medo ou pela exploração de seus corpos e trabalho, sempre sob o controle e uso do capital.

A antropóloga Rita Segato (2016), em seu livro Guerra contra as mulheres[5], nos alerta sobre a violência que se instala nos territórios a partir dessas ofensivas e que permite o controle da população, em um ambiente de medo e insegurança que torna desfavorável a permanência das pessoas. A autora ressalta a destruição de tudo que é socialmente significativo para os povos tradicionais (a história e a cultura), a remoção de tudo o que permite uma reivindicação identitária do território, como as construções de marcos religiosos, monumentos históricos, etc. As desonras e os sentimentos de insegurança são alimentados através das violações e abusos sistemáticos, que expulsam ou fragilizam estas populações.

Nesse contexto em que as promessas de desenvolvimento tornam as pessoas dependentes e a serviço do capital, há relatos[6] que mostram as comunidades sendo expulsas, criminalizadas e perdendo seus territórios. Isso acontece pela marginalização e pobreza decorrentes do próprio processo exploratório; pela perda do uso e domínio de suas terras para as empresas; ou pelo agravamento da poluição e desastres ambientais ocasionados pelos grandes empreendimentos.

Projeto Conexão Mata Atlântica

Para iniciar a descrição do projeto Conexão Mata Atlântica, é importante nos atentarmos à origem dos recursos financeiros aportados para tais iniciativas. O projeto é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, com apoio da Fundação Florestal e financiado com recursos do Global Environment Facility – GEF (Convênio de Financiamento Não-Reembolsável nº GRT/FM-14550-BR) por meio do Banco Interamericano do

5 *Rita Segato é antropóloga e autora do livro La guerra contra las mujeres. A autora realiza um debate sobre a masculinidade bélica, que reproduz as violências em um processo colonial, direcionadas aos corpos dominados.*

6 *No texto* Gana: plantações de eucalipto para produzir energia *há a denúncia de uma indústria norueguesa estabelecendo plantações industriais de eucalipto para combustível de biomassa, que é chamada de "neutra em carbono". Disponível em: https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/gana-plantacoes-de-eucalipto-para-produzir-energia/*

Desenvolvimento – BID, e tem como órgão executor dos recursos a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – Finatec.

O assunto da economia verde ganha dimensões e posicionamentos divergentes a partir da implementação dos pagamentos por serviços ambientais.

> *PSA: Os serviços ambientais são entendidos, no âmbito do mercado, como os produtos que a natureza gera para sustentabilidade de seus próprios ciclos e para a manutenção da vida dos seres vivos: água, madeira, alimentos, etc. Já a ideia de pagamentos pelos serviços ambientais envolve a ideia de que estes serviços podem ser precificados, aliando prestadores de serviços e também consumidores para estes produtos. A natureza, desta maneira, é fragmentada, e seus ciclos são transformados em ativos que possuem um valor no mercado e são vendidos para quem precisa compensar danos ambientais em outro lugar. As negociações desses serviços são feitas através do mercado financeiro.*

A compensação ambiental e a noção do poluidor-pagador se consolidaram como prática neoliberal e conciliam os discursos de desenvolvimento, preservação ambiental e crescimento econômico como um projeto global, beneficiando apenas os grupos financeiros que destroem a natureza e geram poluição.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992 (conhecida como ECO-92 ou RIO-92), os países do Norte que possuem maior responsabilidade pelas emissões históricas de gases do efeito estufa assumiram o compromisso de apoiar financeiramente os países em desenvolvimento (Sul global) para a realização de investimentos em adaptação e mitigação. Vale ressaltar que nessa negociação, impulsionada por grandes grupos empresariais, prevaleceu a manutenção dos lucros através do mercado financeiro, com transações (estoque e venda) de créditos de carbono. Ao mesmo tempo, os grupos ganharam permissividade, dentro dos marcos da lei, para investir em grandes empreendimentos que exploram combustíveis fósseis e outros recursos da natureza, como as hidrelétricas, a mineração, a energia eólica e a especulação de terras agricultáveis[7]. As negociações sobre mudanças climáticas não determinam, portanto, os limites ou maneiras de não poluir, mas sim o quanto deve ser compensado pela destruição.

O BID, assim como o Banco Mundial, são os principais comerciantes dos créditos de carbono. São agentes que lucram com os negócios verdes na bolsa de valores, aplicam regras para o funcionamento do mercado, interferem nos direcio-

7 *No processo de especulação das terras do Brasil a partir da crise de 2008, há uma perigosa associação entre agronegócio e capital transnacional que ameaça expandir a monocultura, a exploração de terras por capital estrangeiro e o lucro de conglomerados empresariais na região de MATOPIBA. (Pires, 2019).*

namentos e tomadas de decisão da esfera pública para uso e destino dos recursos de uma nação. Estas agências repassam o financiamento para o GEF, que funciona como um núcleo consultivo com representação de 183 países e propõe ações inovadoras para ampliação do financiamento privado nos países do sul global. O GEF mantém em seus objetivos o direcionamento do uso da água em grandes projetos de energia, projetos de REDD[8] e o incentivo de ações seguindo a chamada "economia circular", que nos dá indícios de como os pagamentos por serviços ecossistêmicos funcionam nos territórios.

Economia Circular é um conceito construído nas teorias de Economia de Performance, na Ecologia Industrial, no Capitalismo Natural e na abordagem da Economia Azul. Tais conceitos carregam a ideia de que o crescimento econômico e os ciclos biológicos da natureza funcionam em qualquer lugar e escala, de forma a retornar o consumo de material biológico ao sistema, através de processos como compostagem, digestão anaeróbica e reciclagem, para garantir a manutenção dos ciclos da natureza.

Estes conceitos carregam a lógica de colocar os ciclos da natureza em um modo industrial, introduzindo a ideia de que os processos naturais possam ser fragmentados em serviços sistêmicos e, consequentemente, valorados no mercado verde. É uma prática econômica impulsionada pelo marketing e adotada por muitas empresas para manter o alto consumo de seus produtos. Marcas como Coca-Cola e Nestlé, por exemplo, desenvolvem embalagens e garrafas retornáveis, mas exploram ilegalmente lençóis freáticos e combustíveis fosseis para fabricação de seus produtos.

O projeto Conexão Mata Atlântica iniciou sua atuação no Vale do Ribeira com a abertura de um edital (n°006/2018 para os estados de SP, MG e RJ) para que ONGs ambientais possam atender ações de recuperação e preservação de serviços ecossistêmicos na zona de amortecimento do Parque Estadual Serra do Mar, abrangendo os municípios de Peruíbe, Pedro de Toledo, Itariri e Miracatu. Os objetivos são claros no sentido de ampliar os estoques de carbono e de, como descrito no edital, "favorecer os esforços dos governos estaduais na gestão das unidades de conservação".

Vale ressaltar que a ideia do estoque de carbono é, hoje, a principal atuação da economia verde no Brasil. O Banco Mundial, que precifica o carbono e suas transações no mercado financeiro, deixou em aberto as possibilidades da precificação para que os países do sul global pudessem se adequar e incentivar a dinâmica do mercado verde. Esta suposta "autonomia" dos países na verdade representa um

8 REDD: Durante a Conferência das Partes, a 16° COP, o termo REDD foi criado com o objetivo de permitir a remuneração financeira para manter uma floresta preservada. Estes recursos são pagos através dos financiadores para os governos e, por sua vez, repassados a projetos ambientais, sociais e prefeituras.

forte controle corporativo sobre os governos, que por sua vez flexibilizam cada vez mais suas leis ambientais e viabilizam grandes projetos de exploração nos territórios pela lógica da compensação.

O Estudo de Baixo Carbono para a Indústria do Estado de São Paulo de 2014 a 2030, realizado pela CETESB, Governo do Estado de São Paulo e BID, estimou a quantidade de carbono que os setores de cal, siderurgia, química e cimento devem mitigar até o ano de 2030. O relatório deixa explícito que esses setores podem não conseguir reduzir suas emissões de carbono, justificando que são indústrias que acompanham o mercado dos combustíveis fósseis. Esta informação nos leva a entender que os mecanismos de estoque de carbono (e sua posterior especulação no mercado financeiro) legitima a exploração dos recursos naturais e compensa a destruição através dos pagamentos por serviços ambientais nos territórios.

Com os relatos das mulheres agricultoras das cidades de Miracatu e Peruíbe, buscamos entender o que são e como são precificados os serviços ecossistêmicos. O projeto Conexão Mata Atlântica iniciou sua execução no ano de 2019. Foi observado que, nos contratos de adesão ao projeto, há pontuações para cada atividade exercida na propriedade rural: valores de R$ 150,00 por ponto inicial (pontuação recebida pela adesão ao projeto) e R$ 1.000,00 por ponto incremental (pontos recebidos através de avaliações posteriores à adesão, para manutenção do projeto). As pontuações são definidas a partir de uma modalidade chamada PSA Uso Múltiplo, focada em variáveis de acordo com a conservação de vegetação nativa (presença de cercamentos, aceiros, áreas de risco de pisoteio do gado ou incêndios), a restauração ecológica (grau de fertilidade do solo, cercamentos, existência de banco de sementes e controle de espécies invasoras) e a adoção de sistemas produtivos sustentáveis (práticas conservacionistas, sistemas agroflorestais, consórcios, manejo integrado de espécies). Ressalta-se que as maiores pontuações são destinadas a áreas certificadas de produção orgânica ou agroecológica e projetos de saneamento total ou parcial. Cada contrato pode receber até R$ 12.000,00 por ano, e todos os custos para se incluir nos projetos e garantir sua manutenção são de responsabilidade das agricultoras e agricultores.

Entre as mulheres, verificamos que há um posicionamento favorável aos projetos de PSA, em falas positivas como "este projeto surgiu em um bom momento" ou por considerarem que a remuneração pelas atividades que já realizam (plantar, proteger as águas e a mata) é uma maneira de reconhecer o trabalho. Sabemos que a instalação de projetos que envolvem a financeirização da natureza se segura em falácias e mitos, que discursam sobre a importância dos trabalhos de preservação

das comunidades a favor do clima (WRM, 2020a). Já é constatado que estas propostas de lucrar com o território do Vale do Ribeira surgem através de ONGs e do próprio conselho do Parque[9] como projetos de conservação, onde as informações sobre a origem dos recursos e o impacto social para as comunidades não são transparentes. É comum a omissão de informações e o uso de metodologias não participativas nas reuniões, restringindo a fala das comunidades.

A disputa sobre o uso e apropriação dos bens comuns atinge muito mais as mulheres agricultoras, pois os trabalhos que as envolvem, impostos pela sociedade patriarcal, formam uma rotina entre os cuidados e a produção. As mulheres se preocupam com a poluição da água que é usada no preparo da comida e no banho das crianças, com a ausência de árvores para lenha do fogão, com os alimentos contaminados por agrotóxicos, com garantir a manutenção da biodiversidade. Os discursos da preservação e enriquecimento ambiental sensibilizam muito mais as mulheres pelos trabalhos de cuidados que exercem. Ao mesmo tempo, a fragilidade das políticas sociais de seguridade e previdência, os empregos informais e a ausência infraestrutura no território impõem que os PSA sejam as principais fontes de renda para essas mulheres, as colocando em um ciclo de consumo e dependência dos serviços da exploração do capital.

O Vale do Ribeira pode ser caracterizado como aquilo que muitas autoras e autores chamam de *Zonas de Sacrifício*:

> *A designação "zona de sacrifício" surgiu nos Estados Unidos, quando o movimento de Justiça Ambiental associou a concentração espacial dos problemas ambientais do desenvolvimento ao processo mais geral que produz desigualdades sociais e raciais naquele país. Tal movimento ganhou força em 1987, quando um estudo da Comissão de Justiça Racial da United Church of Christ mostrou que todos os depósitos de lixo tóxico do território americano estavam localizados em áreas habitadas pela comunidade negra. Seu resultado apontou para a existência do que passou a ser chamado de "racismo ambiental", articulando as lutas ambientais às lutas tradicionais pelos direitos civis.*

Em um contexto de reposicionamento da economia global, com o avanço de grandes empreendimentos causadores de danos ambientais, as atuais zonas de sacrifício são descritas como os lugares onde as populações tradicionais e em processos

9 Em Saori (2018) as mulheres afirmam que o conselho do parque tem sido o único espaço que faz a comunicação da política das unidades de conservação com a vida das pessoas. As agricultoras relataram inúmeros projetos que surgem através do conselho do parque, muitos com objetivos de preservação de animais e outras espécies ameaçadas da Mata Atlântica. Segundo as mulheres, as parcerias com ONGs e outras ações sociais também são apresentadas através deste conselho, mas demonstram insegurança ao falar das pautas, que são apresentadas de maneira confusa – "eles falam dos projetos, mas não aparece nada aqui", observaram.

de vulnerabilização são as mais atingidas pelos riscos e impactos socioambientais. É o caso dos atingidos da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, por exemplo.

Para a financeirização do território, algumas comunidades podem ser sacrificadas para o desenvolvimento de uma região ou nação. A perspectiva é de que as comunidades podem perder sua autonomia e servir apenas aos projetos de exploração a serviço do capital financeiro.

A perda da autonomia e a possibilidade de realizar escolhas sobre a organização do trabalho já é percebido pelas agricultoras nas relações hierárquicas e de poder impostas pelos projetos. As fiscalizações que envolvem os projetos de conservação geram muitos conflitos locais: ameaças, cooptação de lideranças, presença constante da polícia ambiental e criminalização das práticas tradicionais da agricultura. No caso da Conexão Mata Atlântica, uma agricultora relata que perdeu pontos de seu projeto porque se indispôs com a fiscalização. Há também as mulheres que não se sentiram confiantes para aderir ao projeto porque precisavam se formalizar em organizações mistas, com pessoas que não conheciam. Mesmo assim, suas vontades não foram respeitadas pelo assédio contínuo de técnicos e pela imposição de frequentar eventos e agendas em troca da certificação participativa de produção orgânica (fornecida por uma Organização de Controle Social de Controle – OSC) no final do projeto. Os danos morais e materiais, que se tornam ameaças nesse contexto, colocam as mulheres em uma reorganização de suas vidas em função destes projetos.

Em 2018, durante a coleta de informações sobre como as mulheres percebem a economia verde no território, foi relatado o envolvimento de algumas comunidades nos projetos de uma ONG atuante na região. As iniciativas tinham a ver com plantios de espécies nativas e exóticas, com o aumento da biodiversidade através de consórcios de plantas, sistemas agroflorestais e projetos de saneamento com a construção de fossas sépticas. O resgate destas informações, que ocorreram em diferentes bairros rurais da cidade da Barra do Turvo, ganha sentido quando entendemos o valor colocado aos serviços ecossistêmicos e sua relação com o estoque de carbono. Mesmo que a cidade da Barra do Turvo e o MOJAC[10] não estejam dentro da abrangência do projeto Conexão Mata Atlântica, a lógica dos pagamentos por serviços ambientais se dá em outra dimensão neste local, através do protagonismo de ONGs conservacionistas, que atuam como prestadoras de serviços para empresas que precisam compensar sua poluição (emissão de gases do efeito estufa) ou manter a "máscara verde" através de plantios de árvores e outros serviços ecossistêmicos.

10 Em 2008, já na vigência do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), parte do território do Vale do Ribeira, do parque e áreas contíguas, por incluir a presença de moradores, foram categorizadas em: RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), APA (Área de Proteção Ambiental), PE (Parque Estadual) e RESEX (Reserva Extrativista). Seu conjunto passou a compor o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC)

O pacto entre ONGs ambientalistas, governos e empresas no Brasil vem na tentativa de regulamentar o mercado da financeirização da natureza através da contabilização do carbono que pode ser compensado. O impacto ambiental dos setores de produção é medido a partir de relatórios sobre GEE[11], sugeridos pelos governos e contratados pelas próprias empresas e indústrias. A contabilização do carbono e as medidas mitigatórias apresentadas para as empresas são apontadas como soluções limpas, sustentáveis e éticas. O objetivo central deste pacto é o aumento do consumo e das possibilidades de investimentos que o setor pode atrair[12].

Muitos fundos financeiros para ações de mitigação foram criados para atender esta lógica mercantil e formam o que é conhecido como "ambientalismo de mercado":

> *Os acordos e mecanismos internacionais que incidem sobre as mudanças climáticas têm favorecido a proposta de conservação e restauração das paisagens desconsiderando a presença humana. A ideia de manter uma área protegida é uma estratégia mercantil da compensação ambiental: enquanto uma área é destruída, há uma outra sendo preservada. Esta ideia é acolhida por ambientalistas, principalmente por ONGs conservacionistas, que também encontra seu lugar neste setor como prestadoras de serviços.*

As ONGs[13] tornam-se as principais captadoras desses recursos para implantação de florestas e outros serviços ambientais nos territórios. A ONG que atua no município da Barra do Turvo desenvolveu o selo "carbon free" [livre de carbono] em parceria com empresas[14] que a contratam para plantios de árvores e outras ações de incremento florestal. Um exemplo de como essa cadeia de negócios verdes pactua em torno do lucro é a ação conjunta dessa ONG com a rede de construção Leroy Merlin: a cada compra de produtos que possuem o selo FSC[15] na loja, uma porcentagem é colocada para o plantio de árvores. Na última campanha, publicada em março de 2020, foram arrecadados R$ 70 mil reais para o plantio de quatro

11 GEE: Gases de Efeito Estufa. Em grandes quantidades na atmosfera, promovem o aquecimento global.

12 Matéria disponível em: https://cebds.org/empresas-ja-se-preparam-para-mercado-de-carbono/#.XpsDzMhKiCq

13 De acordo com WRM (2019), a demonstração disso é o papel dessas ONGs nos projetos de REDD+ (Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal) ao redor do mundo, entre elas: The Nature Conservancy (TNC), Conservation International (CI), World Wildlife Fund (WWF), Wildlife Conservation Society (WCS) e Wildlife Works Carbon (WWC). Ver em: https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do--wrm/nosso-ponto-de-vista/alem-das-florestas-ongs-conservacionistas-se-transformam-em-empresas/

14 São elas: BNDES, Funbio, Itaú E HSBC.

15 FSC (Forest Stewardship Council) é um sistema de certificação de manejo florestal de produtos madeireiros, atuante em comunidades extrativistas e que agregam outras certificadoras no processo para garantir o rastreamento e o domínio da produção. Vale ressaltar que a FSC certifica produtos madeireiros das grandes florestas de eucalipto, envolvendo as empresas de celulose Klabin e Aracruz.

mil árvores na região transamazônica, em ações que envolvem a implantação de sistemas agroflorestais, manejo do solo e apresentam como solução o incremento da renda da agricultura familiar regional. O desenho que se configura, a partir destes atores, é uma nova abordagem desta economia de mercado, ganhando uma jurisprudência, a nível público e privado, para ampliar o consumo de produtos sustentáveis, certificados, que qualificam empresas a destruir outros territórios, com interesses lucrativos.

Esse projeto de dominação das terras e da vida comunitária impõe que a destruição de um lugar seja equivalente[16] à suposta proteção em outro local. Isso justifica a chegada de projetos ambientais nos territórios, como já foi identificado nos relatos das agricultoras e quilombolas no Vale do Ribeira. A escolha das comunidades e territórios para esses projetos não acontece por acaso. A escolha de áreas para financeirização leva em consideração a presença de conflitos fundiários, a presença de comunidades tradicionais e de uma agricultura praticada em função da subsistência (e não da economia), além da presença e abundância de bens comuns, como água, terras e minérios. Estes territórios, "disponíveis para a financeirização", são colocados como paisagens[17]:

> *Restauração da paisagem: palavras usadas em conjunto para expressar um interesse político muito específico. Em conferências internacionais e regionais, milhões de hectares foram prometidos para projetos de restauração, como uma suposta solução para deter a crise climática e a perda de florestas. O que piora esse impacto é que aquilo que os defensores da restauração chamam de paisagem, os povos da floresta chamam de território. A palavra "território" não deixa dúvidas de que a terra em questão é muito mais que uma paisagem geográfica. Território é identidade; é um espaço para a vida, moldado pelas complexas interações entre comunidades humanas e não humanas ao longo do tempo. Usar o conceito "paisagens", por sua vez, facilita muito a criação da ilusão das áreas vazias, subutilizadas ou degradadas, disponibilizadas para a restauração (WRM, 2020b).*

Na linguagem da exploração dos territórios, estas áreas são apresentadas como um lugar vazio, onde apenas ciclos biológicos são importantes para a manutenção da diversidade, colocados de maneira estética. Por isso, são apresentadas como áreas

16 O boletim 232 do WRM (2017) trata de uma das estratégias centrais que as indústrias (principalmente as de mineração) vêm usando para conseguir expandir a economia verde: a compensação por perda de biodiversidade. O boletim alerta para o forte impulso empresarial que tenta pressionar os governos para relaxarem suas leis ambientais e, assim, aceitarem certas atividades industriais em áreas anteriormente consideradas inviáveis.

17 O texto Uma lista (inacabada) de conceitos que matam florestas (WRM, 2020b) debate que a linguagem nunca é neutra. Certos conceitos têm sido usados historicamente para dominar pessoas e territórios. O texto destaca alguns conceitos relacionados à floresta que costumam ser apresentados como positivos, mas, na realidade, servem a interesses econômicos que as prejudicam e, portanto, prejudicam as comunidades que dependem delas.

a serem preservadas, desconsiderando a existência de uma vida comunitária que mantém as florestas. Essa ideia manipulada de que as áreas estão disponíveis e vazias para a restauração é impulsionada pelos governos para exploração do mercado.

Entendemos que o problema das mudanças climáticas é real e existe porque vivemos em um sistema capitalista baseado na exploração do trabalho e da natureza, vista como recurso infinito para extração de matéria-prima. A política da compensação e dos pagamentos por serviços ambientais é mais uma maneira de mascarar o problema real que o sistema capitalista não consegue resolver e nem tem o interesse de apontar os principais responsáveis. Chamamos essas ações de "falsas soluções". Elas têm sido implementadas em diferentes áreas rurais e urbanas do estado de São Paulo, principalmente em áreas e territórios onde prevalecem a falta de oportunidade de emprego, a baixa renda e o monopólio do agronegócio nos circuitos de comercialização e distribuição de alimentos.

Programa Vale do Futuro

Para dar continuidade ao debate de como as relações da financeirização do território modificam os modos de vida das pessoas, levanta algumas questões a partir do que foi anunciado sobre o Programa Vale do Futuro no mês de outubro de 2019 pelo atual governo de São Paulo:

> *Os 22 municípios da região mais vulnerável do Estado vão se tornar um novo polo de desenvolvimento econômico e social. Um programa completo e de governança integrada: Estado, prefeituras e sociedade civil trabalhando juntos, com metas, monitoramento e avaliação de resultados. Para transformar uma das regiões mais ricas em biodiversidade do Estado em modelo de desenvolvimento regional baseado na exploração sustentável da riqueza socioambiental da Mata Atlântica, o Governo de São Paulo lança o programa Vale do Futuro (...)*[18].

Em uma coletiva de imprensa[19], o governador João Dória anunciou o Vale do Futuro como o principal programa de sua gestão, com investimentos de R$ 2 bilhões de reais vindos, principalmente, do BID e Banco Mundial. O programa surge como uma "promessa de desenvolvimento" para qualificar a produção e as pessoas que vivem no Vale do Ribeira. Ainda estabelece, através do consórcio entre os municípios, um incremento na educação, na saúde e na malha viária que conecta as regiões do alto, médio e baixo Vale.

18 Texto disponível em: https://www.saopaulo.sp.gov.br/valedofuturo/

19 Disponível em: https://www.facebook.com/jdoriajr/videos/pessoal-acompanhem-coletiva-de-imprensa-com-an%C3%BAncios-sobre-o-programa-vale-do-fu/459797257965503/

O programa ainda discursa que a região possui uma série de empecilhos para o crescimento econômico por conta da grande presença de unidades de conservação. E, em uma estratégia de conciliar a preservação ambiental e o crescimento econômico, propõe atividades centradas no ecoturismo e na certificação de cadeias produtivas da região, como chá, banana, piscicultura, criação de búfalos, maricultura e plantas ornamentais. Além de facilitar créditos aos produtores e empresários da região, implementa a lógica do empreendedorismo para a juventude, concilia o ICMS ecológico para as prefeituras municipais gerenciarem os projetos locais e pretende construir um Centro de Inovação Tecnológica (CIT Vale), que permitirá "a criação, adoção e disseminação de Inovação, Incubadora e Aceleradora de Startups de alto nível, serviços tecnológicos para Pequenas e Médias Empresas (PME) e parcerias para geração de conhecimento com universidades e institutos de pesquisa"[20]. Entre as empresas que participam do projeto, está o grupo o Boticário, que faz parte do "ambientalismo de mercado" atuando com PSA no Brasil.

É importante ressaltar que, nesse programa, há intenção de incluir as cadeias de produção que existem no território e que são organizadas por médios e grandes produtores. A realidade é que, para grande parcela da população rural e dos povos tradicionais no território, o envolvimento nestas cadeias de produção se dá através de trabalhos precários, diários ou mensais, nas fazendas de produção. Há um entendimento de que o programa pretende alavancar os mesmos negócios que, há décadas, monopolizam terras e fortalecem o projeto do agronegócio na região. Mesmo que essa especialização produtiva, na certificação e qualificação de produtos, seja focada na agricultura camponesa e na comunidade caiçara local, a soberania e segurança alimentar estarão ameaçadas.

Para as comunidades tradicionais, o ecoturismo é apresentado como principal fonte de geração de renda e atividade econômica. As quatro lideranças comunitárias que consultamos colocaram como desafio o tema do turismo e informaram que esta atividade vem de projetos que antecedem o programa. Constatamos que há procedimentos, já estabelecidos pelas próprias comunidades quilombolas, para receber grupos e visitas. Estes procedimentos e acordos foram dialogados entre as famílias locais, para que a realidade e a cultura local sejam respeitadas e preservadas. Segundo uma liderança quilombola do alto Vale,

> *As comunidades têm se preparado para as visitas e o turismo de base comunitária movimenta recursos para as famílias, mas também resistimos à ideia de um turismo que explora o trabalho das pessoas e usa a natureza apenas como lazer.*

20 *Disponível em: https://www.registro.sp.gov.br/n/proximos-passos-o-citvale*

A natureza vive com a gente, é bonita, mas para a gente tem outros benefícios. Esta coisa de privatizar parques vem com muitas empresas atrás e já não sabemos se nossas condições serão respeitadas.

O programa ainda traz um pacote de ações que discursam sobre um desenvolvimento ditado pelo mundo globalizado, onde são empregadas soluções tecnológicas com o uso de softwares e coletas de informações pelo Sistema Global de Posicionamento (GPS). Um dos mecanismos de dominação dos territórios pela economia verde é fazer com que grupos empresariais lucrem a partir do uso de bancos de dados gerados por estas tecnologias. Este mecanismo tem facilitado transações de comércio virtual[21], de informações sobre os territórios e sobre o comportamento das pessoas que ali vivem.

Vale ressaltar que essas mesmas tecnologias[22], que surgem como "facilidades" para ajudar na operação do cotidiano e melhorar a vida, têm desconectado as organizações, as associações da agricultura familiar e redes solidárias dos trabalhos coletivos concretos. Os indivíduos são compreendidos como simples informantes em uma cadeia produtiva para dar seguimento em negociações virtuais. São excluídas, assim, as possibilidades de interação social baseada na autogestão, autonomia e nas decisões coletivas.

O governo de João Dória afirma que fará uso de drones sobre o território do Vale do Ribeira para monitorar a violência na região. Também afirma que colocará reforços da polícia militar e ambiental para "aumentar a segurança" em locais que envolvem o ecoturismo (nas áreas das comunidades tradicionais), principalmente nos parques e seus entornos. Relatos do estudo anterior nos mostraram como lideranças locais foram criminalizadas por práticas tradicionais de agricultura e monitoradas através de rádios do parque para denunciarem pessoas da própria comunidade. Essa tática de exploração fez aumentar a presença do militarismo no

21 Comercio virtual de carbono: um sistema eletrônico de negociação em leilões na bolsa de valores, com funcionamento via internet, para realização de leilões de créditos de carbono. Os países desenvolvidos podem comprar créditos gerados nos projetos ligados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL): reflorestamentos, desenvolvimento de energias alternativas, eficiência energética e controle de emissões. Em outras situações, para impulsionar negócios, empresas decidem compensar sua emissão de carbono plantando árvores – são os negócios verdes, que envolvem serviços de ONGs, que contabilizam o carbono emitido com o número de árvores que a empresa deve plantar. Informação disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2019/09/comercio-de-carbono-chega-as-microempresas.shtml

22 A tecnologia Blockchain nasceu em 2008 dentro de um cenário de compartilhamento de informações. Desde então, seu formato se expandiu dentro de sistemas que visam trabalhar com informações, que processadas, podem gerar lucros a partir das criptomoedas. O agronegócio visualiza a aplicação desta tecnologia para a rastreabilidade de alimentos: rastrear a cadeia de distribuição de alimentos que se inicia na produção e chega até o consumo. Vale ressaltar que, para processar os dados que mantém esta tecnologia funcionando, é necessário apenas poucas pessoas validando as informações conectadas pela internet.

cotidiano das pessoas, e tem coagido, criminalizado e dominado a vida comunitária. A Marcha Mundial das Mulheres (2017) alertou sobre a presença militar nos territórios como uma maneira de manutenção desta dominação, onde a obediência, subordinação e o controle devem estar sob os projetos do capital.

É preciso ressaltar o papel dos consórcios municipais que o programa incentiva para a melhoria de estradas no Vale do Ribeira, assim como a malha ferroviária que se propõe no projeto Trem Maia, com a intenção de investir nos eixos viários e ferroviários que conectam as cidades da região. Ambos têm a intenção de deslocar a mão de obra local para as cidades ou comunidades que serão o epicentro do desenvolvimento econômico, ou seja, locais de maior fluxo industrial, comercial e turístico. Uma agricultora, moradora da cidade de Itaoca, na região do Alto Vale, questiona a promessa do "futuro" que é colocado no nome do programa:

> *Para nós é importante ter emprego, educação e saúde, a gente luta até hoje por isso. Mas também gostamos do que fazemos, da roça e de plantar sem veneno. Este futuro é para atropelar a gente? Dá a entender que tudo o que a gente já faz não é próspero e que este programa vem como um presente, num pacote embrulhado e as soluções estão todas lá. É bom a gente desconfiar mesmo, né?*

A preocupação exposta nos alerta sobre a dominação colonial, racista e hierárquica de um território, que atualiza a mesma lógica dos séculos passados, se reproduz em uma economia globalizada através da violação e retirada de direitos humanos, e precariza o trabalho e as maneiras de viver. A lógica do empreendedorismo, colocada como proposta à juventude do território, é tramada com o acesso ao crédito e o uso de tecnologias, e permite facilitar um projeto baseado em explorar a mão de obra local a baixo custo para executar, na base comunitária, serviços que atendam a expropriação do território.

O programa pretende construir pactos com os governos locais para o mesmo objetivo dos grupos financeiros, através de consórcios e outros incentivos, como o ICMS ecológico. As prefeituras locais conseguirão manter as relações de poder pela escolha de projetos e organizações que poderão acessar esses fundos para manter o sistema de exploração mascarado pela preservação. Nas terras indígenas do estado do Mato Grosso, os recursos provenientes do ICMS verde[23] têm sido utilizados para implantar mais projetos de REDD+ e para pagar lideranças locais para manter a fiscalização no território, causando conflitos locais, expulsões e até mortes entre indígenas.

23 ICMS Verde ou ecológico: é um mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que àquelas que já têm direito, dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. O valor reflete o nível da atividade econômica nos municípios em conjunto com a preservação do meio ambiente.

Uma liderança quilombola, moradora da cidade de Eldorado na região do médio Vale, se mostrou preocupada com a proposta do Vale do Futuro quando o tema da mineração foi exposto como uma das atividades econômicas para a região. O governo do estado de São Paulo realizou um Fórum sobre Mineração no Vale do Ribeira para integrar ao projeto Vale do Futuro um zoneamento minerário dos municípios. A liderança relembrou a luta contra a construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, que foi uma luta desesperadora e cansativa porque durou pelo menos 12 anos de resistência por parte das comunidades do médio e alto Vale. Segundo reportagem do Instituto Socioambiental[24], o reservatório de Tijuco Alto alagaria uma área de 56 quilômetros quadrados, onde hoje vivem 580 famílias. Na época, a Companhia Brasileira de Alumínio já negociava a compra das terras e expropriação das famílias antes mesmo de realizar licenciamentos ambientais. As negociações de terras se baseavam na compra direta, quando havia títulos de posse, ou reassentamentos para as famílias não proprietárias, como é o caso das comunidades tradicionais na região.

Os movimentos sociais envolvidos na luta e resistência pelo território afirmaram que muitas pessoas que venderam suas propriedades se mudaram para cidade de Curitiba, no Paraná, e resolveram não adquirir novas terras na região pela ameaça constante que estes projetos representam. Hoje, elas exercem trabalhos remunerados, porém precários, e vivem em bairros periféricos da cidade.

Segundo o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), existem diversos pedidos de pesquisa e lavra para mineração em territórios quilombolas na região do Vale do Ribeira (Da Silva, 2016). A região do Alto Vale, no Paraná, é a que sofre mais pressão. Os quilombos de Cangume, Porto Velho e Praia Grande, localizados em Iporanga, têm de 92% a 99% de seus territórios incluídos em pedidos para extração de algum tipo de minério, com destaque para calcário, minério de cobre, de chumbo e de ouro. O território do Vale do Ribeira possui 16 territórios quilombolas sobrepostos com áreas onde existem processos no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Ressalta-se que estes processos são autorizações para lavras e pesquisas. Não implicam em títulos de posse de terras para as empresas, mas concedem estas áreas para sua atuação, criando também uma especulação financeira das terras da região, que podem ser negociadas com outras empresas.

As lideranças quilombolas de Barra do Turvo e Eldorado, também relataram a contradição que as atividades minerárias representam ao evidenciarem o recente assassinato de um guarda-parque, relacionado com a descoberta de um garimpo

24 Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/populacao-do-vale--do-ribeira-esta-livre-de-tijuco-alto

ilegal no município de Sete Barras, em São Paulo. As mulheres relataram que as atividades extrativistas formalizadas no território trazem também o extrativismo ilegal, o contrabando, o crime e a violência.

Por que estar alerta?

1. Para além do território, o projeto neoliberal que se intensifica nos países do sul têm se fixado em manter os acordos bilaterais de livre comércio com a Europa e Mercosul. Esses acordos ganham legitimidade a partir das convenções pelo clima, onde os blocos de países firmam pactos entre eles, relacionados à diminuição dos gases de efeito estufa a partir de compensações, privatização de áreas verdes e outros serviços sistêmicos da natureza. Isso explica o episódio em que o governo Bolsonaro decidiu "voltar atrás" e participar do Acordo de Paris – que, antes, havia sinalizado que abandonaria. Sua permanência ganhou repercussão positiva na mídia[25], e tira a atenção do problema central: o avanço do neoliberalismo que esses acordos representam nos países da América Latina. As rodadas de negociação pelo clima apenas legitimam a exploração industrial do mundo, sem limites para a produção e sem entender a obtenção de lucros como parte do problema.

2. Neste momento da pandemia global, estamos acompanhando como o governo Bolsonaro tem encarado a situação: com um discurso de que a economia não pode parar, incentiva que comércios e trabalhadoras e trabalhadores mantenham normalmente suas atividades. Algumas atividades estão categorizadas como essenciais e não essenciais no momento atual da pandemia e, entre elas, os que envolvem a mineração e seus processos se mantêm.

3. A atividade minerária já é conhecida como insegura no que diz respeito à saúde, pela terceirização da mão-de-obra, a existência de trabalhadores sem registro formal e pelas condições que degradam a qualidade de vida dos trabalhadores. Fica evidente como o sistema capitalista se edifica às custas das vidas de trabalhadoras e trabalhadores, sobretudo das e dos informais. Exemplo disso é o exposto na matéria do veículo Nexo[26], que mostra como a pandemia afeta diretamente mais mulheres do que homens.

25 Os objetivos do desenvolvimento sustentável, formulados nas Conferências da ONU, criam outras Convenções pelo Clima (como o Acordo de Paris)- para que se mantenham os pactos comerciais entres países dos eixos Sul e Norte, através do cumprimento de ações sustentáveis a favor do clima. Dentro destas formulações o objetivo central ainda é a obtenção de lucros pelos grupos financeiros. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/ministro-diz-que-ha-consenso-para-brasil-permanecer-no-acordo-de-paris

26 A reportagem expõe a situação de sobrecarga de trabalho doméstico, exposição à violência e a vulnerabilidade econômica, aspectos que indicam a desigualdade de gênero e o impacto da pandemia sobre as mulheres. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/24/Quais-os-impactos-da-pandemia-sobre-as-mulheres

4. A mineração e o desmatamento continuam, de maneira acelerada[27] e facilitada neste momento de pandemia, por agravo da crise econômica. É mesma crise que levou às grandes queimadas da Amazônia em setembro de 2019. A lógica do mercado financeiro faz com que alguns "ativos" se tornem mais rentáveis em períodos de crise, como é o caso dos minérios e da terra. Pensando em como a estrutura financeira pode continuar em meio à pandemia, foi realizado no Canadá o maior evento de mineração do mundo. Nesta ocasião, foi tramitado no Brasil um projeto que autoriza a mineração em terras indígenas. A crise econômica, que continuará existindo no período pós-pandemia, vai intensificar o conflito por terras em áreas de comunidades e povos tradicionais, além de ampliar o projeto da financeirização da natureza como maneira de garantir o monopólio destes territórios (Wenzel, 2020).

5. O projeto hegemônico que se instala em muitos territórios tem imposto o controle do cotidiano das pessoas, através da militarização, afetando ainda mais as mulheres. A economia baseada no extrativismo, posicionada pelo atual modelo global, traz o debate de classe e raça exposto na máxima precariedade na exploração do trabalho, dentro do conceito que a *zona de sacrifício* aborda. O sistema capitalista incorporou o patriarcado para estruturar sua organização. Na prática, este modelo estabelece a divisão sexual do trabalho e o controle sobre os corpos e a sexualidade das mulheres.

6. As mulheres são as primeiras a serem abordadas pelos projetos de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), pelo trabalho que estabelecem com a diversidade de produção e conservação da natureza nos territórios. Neste caso, o reconhecimento dos trabalhos e direitos e a institucionalização das mulheres, mascarada como "inclusão de gênero", são mais estratégias da lógica do mercado para colocá-las no alvo da exploração. No mesmo sentido, acontece a compensação de carbono: em alguns territórios, as mulheres são visibilizadas e colocadas em projetos de conservação[28]; em outros, são exploradas com sobrecarga de trabalho, sofrem violência e abusos sexuais.

7. Desconfiar dos grandes empreendimentos é um sentimento que existe porque há um reconhecimento sobre os comuns, porque há vida comunitária se integrando com a natureza e também porque há a vontade das comunidades per-

27 Pela informalidade e necessidade de emprego, a atividade minerária tem empregado mais pessoas no período da pandemia

28 Muitos projetos conservacionistas, relacionados aos mercados verdes, adotam mulheres e jovens para serem porta-vozes do desenvolvimento sustentável, atendendo a uma agenda institucional de inclusão de gênero. Geralmente, são mulheres melhor remuneradas pelos projetos, incluindo médias e grandes produtoras, ou que possuem alguma qualificação no mercado em questão. Há diferentes níveis de exploração territorial por estes projetos, e os efeitos da violação de direitos e exploração do trabalho repercutem na vida das mulheres moradoras dos territórios, entre as mais vulneráveis e as de povos e comunidades tradicionais.

manecerem no território. A economia verde nega a existência desses elementos para se instalar. Através de suas investidas intimidatórias e de dominação, negocia as vidas das pessoas para expulsá-las dos territórios ou para deixá-las dependentes das relações capitalistas com a natureza, seja pela mudança na relação com a natureza em um modo industrial de exploração, seja pela sujeição a situações vulneráveis que as envolvem – a perda de direitos como trabalhadora rural, a insalubridade e baixos salários em trabalhos precários, a falta de oportunidades na negociação de produtos agrícolas, a contaminação da água e comida por agrotóxicos, a exposição à violência e a exploração sexual.

A vida no centro

A relação dos povos tradicionais com a natureza é reivindicada por diversos movimentos sociais como uma interação equilibrada, que mantém a diversidade local, justamente porque não é exploratória nem ocorre em função do lucro. As experiências que envolvem os trabalhos das mulheres quilombolas e agricultoras do Vale do Ribeira têm nos mostrado que a sustentabilidade da vida vai além da dicotomia entre trabalho reprodutivo e produtivo[29]. As relações equilibradas entre as pessoas e a natureza existem nas experiências de observação dos ciclos naturais, na escolha do momento da colheita, na coleta das sementes no chão, no seu armazenamento para posterior plantio, na observação das sombras das árvores sobre as plantas e o momento de podá-las, na maneira de controlar o fogo e seu uso em benefício da fertilidade do solo, na escolha das plantas para determinados lugares e épocas do ano, no uso das flores, cipós e folhas para remédios e muitos outros exemplos.

Esses conhecimentos e a observação da natureza, muitas vezes adquiridos e repassados por gerações, não são baseados na supressão dos bens comuns, e sim no alongamento de sua existência. Os benefícios desta coexistência e interação repercutem na presença da matéria orgânica do solo, na existência das nascentes, na manutenção de lençóis freáticos, na reprodução de espécies animais e vegetais, e assim segue. Colocar o lucro como lógica para a natureza e para a vida das pessoas é manter o que temos presenciado: uma dinâmica na qual o mercado é colocado acima da sustentabilidade da vida.

29 "Para Cristina Carrasco, o não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados tem por objetivo ocultar sua dimensão econômica e sua relação com a exploração capitalista. Antes do capitalismo, era considerado trabalho o conjunto das atividades humanas necessárias para nossa existência. Essa redução do conceito de trabalho veio vinculada a uma forte separação, instaurada pelo capitalismo, entre as esferas produtiva e reprodutiva, correspondentes a outra divisão entre esferas pública e privada. No capitalismo, é considerado produtivo só aquilo que gera troca no mercado, ou seja, aquilo que pode se "mercantilizar". E aí, o trabalho reprodutivo deixa de ser trabalho porque não se troca no mercado" (Faria, 2011).

As comunidades mexicanas locais, aos ser questionadas sobre o projeto Trem Maia, declararam que este "debate não é sobre o sim ou não ao trem, mas sobre como encaramos nossas vidas", relata um morador de Valladolid, Yucatán (GRAIN, 2020). A resistência dos povos mexicanos é a denúncia deste megaprojeto (junto ao Conselho Regional Indígena Maia e outras organizações locais) e tem surtido algum efeito junto à defensoria pública, que vem impedindo os avanços sistêmicos dos grupos financeiros na região.

Ao se posicionar a respeito da proposta de desenvolvimento apresentada para o território Vale do Ribeira, a agricultora moradora do Alto Vale afirma que é preciso ter dignidade, acessar serviços da saúde e educação e ter bons empregos, mas que as coisas boas poderiam não estar atreladas à exploração das pessoas e da natureza, como algo "que se troca". A ideia colocada por esta declaração é a de que a vida não deve ser negociada. Propõe, também, que as necessidades devem ser atendidas de maneira igualitária, com políticas públicas e distribuição de renda. É necessário questionar a origem do dinheiro e os mecanismos que constroem os projetos nos territórios.

As mulheres têm se colocado na resistência, afirmando que a vida não deve ser negociada. A Marcha Mundial das Mulheres, em sua declaração internacional *24 horas de Solidariedade Feminista contra as Transnacionais*[30], denunciou as formas como as transnacionais atuam nas nossas vidas. Afirmou que grandes grupos econômicos concentram cada vez mais riqueza e poder, mais que muitos países inclusive, e que os projetos propostos pelas transnacionais são legitimados pelas forças de extrema-direita no poder, explorando a natureza e expulsando pessoas, reforçando o autoritarismo e a violência nos territórios ao redor do mundo. A atual crise do coronavírus está desmascarando os impactos das desigualdades sociais e econômicas da sociedade, e coloca em xeque o atual sistema econômico, que não dá conta de atender as vidas e a sobrevivência das pessoas.

No território Vale do Ribeira, as mulheres também têm se organizado nos espaços de trocas[31], de solidariedade e na construção das possibilidades do viver, considerando o tempo da vida, a vontade de aumentar os caminhos até a roça e diminuindo as distâncias de comunicação entre elas e as outras pessoas. Estas relações estão se construindo no território e vão ganhando mais sentido quanto mais pessoas se conectam com o mesmo objetivo. O atual momento da pandemia atinge de maneira

30 Disponível em: https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/declaracao-internacional-24-horas--de-solidariedade-feminista-contra-as-transnacionais/

31 Foram coletados relatos durante a sistematização das cadernetas agroecológicas que mostraram o incremento da diversidade de produção e de espécies nos territórios após os momentos de trocas e encontros das mulheres, modificando o ambiente e fortalecendo a segurança alimentar.

diferente as mulheres rurais e as das cidades. A relação de organização do trabalho e a vida comunitária interferem nessa realidade, impactando menos as mulheres que estão ligadas às redes solidárias, tanto as de produção quanto as de consumo.

A lógica do lucro acima da vida é muito debatida e criticada pela economia feminista. Esta crítica nos orienta em ações de resistência frente aos projetos de dominação. Na prática, significa que precisamos falar e dar mais visibilidade para o que move o centro da vida. Precisamos debater as condições necessárias para viver de maneira livre, mais igualitária e saudável. Parte da construção da autonomia sobre a vida nos territórios é pensar como limitar mais a atuação do poder corporativo, fortalecendo as lutas populares e as práticas de resistências, com as iniciativas que já se mostram como possíveis caminhos: na solidariedade que reconstrói e reforça os laços da vida comunitária, na autogestão da vida em comum, na aliança com os movimentos sociais por direitos, trabalho digno, moradia, terra, e na promoção dos modos de vida dos povos e da agroecologia.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Nazaré. Guatemala e Colômbia: as mulheres frente às plantações de dendê. In: Boletim 236 WRM, 2018. Disponível em: https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/guatemala-e-colombia-as-mulheres-frente-as-plantacoes-de-dende/

DA SILVA, Jarbas. Oitenta por cento de minério na alma. In: MAM, novembro 2016.

GRAIN. The misnamed "Mayan Train": multimodal land grabbing. 3 de março 2020. Disponível em: https://grain.org/en/article/6423-the-misnamed-mayan-train-multimodal-land-grabbing

FARIA, Nalu. A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero. In: SOF, junho 2011. Disponível em: http://www.sof.org.br/a-divisao-sexual-do-trabalho-como-base-material-das-relacoes-de-genero/

KHALID, Khalisah. Indonésia: plantações de dendê e seu traço de violência contra mulheres. In: Boletim 236 WRM, 2018. Disponível em: https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/indonesia-plantacoes-de-dende-e-seu-traco-de-violencia-contra-mulheres/

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. As mulheres resistem! Desafios para o feminismo em tempos de ofensiva conservadora: In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org.) Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida. São Paulo: SOF, 2017. Disponível em: http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Portugue%CC%82s-web.pdf

PIRES, Raphaela. O processo de financeirização de terras no Brasil: MATOPIBA como alvo do capital transnacional. In: Outras palavras, julho 2019. Disponível em: https://outraspalavras.net/terraemtranse/2019/07/09/o-processo-de-financeirizacao-de-terras-no-brasil-matopiba-como--alvo-do-capital-transnacional/

SAORI, Sheyla. O território ameaçado. In: Debates feministas SOF, n.11, setembro 2018. Disponível em: http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/09/DebatesFeministas_OTerritorioAmeacado.pdf

SEGATO, Rita. La Guerra Contra Las Mujeres. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.

WENZEL, Fernanda. Pandemia terá impacto direto no desmatamento da Amazônia. In: ((o))eco, março 2020.

WRM. Destruo aqui e destruo lá: as compensações por perda de biodiversidade como dupla exploração. In: Boletim 232, 2017. Disponível em: https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de-vista/destruo-aqui-e-destruo-la-as-compensacoes-por-perda-de-biodiversidade-como-dupla-exploracao/

_____. Além das florestas: ONGs conservacionistas se transformam em "empresas". In: Boletim 242, 2019. Disponível em: https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de--vista/alem-das-florestas-ongs-conservacionistas-se-transformam-em-empresas/

_____. Como a linguagem da dominação provoca desmatamento. In: Boletim 247, 2020a. Disponível em: https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de-vista/como-a-linguagem-da-dominacao-provoca-desmatamento/

_____. Uma lista (inacabada) de conceitos que matam florestas. In: Boletim 247, 2020b. Disponível em: https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/uma-lista-inacabada-de-conceitos-que-matam-florestas/

SOBRE O GRUPO TEIA DE ARANHA

Teia de Aranha nasceu da literatura do escritor João Guimarães Rosa. Em seu primeiro trabalho em 2001, o grupo criou o painel *Grande Sertão,* inspirado na obra *Grande sertão: veredas,* para o grupo de contadoras de estórias Tudo Era Uma Vez, de Belo Horizonte. A partir daí, as mãos bordadeiras não pararam mais.

Composto por dez mulheres de diferentes faixas etárias, o grupo se reúne semanalmente em São Paulo para criar e expressar, através do bordado, imagens sugeridas pela literatura e pela cultura. A técnica do bordado livre é difundida por essas mulheres como meio de reunir pessoas para criar, juntas, representações da realidade vivenciada e estabelecer novos laços afetivos. Pela arte de criar com fios coloridos, o grupo valoriza a tradição popular, estimula a leitura e a arte de compartilhar a criação, além de produzir um "cuidado de si".

Projeto Euclides da Cunha

Entrar em contato com a obra *Os Sertões,* de Euclides da Cunha, foi uma oportunidade de compreender melhor um episódio ocorrido no início da República e que pode ajudar a pensar o momento político atual. O escritor denuncia a desumanidade, mostra a dor humana pelas condições físicas do lugar (as secas) e pela crueldade cometida contra uma população abandonada, que lutava por um outro modo de existência.

As estratégias do grupo para aproximar bordadeiras, obra e autor foram: a interação com estudiosos sobre a obra e o episódio relatado; uma extensa pesquisa bibliográfica e o contato com trabalhos em outras linguagens artísticas como pintura, fotografia e teatro. Esses materiais também foram utilizados como recursos para estimular o processo de criação.

Seguindo a estrutura da obra, foram criados três painéis temáticos (*A terra, O Homem, A luta*) e um mapa da região, todos bordados em um tecido de algodão chamado poeirinha.

Instagram: @Teia_Aranha / Blog: grupoteiadearanha.blogspot.com/

ISBN: 978-65-87591-01-8
CDL
9 786587 591018